



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO - UNICAP  
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA - PRAD  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA  
LABORATÓRIO DE PSICOPATHOLOGIA FUNDAMENTAL E PSICANÁLISE**

**O abuso sexual infantil intrafamiliar: do segredo à elaboração.**

JANAÍNA DA MOTA MARTINS

Recife  
2015.

JANAINA DA MOTA MARTINS

**O abuso sexual infantil intrafamiliar: do segredo à elaboração.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do grau de mestre em Psicologia Clínica.

Área de Concentração: Psicopathologia Fundamental e Psicanálise.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Consuelo Passos.

Recife  
2015.

M386a

Martins, Janaina da Mota

O abuso sexual infantil intrafamiliar : do segredo à elaboração / Janaina da Mota Martins ; orientador Maria Consuelo Passos, 2015.

116 f .

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco.  
Pró-reitoria Acadêmica. Coordenação Geral de Pós-graduação. Mestrado  
Em Psicologia Clínica, 2015.

1. Psicologia clínica. 2. Crime sexual contra a criança - Aspectos psicológicos. 3. Psicanálise infantil. 4. Incesto. 5. Crianças maltratadas sexualmente - Aspectos psicológicos. 6. Violência familiar. I. Título.

CDU 159.964.2

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO - UNICAP  
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA - PRAD  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA  
LABORATÓRIO DE PSICOPATHOLOGIA FUNDAMENTAL E PSICANÁLISE

**JANAINA DA MOTA MARTINS**

**O abuso sexual infantil intrafamiliar: do segredo à elaboração.**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Profa. Dra. Ângela Maria Resende Vorcaro – UFMG - Examinadora externa**

---

**Prof. Dr. Zeferino de Jesus Barbosa Rocha – UNICAP – Examinador interno**

---

**Profa. Dra. Maria Consuêlo Passos – UNICAP - Orientadora**

Recife  
2015.

**Para Charlyston Noronha,**  
*porque “o seu olhar melhorou o meu”.*

**Para Teka,** *pelo que tem sido:  
minha companheira fiel em todos os momentos.*

## AGRADECIMENTOS

Com alegria, compartilho esta conquista com todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão de mais uma etapa da minha vida. Agradeço carinhosamente:

À **Profa. Dra. Maria Consuelo Passos**, por me acolher como sua orientanda, pelo rigor exigido na escrita do meu texto, sempre recomendando caminhos para uma construção teórica em harmonia com minha experiência e, sobretudo, por acreditar na importância deste trabalho;

Ao **Prof. Dr. Zeferino Rocha** pela atenção e disponibilidade em participar da banca examinadora, pelos apontamentos feitos na banca prévia e pelas sugestões e contribuições para a conclusão dessa dissertação. Obrigada por fazer parte deste percurso;

Aos que fazem o **Laboratório de Psicopatologia Fundamental e Psicanálise** da Universidade Católica de Pernambuco, colegas e professores, com os quais pude dividir, ao longo do curso, as questões relativas ao meu projeto de pesquisa e momentos de leitura e construção dos textos que fazem parte dessa dissertação.

À **Profa. Dra. Ângela Maria Vorcaro**, por ter feito parte da minha banca examinadora e pelo acolhimento ao tema do meu estudo. Obrigada pela disponibilidade.

Agradeço a **Antônio Ricardo da Silva**, com quem tenho compartilhado as questões sobre a violência e a clínica psicanalítica, por me apresentar a obra de Sándor Ferenczi e pela contribuição significativa na minha formação.

Aos amigos **Miguel, Rafa Duque, Rafa Paixão e Stephanie** porque, de certa forma, fizeram parte de momentos importantes da minha vida, a exemplo da entrada no mestrado e, agora, a conclusão. Obrigada pelos gestos sublimes de amizade durante todo o tempo que passamos juntos.

Aos meus colegas de militância pela “causa das crianças”, por caminharem comigo ao longo deste caminho: **Christian Adenauer, João Natan, Lídia Lira, Lucia Lyra, Carlos André, Dármia Nunes, Roberval Buril, Sandra Melo, Tatiana Medeiros** e a todos que fazem a Rede de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes do Estado de Pernambuco.

Aos **amigos e amigas** por, mais uma vez, terem compreendido minha ausência nos encontros e celebrações, sem desistir de mim.

Aos **colegas mestrandos da 15ª Turma**, por compartilharem conhecimento, experiência e amizade ao longo deste mestrado.

À **Acácia e Açucena**, porque sem elas este trabalho não seria possível.

À **Rafaela Mota Paixão França**, pelas trocas afetivas e intelectuais sobre a vida, sobre a clínica, pelo incentivo à escrita na academia e na formação psicanalítica, pela agradável companhia nos “piqueniques” e, especialmente, pela amizade que estamos construindo.

À **Dona Lu**, que abriu as portas de sua casa para que eu pudesse escrever.

À **Raquel Portela**, minha amiga-irmã, por sua presença importante em minha vida, pela força que tem me dado nos últimos anos, pelas risadas e choros. Sua amizade é sinônimo de alegria, conforto, é um presente inestimável.

À **minha família**, por ser “a base de tudo”, aquela com quem eu posso contar em todos os momentos, especialmente meus irmãos e irmãs, **Nina, Beto, Paula e Amadeu**, pelo apoio, incentivo e pelo amor dedicado.

À **Jussara Martins**, que tanto me ajudou no cuidado e assistência aos meus pais, sempre com muita disponibilidade e, dessa forma, contribuiu muito para que este trabalho fosse concluído.

Aos meus pais **Helena Mota e Geraldo Martins**, pelo esforço que fizeram para que eu chegasse até aqui, pela paciência e compreensão diante da minha necessidade de ‘clausura’ para escrever este trabalho e por tentarem entender a minha ausência quando precisaram que eu estivesse presente. A eles, minha eterna gratidão.

A **Charles**, meu bem, meu amor, por tudo; obrigada por participar de cada etapa desta jornada, vibrando comigo a cada conquista; pelo conhecimento compartilhado com amor e com café, por desfrutar da sua interlocução; pelo cuidado e suporte nos momentos de profunda angústia na busca deste objetivo; por me ajudar a não desistir e acreditar que seria possível. A ele, todo o meu amor.

Releio lúcido, demoradamente, trecho a trecho tudo quanto tenho escrito. E acho que tudo é nulo e mais valera que eu o não houvesse feito. As coisas conseguidas, sejam impérios ou frases, têm, porque se conseguiram, aquela pior parte das coisas reais, que é o sabermos que são perecíveis.

Tudo quanto buscamos, buscamos-lo por uma ambição, mas essa ambição ou não se atinge, e somos pobres, ou julgamos que a atingimos, e somos loucos ricos.

**Fernando Pessoa**

## RESUMO

Considerado um grave problema social e de saúde pública, a violência sexual contra crianças se expressa de diversas formas incluindo o abuso sexual intrafamiliar. A problemática deste estudo circunscreve-se em torno das questões sobre o abuso sexual perpetrado por pai contra filhos (as). Respalçadas em questões e inquietações provocadas pela escuta clínica de crianças e adolescentes envolvidos em situações de violência sexual e suas famílias objetivamos estudar, dentro da perspectiva psicanalítica, as repercussões na dinâmica da família, da revelação do abuso sexual intrafamiliar e as implicações para a criança. Participou da pesquisa a mãe de uma criança que sofreu abuso sexual praticado por seu pai biológico e revelou o fato à mãe depois de quase dois anos, encaminhadas à pesquisa pelo Centro de Referência Interprofissional na Atenção a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência da Capital/Tribunal de Justiça de Pernambuco[TJPE]. Adotamos para a coleta de dados as entrevistas psicológicas semidirigidas, dentro da abordagem clínico-qualitativa, observando os cuidados éticos para a pesquisa com seres humanos; para a análise dos dados utilizamos a Análise de Conteúdo, agrupando os fragmentos da entrevista em eixos temáticos para, então, compreendê-los em seus núcleos de sentido. A nossa investigação mostrou que a revelação do abuso sexual infantil é um processo lento e gradual, que demanda um intenso trabalho psíquico para a criança e se desdobra na sua narrativa. Verificamos que a revelação do abuso sexual incestuoso não necessariamente promove alívio de início, podendo ser vivida de ameaçadora e dolorosa para a criança/adolescente, associada às angústias e fantasias, sendo capaz de se tornar mais difícil do que a própria experiência do abuso. Tanto a criança como membros da família quando decidem pela denúncia, são solicitados a falar sobre o que aconteceu em diferentes instâncias, em sua maioria desarticuladas, obrigando-os a contarem, inúmeras vezes, como se deu o abuso, configurando-se numa verdadeira *via-crúcis* para a criança, principalmente. Observamos também que os dados analisados na entrevista demonstram que em relação à família, o processo de revelação leva a um período de desestabilização exigindo do grupo disposição emocional para a elaboração e transformação. É possível dizer que nosso estudo corrobora achados de pesquisas anteriores, no que se refere às reações maternas perante a revelação, ficando evidente o sofrimento psíquico que as mães apresentam ao tomar conhecimento do fato, sendo necessário que recebam igual atenção e cuidado no decurso da revelação, lembrando que ocupam um lugar significativo neste processo. No que se refere à revelação no contexto clínico, destacamos a importância do trabalho clínico e da figura do terapeuta intermediando a relação da criança com sua experiência de abuso, oferecendo a ela um ambiente seguro para criação de sentidos. Dessa forma, esperamos que esta pesquisa tenha contribuído de alguma forma, para ampliar o debate em torno da problemática do abuso sexual infantil intrafamiliar no campo da clínica e da academia.

Palavras-chave: Abuso sexual infantil intrafamiliar; incesto; revelação; clínica psicanalítica; família.

## ABSTRACT

Considered a serious social and public health problem, sexual violence against children is expressed in various ways including the domestic sexual abuse. The problem of this study is localized around the issues of sexual abuse perpetrated by father against children. Based on issues and concerns caused by the clinic listening to children and adolescents involved in situations of sexual violence and their families aimed to study, within the psychoanalytic perspective, the impact on family dynamics, the development of intra-family sexual abuse and the implications for the child. Participated in the survey the mother of a child who suffered sexual abuse by her biological father and revealed the fact to mother after almost two years, referred to research by the Interprofessional Reference Center on Attention to Children and Adolescents Victims of Violence of Capital / Court of Justice of Pernambuco [TJPE]. We adopted for the collection of data the semi-directed psychological interviews, within the clinical-qualitative approach, observing the ethical guidelines for research with human beings; for the analysis of the data we use the Content Analysis[AC], grouping the interview fragments themes to then understand them in their core sense. Our research has shown that disclosure of child sexual abuse is a slow and gradual process that requires an intense psychic work for the child and unfolds in his narrative. We found that the revelation of incestuous sexual abuse does not necessarily promote early relief and can be lived in a threatening and painful for the child / adolescent, associated with anxieties and fantasies, being able to be more difficult than the experience of abuse. Both the child and family members when deciding the complaint, are asked to talk about what happened in different instances, mostly disjointed, forcing members to share, countless times, how was the abuse by setting up a true *via-crucis* for children mainly. We also note that the data analyzed in the interview show that in relation to the family, the process of revelation leads to a destabilizing period requiring the emotional disposition group for the development and transformation. It can tell that our study corroborates findings from previous research, with regard to maternal reactions to the disclosure, evidencing the psychological suffering that mothers have to take notice of the fact, and must receive equal attention and care in the course of revelation, noting that occupy a significant place in this process. As regards the disclosure in the clinical context, we emphasize the importance of clinical work and Therapist figure mediating the child relationship with his experience of abuse, offering a safe environment for creating senses. Thus, we hope that this research has contributed in some way to broaden the discussion around the issue of child sexual abuse assistance in the field of clinical and academic circles.

Keywords: Child sexual abuse; incest; disclosure; psychoanalytic clinic; family.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	12
<b>METODOLOGIA</b>	15
<b>CAPÍTULO 1</b> Que abuso é esse?	19
1.1. O abuso sexual infantil como manifestação da violência	19
1.2. O abuso sexual infantil e o tabu do incesto	23
1.3. O abuso sexual infantil intrafamiliar	27
1.4. A linguagem da ternura e a linguagem da paixão: a perspectiva ferencziana	31
1.5. Vitimização: o que é isso?	39
<b>CAPÍTULO 2</b> Do segredo à revelação do abuso sexual infantil	41
2.1. O segredo do incesto na família	42
2.2. A revelação e suas vicissitudes	45
2.3. A narrativa da revelação: a criança em busca de um sentido	48
2.4. Um caso em cena e as narrativas do abuso	50
2.4.1. A entrevista com a mãe	52
<b>CAPÍTULO 3</b> O acolhimento e a criação de sentidos	73
3.1. O atendimento a situações de abuso	74
3.2. As especificidades da clínica com crianças vítimas de abuso	77
3.3. A revelação no contexto clínico e a criação de um ambiente acolhedor	81
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	85
<b>REFERÊNCIAS</b>	90
<b>ANEXOS</b>	95
ANEXO A Carta de Aceite	95
ANEXO B Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	96
ANEXO C Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Responsável)	98
ANEXO D Transcrição da Entrevista	100

## INTRODUÇÃO

A violência em suas diversas manifestações sempre esteve presente na história da infância. Referências a práticas que envolviam formas de violência contra a criança podem ser encontradas nos registros históricos de muitas civilizações, desde a antiguidade. As agressões sexuais contra crianças são também manifestações antigas de violência, mas até a década de 50 a sexualidade era considerada tabu e falar sobre os fenômenos que envolviam a sexualidade infantil era bastante raro.

Durante muito tempo no Brasil a criança esteve em lugar de pouca atenção e visibilidade no que se refere a ser considerada sujeito de direitos. Somente com a Constituição Federal de 1988 e com a aprovação da lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - que dispõe sobre a proteção integral da criança e do adolescente - estimulou as denúncias e estabeleceu a obrigatoriedade das notificações de casos de maus tratos contra crianças, incluindo os casos de abuso e exploração sexual infantil, gerando um número alarmante de registros de violência contra crianças nas unidades do SUS – Sistema Único de Saúde.

Considerado um grave problema social e de saúde pública, a violência sexual contra crianças se expressa de diversas formas e compreende as seguintes situações: o abuso sexual intrafamiliar, o abuso sexual extrafamiliar e a exploração sexual comercial.

Psicólogos e psicanalistas que atuam tanto no sistema público como no privado, se deparam com as questões acerca da clínica com sujeitos vitimizados sexualmente e com as dificuldades de manejo e enquadre terapêutico ante a trama complexa da violência.

A escolha do tema desse estudo foi respaldada em questões e inquietações provocadas pela escuta clínica de crianças e adolescentes envolvidos em situações de violência sexual e suas famílias, durante a experiência com a clínica institucional em rede pública, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, que se estendeu aos atendimentos em consultório particular.

Tal experiência possibilitou o nosso encontro com diversos casos de violência sexual envolvendo crianças e adultos, e a partir disso passamos a refletir não apenas sobre a frequência com que estes casos chegavam aos consultórios e aos

serviços públicos, como também acerca das primeiras intervenções com as crianças vitimizadas sexualmente.

Quando passamos a acompanhar de perto os casos denunciados ou notificados com suspeita ou confirmação de abuso sexual, observamos que após a revelação a criança e sua família vivenciavam experiências desorganizadoras e apresentavam grande sofrimento psíquico, contrariando a crença compartilhada pela maioria de que revelar e denunciar um abuso sexual colocaria um ponto final na história e traria alívio ao sofrimento.

Concordamos com Cromberg (2001) quando pontua que “muitas vezes, com a denúncia, há piora do estado psíquico”, e entendemos que as denúncias e notificações, embora necessárias e em alguns casos obrigatórias, podem levar a intervenções intrusivas.

Estaríamos diante de um paradoxo na revelação? Como entender que a revelação pode se tornar mais difícil que a própria experiência de abuso? As especificidades da clínica com crianças que sofreram abusos sexuais lançam questões diante da situação em que o silêncio imposto no abuso sexual é interrompido pela fala da criança a um adulto. Com o objetivo de estudar as repercussões, na dinâmica da família, da revelação do abuso sexual intrafamiliar perpetrado por pai contra filhos(as) na infância ou adolescência, buscamos pensar, pelo viés psicanalítico, sobre as implicações psíquicas e emocionais para a criança, da revelação do abuso sexual vivenciado no ambiente familiar, diante da resposta emocional dos membros da família durante a revelação.

Por conseguinte, o estudo foi desenvolvido na tentativa de trazer para o campo da reflexão o estudo psicanalítico sobre a revelação do abuso sexual infantil intrafamiliar, tentando contribuir não só com o debate sobre o tema em psicologia e psicanálise, como também contribuindo com o conhecimento para a construção de intervenções clínicas com crianças, jovens e adultos que passaram por essa experiência.

Dividido em três capítulos, este trabalho se apresenta da seguinte forma:

No CAPÍTULO 1 - *Que abuso é esse?* - faremos a apresentação do abuso sexual infantil intrafamiliar, abordando a sua incidência e caracterização, retomando as noções de violência sexual e abuso sexual infantil, para em seguida, fazermos uma leitura do abuso sexual infantil na perspectiva psicanalítica.

No CAPÍTULO 2 – *Do segredo à revelação do abuso sexual infantil* - apresentamos as noções de segredo e revelação, contemplando a revelação como expressão de sobrevivência psíquica diante dos riscos de aniquilamento e morte psíquica com a qual a criança se depara nas situações que empregam a narrativa do incesto. Neste capítulo, também apresentamos fragmentos da entrevista com a mãe participante da pesquisa, fazendo as reflexões sobre as repercussões da revelação para a criança e para o grupo familiar.

A clínica com crianças vitimizadas sexualmente e sua família é abordada no CAPÍTULO 3 – *O acolhimento e a criação de sentidos* - que traz discussões acerca da revelação no contexto clínico, destacando a importância da criação de um ambiente acolhedor para a criação de sentidos e elaboração da experiência.

Por fim, nas CONSIDERAÇÕES FINAIS tecemos alguns comentários a respeito do que este estudo pode responder e suscitar, a propósito das repercussões da revelação do abuso na dinâmica da família e sobre o que observamos da revelação enquanto expressão de sobrevivência psíquica.

## METODOLOGIA

Antes de adentrarmos na descrição da metodologia adotada na pesquisa, convém ressaltar que a investigação que subsidiou essa dissertação é fruto de um longo período de reflexão sobre a revelação do abuso sexual infantil e sobre o próprio fenômeno do abuso sexual, de contribuições teóricas afins e de estudos que tratam do tema, sendo a revelação mesma e sua narrativa, nosso objeto de estudo.

Para desenvolver este trabalho propomos uma parceria com o Centro de Referência Interprofissional na Atenção a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência da Capital – CRIAR/TJPE. Criado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, o CRIAR está vinculado às 1ª e 2ª Varas de Crimes Contra Crianças e Adolescentes e sua equipe é composta por profissionais especializados em Psicologia, Serviço Social, Pedagogia dentre outros da área jurídica e de saúde, voltados para o acompanhamento das crianças e dos adolescentes vítimas nos processos das respectivas Varas.

A escolha pelo CRIAR foi embasada nos objetivos da pesquisa e no fato de que em outras instituições poderíamos nos deparar com casos ainda em *suspeita de abuso* que, possivelmente, suscitaria outras demandas.

Em razão das dificuldades de acesso às pessoas envolvidas em situação de abuso sexual infantil, pela complexidade dos casos, definimos que os sujeitos da pesquisa precisariam estar vinculados a uma instituição e sendo assistidos por uma equipe multidisciplinar, obedecendo aos seguintes critérios: 1) deveriam ser familiares adultos de crianças e adolescentes que tenham passado pela experiência do abuso sexual na família, praticados contra eles pelo pai ou pessoa que ocupe esse lugar e 2) que estivessem no decurso da revelação.

Para isto, obtivemos o aceite da Coordenadoria da Infância e Juventude – TJPE que deferiu a solicitação em relação à parceria para a realização da pesquisa, apoiando o estudo.

Numa contrapartida solicitada pelo próprio Tribunal de Justiça de Pernambuco, assumimos o compromisso de atender crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, ligados aos familiares participantes da pesquisa, que necessitassem de acompanhamento psicológico, mas não tiveram acesso ao atendimento na rede socioassistencial.

Como os processos são segredos de justiça, não tivemos acesso aos Autos para identificação dos sujeitos, sendo assim a escolha destes foi mediada pela equipe do CRIAR que fez a indicação dos sujeitos disponíveis.

O método utilizado foi o relato do caso apontado por Zanetti e Kupfer (2008), pelo viés psicanalítico, que utiliza fragmentos do caso, juntamente com outros elementos possibilitando a construção de um caso clínico. Nesta perspectiva, utilizamos fragmentos da entrevista com uma das mães participantes da pesquisa para construirmos um relato do caso.

Zanetti & Kupfer (2008) assinalam que o relato do caso é o primeiro passo e, ao mesmo tempo o passo fundamental, para o encontro da experiência psicanalítica com a elaboração teórica. No relato do caso teremos a possibilidade de produzir um texto “com as passagens escolhidas, privilegiadas em alguns momentos (pp.181 e 182)”.

Segundo Nasio (2001), em psicanálise o caso é definido como um relato de uma experiência singular, escrito por um terapeuta para atestar seu encontro com um paciente e respaldar um avanço teórico. O interesse muito particular que um analista dedica a um de seus pacientes leva, na maioria das vezes, a um intercâmbio de sua experiência com seus colegas e dá margem a uma observação escrita que constitui o que realmente se chama de *caso clínico*.

Este autor aponta que o caso pode ser entendido com uma ficção, não no sentido de uma irrealidade, mas porque ao criar o relato do caso, o analista reconstrói a lembrança de uma experiência terapêutica marcante e participa dela com seu desejo, pensa nela com sua teoria e a escreve na língua de todos. O fato real acaba, por sua vez, por se transformar em outro: “o relato de um encontro clínico nunca é o reflexo fiel de um fato concreto, mas sua reconstituição fictícia” (Nasio, 2001, p.17 e 18).

Em sua *função didática*, o caso tem um caráter cênico e figurado, que se apresenta “como uma fantasia em que voejamos livremente de um personagem para outro, no seio de um mundo virtual, estando dispensados de qualquer confronto direto com a realidade” (Nasio 2001, p. 12). Consiste em transmitir a psicanálise por intermédio da disposição de imagens de uma situação clínica, favorecendo a empatia do leitor, introduzindo-o sutilmente no universo abstrato dos conceitos e o que distingue o relato do caso de outros textos didáticos é a particularidade de transmitir a teoria dirigindo-se à imaginação e à emoção do leitor.

Ainda para Nasio (2001), o caso apresenta-se numa *função de metáfora*, quando se torna metáfora de um conceito e numa *função heurística* ultrapassando seu papel de ilustração e de metáfora tornando-se, em si mesmo, gerador de conceitos (p. 12-17).

Acreditamos que o caso que ilustra as reflexões feitas aqui atesta o encontro clínico descrito por Nasio (2001), por meio de um “acontecimento transferencial” que, conseqüentemente, nos convocou à sua escrita. Entendemos também que quando relatamos este caso, trouxemos não só a singularidade do sofrimento e da fala que nos foi dirigida, mas também a lembrança de outras experiências terapêuticas, permitindo que o caso atinja tanto uma função didática de transmitir a teoria, como uma função de metáfora de conceitos ferenczianos importantes, como o de *amor forçado* e da *confusão de língua*.

Dentro da abordagem clínico-qualitativa, a pesquisa adotou para a coleta de dados as entrevistas psicológicas semidirigidas, com sujeitos adultos participantes da pesquisa, que aconteceram no consultório particular da pesquisadora devido à falta de um espaço exclusivo para o atendimento no CRIAR.

Tendo em vista que na dinâmica da entrevista, numa pesquisa clínico-qualitativa, estão presentes elementos psicanalíticos básicos como a transferência, a contratransferência e ainda o estabelecimento do setting como meio importante para a livre associação de ideias, é possível dizer que, de fato, a entrevista é um dispositivo clínico.

Embora não tenhamos definido o sexo, a escolaridade, a raça/cor e o nível socioeconômico dos participantes, nem o grau de parentesco, somente mães de crianças, todas meninas, se disponibilizaram a participar e das três mães encaminhadas pelo CRIAR para participação na pesquisa, apenas uma delas conseguiu participar da entrevista<sup>1</sup>.

Entrevistamos individualmente a mãe, fazendo uso do gravador de voz como instrumento auxiliar na coleta dos dados, com o conhecimento e a anuência dela. Posteriormente fizemos a transcrição da entrevista e o material gravado encontra-se

---

<sup>1</sup>Uma das mães desistiu da participação pelas dificuldades com o deslocamento e a outra, por razões clínicas, mesmo se disponibilizando a participar da entrevista, não teve indicação, ela e a criança permaneceram em acompanhamento.

guardado em local seguro, respeitando a manutenção do anonimato e do sigilo em relação à identidade das pessoas envolvidas.

Antes da transcrição fizemos uma escuta inicial do material gravado, uma *escuta flutuante*, desatenta, para então nos debruçarmos na transcrição propriamente dita. Após a transcrição, precisamos fazer também a *leitura flutuante* e então, só depois, trabalhamos sobre o material transcrito.

A nossa investigação observou os cuidados éticos referentes às pesquisas com seres humanos - em conformidade com a Resolução 196 do Conselho Nacional de Saúde e da Resolução 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia – e nosso projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Consta em nosso poder o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido devidamente assinado pela entrevistada e a autorização para o acompanhamento psicológico da criança (modelos nos anexos B e C).

Para a análise dos dados das entrevistas adotamos a análise de conteúdo – AC – que de acordo com Bardin (2004), visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica, etc., através de um mecanismo de dedução baseado em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares.

Na intenção de conhecer o que se inscreve por trás do jogo de palavras utilizadas no texto sobre o qual se debruça, a análise de conteúdo é entendida como uma busca de outras realidades através das mensagens.

Optamos também pela análise temática para a apresentação dos fragmentos da entrevista, respaldados ainda em Bardin (2004) que a considera característica da análise de conteúdo, priorizando os temas relevantes ao nosso estudo e não a ordem da narrativa das entrevistas.

## Capítulo 1

### Que abuso é esse?

Havia algo de insano  
naqueles olhos, olhos insanos  
Os olhos que passavam o dia  
a me vigiar, a me vigiar...  
Camila, Camila.  
**Thedy Corrêa**

As crianças fazem parte de um segmento social considerado dos mais vulneráveis a diversos tipos de violência e, muitas delas, sofrem as primeiras manifestações de violência já na primeira infância.

O abuso sexual infantil não é um fenômeno contemporâneo. Nas primeiras embarcações que Portugal lançou ao mar antes do descobrimento, crianças, órfãs do Rei, eram enviadas como grumetes ou pajens, para casar com súditos da Coroa e recebiam a incumbência de prestar serviços aos homens durante a longa viagem, além de serem submetidas aos abusos sexuais praticados pelos marujos rudes e violentos (Azambuja, 2011; Pedersen & Grossi, 2011).

De todas as formas de violência contra a criança, o abuso sexual intrafamiliar apresenta maiores dificuldades de manejo, trazendo implicações de ordem diversa para todos do grupo familiar.

Neste capítulo partiremos da apresentação do abuso sexual infantil intrafamiliar, sua incidência e caracterização, retomando as noções de violência sexual e abuso sexual infantil adotadas para este estudo, para em seguida, fazermos uma leitura do abuso sexual infantil na perspectiva psicanalítica.

#### **1.1. O abuso sexual infantil como manifestação da violência**

Falar sobre o abuso sexual infantil é difícil. Escrever, sobretudo. É um tema denso e inquietante, que remete ao horror da constatação da quebra de uma interdição. Bastante estudado, especialmente no campo psicossocial e jurídico, a questão do abuso sexual contra crianças, em suas diversas expressões, tem levado

a psicanálise a marcar posicionamentos, principalmente quando acontecem no contexto familiar.

O abuso sexual infantil faz pensar nos excessos presentes em algumas relações. A palavra *abuso* entre suas diferentes possibilidades de uso significa também exagero, excesso e falta de comedimento. Faleiros (2004) observa que o abuso sexual é uma ultrapassagem de limites físicos, psicológicos (nível de desenvolvimento da vítima), sociais (papéis sociais e familiares), culturais (tabus) e legais (de direitos e regras), e deve ser compreendido como situação de maus-tratos às vítimas.

Falar de abuso sexual infantil é, nesse sentido, falar daquilo que excede a medida e é insuficiente na marcação de limites. Dentro dessa perspectiva do descomedimento e desmedida, vamos tecer os argumentos sobre o abuso sexual infantil intrafamiliar, tomando como referência o texto ferencziano “Confusão de língua entre os adultos e a criança” (1933/2011), que vamos analisar mais detalhadamente adiante.

Quando usamos a expressão *abuso sexual infantil*, referimo-nos à relação sexual intencional de um adulto com uma criança que se encontra hierarquicamente submetida a ele. Em alguns momentos, preferimos a palavra *abuso* à palavra *violência* porque seu sentido realça os excessos de uma relação interpessoal e a ultrapassagem, pelo adulto, dos limites físicos e psíquicos da criança. Já a palavra *violência*, em seu sentido amplo, pode não refletir exatamente a violência interpessoal presente no abuso sexual, podendo descaracterizá-lo como tal, se usarmos os termos sempre com o mesmo sentido.

A psicanalista Renata Udler Cromberg (2001) define violência sexual como uma situação complexa desencadeada por um ato sexual, não necessariamente o coito, na qual uma pessoa, estranha ou familiar, utiliza-se do corpo de outra pessoa, ou ameaça fazê-lo sem o seu consentimento consciente (p. 61).

Considera-se o abuso sexual infantil uma violência de ordem sexual à medida que se baseia numa relação de poder de uma pessoa sobre outra, neste caso, do adulto sobre a criança, numa relação desigual. Marilena Chauí (1985) considera a violência sob dois aspectos e sob esse ponto de vista é possível entender o abuso sexual infantil como uma violência contra a criança:

Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e de opressão. Isso é a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, como ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como uma coisa. Está caracterizada pela inércia, pela passividade e pelo silêncio. De modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência (p.35).

Faiman (2011) explica que o que define o caráter abusivo de um relacionamento é a assimetria, quanto ao poder, de uma pessoa sobre a outra. Ela esclarece que o abuso de poder, que pode adquirir um caráter sexual, é a situação em que por meio de chantagem, uma pessoa consegue que outra tome atitudes que não tomaria. Numa situação como esta, a contradição é clara entre o que a vítima realmente desejaria e o que assume em ato para não sofrer uma perda maior (p. 28).

Três aspectos em comum foram identificados nas definições de abuso sexual infantil, encontradas na literatura pesquisada. O primeiro deles é a impossibilidade do consentimento consciente da criança que não tem condições de decidir ou compreender a natureza do ato, como aparece na definição do CEARAS – Centro de Estudos e Atendimento Relativos ao Abuso Sexual<sup>2</sup> - que considera abuso sexual “qualquer relacionamento interpessoal no qual a sexualidade é veiculada sem o consentimento válido de uma das pessoas envolvidas, implicando em violência psicológica, social e/ou física”.

O segundo aspecto é a intenção do adulto em obter prazer sexual com a criança, baseado numa relação de poder. A Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência [ABRAPIA] (2002) traz esse aspecto de forma clara em sua definição, considerando abuso sexual infantil uma situação em que a criança ou adolescente tem seu corpo usado por outra pessoa de mais idade, podendo ser adulto ou adolescente mais velho, para gratificação sexual.

E o terceiro aspecto encontrado é a exploração de poder do adulto sobre a criança, cujo ato abusivo nem sempre é facilmente identificável. A respeito disso, Watson (citado por Amazarray & Koller, 1998) esclarece que o abuso sexual infantil é

---

<sup>2</sup>Instituto Oscar Freire, USP.

“uma interação onde a intenção é estimular e/ou controlar a sexualidade da criança” e que essa relação implica que uma das partes exerça poder sobre a outra.

A *coisificação* ou *objetificação* de um indivíduo por outro é uma das particularidades dessa violência, quando a criança, ou adolescente, ao ser abusado sexualmente é transformado em objeto de prazer de outra pessoa. Parece haver sempre nestes pontos, implícita ou explicitamente, a ideia de subjugação da criança pelo adulto e destituição de qualquer direito.

O abuso sexual infantil pode acontecer com ou sem violência física e envolve desde carícias até o ato sexual em si (coito) e a exploração sexual. Manifesta-se, por exemplo, no olhar invasivo do *voyeur*, ao observar o corpo nu ou seminud da criança; nas exposições eróticas do corpo adulto ou de órgãos genitais para chocar ou despertar a criança sexualmente; em atos de masturbação forçada; nas palavras obscenas e hostis ditas pelo adulto à criança ou em outras ações físico-genitais impelidas a ela.

A exploração sexual comercial (ESCCA) é outra forma de nomeação do abuso sexual, oficialmente adotada em 1996 no 1º Congresso Mundial sobre a Exploração Sexual, realizado em Estocolmo. A partir de então, o termo *prostituição infanto-juvenil* passou para *exploração sexual infantil*, entendendo que a prostituição se refere ao modo de vida de alguns adultos que escolhem tal modo de vida; o termo prostituição descaracteriza a violência e muda o enfoque que deve ser dado a crianças e adolescentes nessa situação. A exploração sexual infantil, portanto, consiste no envolvimento de crianças e adolescentes em atividades sexuais remuneradas e inclui a pornografia infanto-juvenil, a troca sexual<sup>3</sup>, a exibição em espetáculos públicos e privados, o turismo sexual e o tráfico humano para fins de exploração sexual. É a relação de mercantilização do corpo da criança e do adolescente que define esta forma de abuso.

A sociedade por meio do Legislativo, do Executivo e do Judiciário tem o poder de regular as práticas sexuais em legais e ilegais e definir quais são consideradas violência e crime. Sob esse ponto de vista, o abuso sexual infantil é entendido como *violação* ou uma transgressão, posto que nesta situação exista quebra das regras sociais e infração das leis, em que também a criança não é reconhecida como sujeito de direitos.

---

<sup>3</sup> Troca de favores sexuais por alimentação, moradia, vestimentas, brinquedos, etc.

## 1.2. O abuso sexual infantil e o tabu do incesto

Em psicanálise, pouco se fala do abuso sexual infantil como manifestação da violência sexual, o que constatamos na escassez de publicações psicanalíticas sobre o tema ou em apresentações tímidas de casos clínicos em jornadas e congressos. Segundo Fuks (2010) os psicanalistas, em geral, têm trabalhado com adultos que relatam experiências de abuso na infância, mas, a psicanálise, tem sido cada vez mais solicitada a responder às questões prementes no terreno do abuso sexual infantil.

O tema do incesto é essencial para o estudo do abuso sexual intrafamiliar e em psicanálise perpassa por noções como *complexo de Édipo*, *complexo de castração* e da *universalidade da interdição do incesto*.

Ana Lúcia Modesto (2010) lembra os estudos do antropólogo franco-belga Lévi-Strauss sobre as redes de parentesco. Comenta que ele chegou à descoberta de que a proibição de casamento entre parentes seria a única regra universal. Mesmo nos tempos mais remotos da história humana e em todas as sociedades conhecidas, a proibição estava sempre presente e, por isso, a proibição do incesto era a regra magna.

Diz a autora que, para Lévi-Strauss, a proibição do incesto, fundamento da vida social, é tão importante que o transgressor é capaz de gerar sentimentos de horror e vingança coletiva. A indignação vem não apenas pelo abuso da criança, mas principalmente pela lembrança do incesto (Modesto, 2010, p.61). Pode-se facilmente encontrar notícias em jornais e revistas, de casos de homens e mulheres que foram linchados por suspeita de abusar crianças, ou de detentos condenados por crimes sexuais contra crianças que foram espancados e até mortos como punição pelo ato dito criminoso.

Sem querer estender o debate pela teoria estruturalista de Claude Lévi-Strauss, cabe ainda uma observação importante feita pelo antropólogo: o tabu do incesto por um lado, proíbe o casamento com alguém, por outro, aquele que foi proibido de se casar com a mãe ou irmã, por exemplo, é obrigado a buscar uma noiva em outro grupo de parentesco. Essa troca de mulheres, junto com a troca de palavras e bens seria um dos três pilares da vida social. O advento da sociedade

humana é possível a partir de alianças estabelecidas entre famílias, pelo casamento. Para ele, a proibição do incesto está na passagem da natureza para a cultura:

A proibição do incesto não é nem puramente de origem cultural nem puramente de origem natural, e também não é uma dosagem de elementos variados, parcialmente retirados da natureza e parcialmente da cultura. Nesse sentido, ela pertence à natureza, pois é uma condição geral da cultura, e, por conseguinte, não há por que nos surpreendermos por vê-la extrair da natureza seu caráter formal, isto é, a universalidade. (Lévi-Strauss, 1982, p. 62).

O incesto seria uma contrariedade à lógica que tornou possível a vida em sociedade. Quando não é possível essa troca entre famílias, a estrutura social é colocada em questão.

No sentido psicanalítico a proibição do incesto pode ser compreendida como a lei simbólica que interdita a realização dos desejos edipianos:

A interdição do incesto é entendida como o paradigma de limite, o que diferencia a ordem do caos, o que representa a possibilidade de que, entre um impulso e sua satisfação, se interponha algo, abrindo espaço para um desenvolvimento de um aparelho mental que opere com representações (Faiman, 2011, p.22).

Roudinesco e Plon (1998) pontuam que em 1897, em carta Fliess, Freud interpretou pela primeira vez a tragédia de Sófocles. O complexo de Édipo surge, então, no momento do nascimento da psicanálise, após o abandono por Freud, da Teoria da Sedução. O complexo de Édipo foi então uma noção central em psicanálise até mesmo as vésperas da morte de Freud, “o mito fundador sobre o qual repousa a doutrina psicanalítica como elucidação das relações do ser humano com suas origens e sua genealogia familiar e histórica” (p.166).

O Complexo de Édipo, ligado à fase fálica, é a representação inconsciente pela qual se manifesta o desejo sexual ou amoroso da criança pelo genitor do sexo oposto e hostilidade pelo genitor do mesmo sexo, podendo inverter-se, havendo ao mesmo tempo em que o Édipo um *Édipo invertido*. O seu declínio faz surgir o complexo de castração, quando o menino reconhece no pai o impedimento para a

realização de seus desejos.

Tal percurso é atravessado por intensos conflitos, uma vez que a ambivalência entre amor e ódio matiza as relações com as figuras significativas, fazendo com que a criança sofra e tema as repercussões dos seus investimentos afetivos e, por fim, abandone o desejo de ter a mãe somente para si mesma (Freud, 1905/1996).

Laplanche (2001) refere que o complexo de castração está centrado na fantasia de castração, que proporciona uma resposta ao enigma que a diferença anatômica dos sexos coloca para a criança. Seus efeitos são diferentes no menino e na menina. Enquanto o menino teme a castração como realização de uma ameaça paterna, surgindo a angústia de castração, na menina a falta do pênis é sentida como um dano sofrido que ela procura negar, ou compensar, ou reparar. O complexo de castração tem estreita relação com o complexo de Édipo, com a função interditória e normativa.

A partir da tragédia de Édipo, Freud aborda a questão da proibição do incesto. Formulou em *Totem e Tabu* (1912 -1913/1996) que a proibição do incesto tinha como origem o desejo que este suscitava e não o horror que ele inspirava, contrariando estudos antropológicos da época, iniciando o debate da universalidade do complexo de Édipo e, por conseguinte, da interdição do incesto.

Freud (1912-1913/1996) aborda a existência de um chefe primitivo e brutal, detentor de todos os poderes e privilégios sexuais, que exercia uma autoridade cruel, ameaçando e expulsando os filhos para não dividir com eles as mulheres do clã. Sentimentos de ódio e respeito lhe eram dirigidos pelos filhos, que em uma ocasião de grande revolta se reúnem e assassinam o pai cruel. Porém, tomados por remorso e culpa, buscam expiar estes sentimentos e, com essa finalidade, erguem um totem em memória do pai e estabelecem um pacto objetivando a interdição do incesto, domesticando as pulsões sexuais ao adotá-las ou dirigi-las para fora do clã familiar. Assim, constroem um pacto civilizatório, baseado em regras.

Esse esquema explicativo foi alvo de muita polêmica, sendo criticados seus aspectos antropológicos e históricos. Laplanche e Pontalis (2008) observam que essa hipótese deve ser considerada como um referencial mítico que mostra a exigência feita ao ser humano para a convivência em sociedade, respeitando os limites e as regras contidas em qualquer contexto social. Além disso, esclarecem que as funções parentais não necessariamente precisam ser exercidas pelos

genitores biológicos, ampliando as possibilidades de a quem se refere como objeto primário de afeto e quem é o portador da lei, mantendo o mesmo eixo conceitual. Assim, Laplanche e Pontalis (2008) elucidam:

O complexo de Édipo não é redutível a uma situação real, à influência efetivamente exercida sobre a criança pelo casal parental. A sua eficácia vem do fato de fazer intervir uma instância interditória (proibição do incesto) que barra o acesso à satisfação naturalmente procurada e que liga inseparavelmente o desejo à lei [...] Na realidade, [...] os psicanalistas procuram descobrir em que personagens reais, e mesmo em que instituição, se encarna a instância interditória, em que modalidades sociais se especifica a estrutura triangular constituída pela criança, o seu objeto natural e o portador da lei (p.80).

Ao divulgar seus estudos, no final do século XIX, Freud surpreendeu a época ao tratar sobre sexualidade e, sobretudo, sobre a sexualidade infantil. Nos primeiros escritos psicanalíticos, ele considerou que o conflito psíquico das histéricas surgiu devido a uma sedução sexual precoce, ou seja, as pacientes teriam sofrido uma experiência sexual real e traumática na infância, cujos pais eram os acusados da sedução. Pela carga afetiva demasiada, a experiência havia sido expulsa da consciência através do mecanismo do recalque. Logo depois, porém, Freud rejeitou tal esquema explicativo, abordando que o relato das histéricas poderia ser oriundo de fantasias inconscientes, o que lhe abriu novas possibilidades para sistematizar sobre a realidade psíquica (Freud, 1996). Entretanto, segundo Laplanche e Pontalis (2008), apesar de Freud abandonar a teoria da sedução sexual precoce, ele “nunca deixou de afirmar a existência, a frequência e o valor patogênico das cenas de sedução efetivamente vividas pelas crianças” (p. 470).

### 1.3. O abuso sexual infantil intrafamiliar

Inúmeras são as expressões da violência sexual contra crianças e adolescentes e todas são vistas pelos especialistas como as formas mais bárbaras de violência, que as consideram como severas no que se refere à possibilidade de causar danos físicos e psíquicos às pequenas vítimas. A sua incidência é vista como um grave problema social e de saúde pública no Brasil e o abuso sexual infantil é uma das manifestações desta violência que apresenta maior número de registros de notificação e atendimento.

O SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde – comporta os dados de violência contra crianças e adolescentes no Brasil, entre elas a violência doméstica e sexual. Estes dados advêm da notificação universal, contínua e obrigatória<sup>4</sup>, das situações de violência envolvendo crianças, mulheres e idosos, realizada pelo SUS – Sistema Único de Saúde – diante de suspeita de ocorrência de situação de violência. Os dados que trazemos aqui são parciais, correspondem ao ano de 2011 e foram registrados na 1ª edição do ‘Mapa da Violência: crianças e adolescentes no Brasil’; representam uma pequena parte das violências que efetivamente acontecem, ou seja, apenas aquelas que demandam atendimento do SUS e que, paralelamente, são declaradas como violência.

Pelos registros do SINAN a violência sexual é a segunda mais cometida contra crianças e adolescentes, notificada em 20% dos atendimentos do SUS, com especial concentração na faixa de 5 a 14 anos de idade. Fica atrás apenas das agressões corporais que predomina na faixa etária de 10 a 14 anos, e da negligência e abandono que atinge, em sua maioria, crianças de 0 a 9 anos. Em 2011, foi atendido um total de 10.425 crianças e adolescentes vítimas de violências como estupro, assédio sexual, atentado violento ao pudor e exploração sexual.

Entre os autores da violência, consta nos registros do SINAN que pais e padrastos aparecem como agressores individuais responsáveis por aproximadamente 10% dos atendimentos de violência sexual no SUS, enquanto o conjunto de membros da família nuclear (pai, mãe, padrasto, madrasta, cônjuge,

---

<sup>4</sup> Conforme as Leis 8.069 – Estatuto da Criança e Adolescente, 10.741 – Estatuto do Idoso e 10.778 – Notificação de Violência contra a Mulher.

filhos e irmãos) representa 26,5% dos prováveis agressores das crianças e adolescentes.

E, afinal, que abuso é esse do qual falamos? Falamos do abuso que vitimiza mais meninas que meninos, a maioria na fase pré-púbere até a adolescência. É o abuso que lembra a história íntima da família brasileira, na qual o chefe de família era “dono das coisas e das pessoas”, como certificou Gilberto Freyre em *Casa-grande & Senzala* (1970); dos pais e padrastos que seduzem e invadem o corpo e o psiquismo de suas filhas. Vilhena e Zamora (2004, citado por Azambuja, 2011, p.115) ressaltam que, frequentemente, mulheres e meninas são estupradas dentro de casa por seus familiares, incluindo o próprio pai, sendo seus agressores, muitas vezes, pessoas que elas conhecem, amam e confiam.

Falamos do abuso no qual os adultos ligados à criança ou adolescente por laços de parentesco, utilizam-se não só do corpo da criança, mas também da sua dependência afetiva para a gratificação sexual própria (Cohen, 1993; ABRAPIA, 2002); é o abuso sexual infantil intrafamiliar, também nominado abuso incestuoso ou simplesmente incesto.

Sobre a etimologia da palavra *incesto* (*substantivo masculino*), Saraiva (1993) explica que está relacionada aos verbos *incidere* (atacar, assaltar) e *incestare* (poluir, tornar impuro); deriva do substantivo em latim, *incestus,us* - que significa não casto, ação contra a castidade – e por sua vez, deriva de *incestum,i*, - impureza – o étimo do adjetivo é o latim *incestus,a,um* (*impuro*), formado de *in* e *cestus* (*castus*).

Cromberg (2001) comenta que em certo momento *castus* foi confundido com *cassus*, que significa ‘vazio, isento de’, sendo possível traduzir também a palavra incesto como ‘a quem nada falta’. Ainda segundo a autora, a palavra *abuso* deriva de *abusu*, tecida por *ab* (significa tanto privação como excesso e intensidade) mais *usu* (aproveitamento de algo conforme seu destino). E completa: “Veremos o quanto este sentido, ao mesmo tempo, de excesso e privação, tem a ver com a concepção antropológica mais recente da proibição do incesto como regulando o excesso de identidade e a ausência, portanto, do diferente, bem como o excesso de diferença e a ausência do idêntico” (p.28).

De acordo com esta autora, o abuso sexual na família aponta a quebra do tabu do incesto. Quando o incesto sai do campo da fantasia e passa para o ato sexual torna-se *abuso incestuoso*, conseqüentemente torna-se *violação* - do corpo,

do espaço psíquico, das leis reais e simbólicas - e logo se torna *violência* (Cromberg, 2001).

Se fôssemos definir amplamente o incesto (enquanto abuso/vitimização) ou abuso sexual intrafamiliar, diríamos que se trata de uma relação de caráter sexual envolvendo pessoas ligadas por laços familiares, diretos ou não. Acontece dentro ou fora do espaço doméstico, ou seja, dentro ou fora da residência dos envolvidos. Contudo, é preciso estar atento às pesquisas que apontam para uma maior incidência de violência intrafamiliar contra a criança no espaço reservado da residência, caracterizando-a também como violência doméstica<sup>5</sup>.

Descrito por estudiosos como uma forma privilegiada de maus-tratos e violência doméstica contra a criança, o incesto ou abuso sexual incestuoso é percebido como uma violência privada que, em muitos casos, além das práticas sexuais, incluem outras formas de agressões, como a agressão física e a psicológica (Azevedo, Guerra & Vaiciunas, 2011; Gabel, 1997). Assim, é percebida como uma demonstração das relações abusivas na família e, comumente, o contexto familiar em que ocorre o abuso favorece seu surgimento e continuidade.

Na sua forma de abuso/vitimização sexual de crianças e adolescentes, o incesto pode ser classificado como ordinário e extraordinário. Azevedo, Guerra e Vaiciunas (2011) explicam que o incesto ordinário é entendido como o mais frequente, que é o incesto pai-filha, reiterativo e caracteriza a vitimização sexual doméstica da mulher-criança. Já o incesto extraordinário, diz respeito aos casos raros de incesto (ou pouco anunciados), como o incesto mãe-filho.

Embora o incesto ordinário seja muito comum e cause grande indignação, o anúncio de situações como esta após a comoção inicial, termina no esquecimento quando não são documentadas em jornais e revistas. Podemos buscar na memória da imprensa escrita e televisionada casos que noticiam essa forma de incesto.

O caso Fritzl ficou conhecido mundialmente após a descoberta da história de um homem que manteve sua filha presa em casa por 24 anos e com ela teve sete filhos. Josef Fritzl ficou conhecido como "o monstro de Amstetten" e desde 1977 começou a abusar sexualmente da filha Elisabeth Fritzl que, na época, tinha 11 anos de idade. Elisabeth fugiu de casa em 1984, mas Josef conseguiu atraí-la, droga-la e

---

<sup>5</sup> Violência doméstica é aquela que nomeia os abusos que acontecem no interior do espaço doméstico, entre pessoas que não necessariamente possuem laços de parentesco, incluindo-se babás, cuidadores, pessoas que convivem esporadicamente e agregados.

algemá-la, aprisionando-a no porão de sua casa, na cidade de Amstetten, norte da Áustria, mantendo-a encarcerada até o ano de 2008. Ao sequestrar a própria filha em 1984 chegou a comunicar à polícia seu desaparecimento e explicou que ela havia sido levada por uma seita, fazendo com que Elisabeth escrevesse uma carta, dirigida aos pais, pedindo que parassem de procurá-la, pois estava bem. Durante os anos de aprisionamento Elisabeth viveu uma relação incestuosa imposta pelo pai e com ele teve sete filhos, um deles morrendo logo após nascer. Josef incinerou o corpo do bebê no sistema de calefação da casa, para não levantar suspeitas. Fritzl ainda obrigou Elisabeth a entregar três de seus filhos para adoção pelos avós, colocados com poucos meses de vida na porta de sua casa, junto a cartas escritas por ela. Uma delas, de 1993, dizia: "O bebê tem nove meses, terá uma vida melhor com seu avô e avó que comigo"<sup>6</sup>. Identificado como um pai autoritário proibia a todos da casa que visitassem o porão, que ele dizia ser seu ateliê e quase todas as noites levava comida para a filha e para três de seus filhos, exceto quando viajava.

Josef Fritzl, que já havia cometido vários crimes sexuais no ano de 1967, segundo o jornal austríaco "Oberösterreichischen Nachrichten" ("OÖN")<sup>7</sup>, confessou ser culpado das acusações que recebera e declarou: "Eu sabia que Elisabeth não queria que eu fizesse o que estava fazendo com ela. Sabia que estava machucando-a. Aquilo era como um vício. Na verdade, eu desejava ter filhos com ela". A história foi narrada pela própria Elisabeth durante as 11 horas de depoimento, no julgamento que durou quatro dias em março de 2009, e pode ser vista no documentário *Os segredos do porão austríaco*, exibido no Brasil pelo canal GNT.

Elisabeth Fritzl mora hoje em um local secreto, com os três filhos que viveram com ela em cativeiro, sob nova identidade. As consequências e repercussões na vida de Elisabeth, dos filhos e do restante da família, não são possíveis de ser identificadas, tampouco abordadas nesse estudo. Todavia, o caso Fritzl traz a ilustração das particularidades de um incesto ordinário.

Numa relação incestuosa as funções familiares são alteradas, "o pai passa a ser marido, a mulher aceita perder a função de esposa e de mãe, e a filha deve também exercer a função de esposa e de mãe de suas irmãs", destaca Cláudio Cohen (2011, p. 228). Também é sabido que há casos de abuso intrafamiliar entre

---

<sup>6</sup> <http://noticias.terra.com.br/mundo/interna/0,,O12842089-EI8142,00.html>

<sup>7</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2008/05/397861-jornal-revela-atas-sobre-crimes-sexuais-cometidos-por-austriaco.shtml>

irmãos, quando em alguns casos um desses irmãos assume a função simbólica do pai. Entretanto grande parte dos casos se dá entre ancestral e descendente, hierarquicamente estruturado: pais e filhos(as), mães e filhos(as), avôs/avós e netos(as), tios/tias e sobrinhos(as).

Há um consenso entre os pesquisadores do tema (Cohen, 2011; Cohen & Gobetti, 2003; Faleiros & Campos, 2000; Furniss, 1993) que a gravidade do abuso sexual intrafamiliar está relacionada a variáveis como o vínculo entre a criança e o agressor, o tempo de duração da relação de abuso e o grau de sigilo entre os envolvidos. A observação de particularidades como o grau de agressão física e psíquica com que a violência sexual foi perpetrada, o tempo de duração da relação abusiva e principalmente, o grau de parentesco entre a vítima e o agressor, são importantes para diferenciar os casos de incesto e influir tanto o processo penal quanto a sua terapêutica (Cohen, 2011, p.227).

Revisitando os conceitos e definições, ao pensar que o abuso sexual infantil seja da ordem do excesso, encontramos respaldo nas construções teóricas de Sándor Ferenczi, psicanalista húngaro da primeira geração da psicanálise, a partir do texto *Confusão de língua entre os adultos e a criança*, para avançar nas discussões sobre o abuso sexual infantil e discorrer sobre sua revelação.

#### **1.4. A linguagem da ternura e a linguagem da paixão: a perspectiva ferencziana.**

A obra de Ferenczi traz ricas contribuições para pensar algumas questões da clínica contemporânea, entre as quais, aquelas ligadas aos traumatismos oriundos de um abuso (geralmente sexual) por parte de um adulto. Suas declarações continuam sendo confirmadas em diversas pesquisas científicas e dados estatísticos, como os que foram apresentados aqui e, especialmente no texto *Confusão de língua entre os adultos e a criança: a linguagem da ternura e da paixão* (1933/2011), que descreve de forma minuciosa a dinâmica das seduções incestuosas, o perfil dos agressores e as consequências de impor às crianças “mais amor ou um amor diferente do que elas desejam”.

*Confusão de língua* é um texto que provocou polêmica ao ser apresentado no Congresso Internacional de Psicanálise em Wiesbaden em 1932. Neste escrito, publicado no ano seguinte, Ferenczi retoma a noção de traumatismo psíquico, ressaltando sua origem exterior. Insiste na importância do traumatismo sexual como fator patogênico, argumentando que pôde confirmar a hipótese em contradição às mentiras históricas, pelo grande número de pacientes em análise que confessavam ter tido relações sexuais com crianças.

Ferenczi (1933/2011) assegurava que:

Mesmo crianças pertencentes a famílias respeitáveis e de tradição puritana são, com mais frequência do que se ousaria pensar, vítimas de violências e de estupros. São ora os próprios pais que buscam um substituto para suas insatisfações, dessa maneira patológica, ora pessoas de confiança, membros da mesma família (tios, tias, avós), os preceptores ou o pessoal doméstico que abusam da ignorância ou da inocência das crianças. (p.116)

Movimentos passionais dos adultos contra as crianças são mencionados pelo psicanalista húngaro como formas de traumatizar a criança, sendo o “amor forçado”, o “terrorismo do sofrimento” e as “medidas punitivas insuportáveis” os três tipos de trauma descritos por ele.

O amor forçado ou amor apaixonado se refere às experiências de sedução, geralmente incestuosas, vividas pela criança e perpetradas por adultos de sua confiança. Ferenczi (1933/2011) expõe as seduções incestuosas da seguinte forma:

As seduções incestuosas produzem-se habitualmente assim: um adulto e uma criança amam-se; a criança tem fantasias lúdicas, como desempenhar um papel maternal em relação ao adulto. O jogo pode assumir uma forma erótica, mas conserva-se, porém, sempre no nível da ternura. Não é o que se passa com adultos se tiverem tendências psicopatológicas (...). Confundem as brincadeiras infantis com os desejos de uma pessoa que atingiu a maturidade sexual, e deixam-se arrastar para a prática de atos sexuais sem pensar nas consequências (p. 116).

Tais seduções se dão no campo da ‘linguagem da paixão’ muito próxima dos excessos ligados à loucura e os adultos que passam dos limites são aqueles com “tendências psicopatológicas”.

As “medidas punitivas insuportáveis” ou “punições passionais” equivalem às atitudes físicas violentas impulsivas e premeditadas, recebidas de adultos furiosos (Ferenczi, 1933/2011, p.119). Conhecemos as medidas punitivas insuportáveis como a violência física socialmente disseminada através dos castigos físicos, inclusive como forma de educação das crianças.

Não entraremos aqui nas discussões a respeito do uso de palmadas por pais e responsáveis que a utilizam como forma de disciplina e se estas seriam traumáticas ou não. Ao relacionarmos as medidas punitivas insuportáveis com o que conhecemos por violência física, falamos de qualquer ato que *provoque dano físico* à criança ou adolescente, *de forma intencional, não acidental*, cometida por agressor adulto ou mais velho com a finalidade de ferir e até destruir, deixando ou não marcas evidentes.

As autoras Azevedo e Guerra (2001), no livro *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada* transcorrem por diversas definições da violência física contra a criança, notando que, a cada estudo realizado, sua definição passou por mudanças ao longo do tempo. Referem, por exemplo, A Síndrome da Criança Espancada, termo com o qual os pesquisadores americanos Kempe e Silverman (citados por Azevedo & Guerra, 2001) referiam-se ao fenômeno. Em resumo, definem violência física como:

[...] o emprego de força física contra a criança, de forma não acidental, causando-lhe diversos tipos de ferimentos e perpetrada por pai, mãe, padrasto ou madrasta. (Azevedo e Guerra, 2001 - p.23)

Legalmente é garantido às crianças brasileiras, o direito à educação sem castigos físicos (Lei 8.069/1990; Lei 13.010/2014), entretanto, a sociedade brasileira ainda resiste às discussões sobre o lugar social da criança, como sujeitos de direitos e as punições por violência física ainda são utilizadas por muitas famílias brasileiras.

Os resultados de uma pesquisa recente realizada pelo Centro de Análises Econômicas e Sociais (CAES) da PUC-RS em três comunidades do Recife: Canal do Arruda, Chão de Estrelas e Santo Amaro, constata que no cotidiano de crianças pequenas destas comunidades a opressão se tornou cultural e hierárquica, em que o pai bate na mãe, esta bate no filho, que agride as outras crianças menores que ele. O coordenador da pesquisa, o sociólogo Hermilio Santos, expõe:

A gente encontrou os pais batendo nas suas companheiras. E as mulheres são as que mais batem nos seus filhos. A gente encontrou também no Recife um nível elevado de crianças batendo em outras crianças nas escolas. Um batendo no outro. Não significa que uns batem nos outros indistintamente. Bate naquele que ele considera, aos seus olhos, hierarquicamente inferior. Isso é difícil. Isso não é polícia que resolve (Diário de Pernambuco, agosto de 2014)<sup>8</sup>.

No relato do pesquisador observamos que a violência intrafamiliar é entendida como um círculo vicioso, recorrente e caracterizada por uma relação assimétrica.

Osmo e Kupermann (2012) ressaltam que tanto nos casos de sedução incestuosa quanto nos de punição passional, parece haver um confronto entre duas *línguas* de qualidades distintas, uma *confusão* gerada por uma dissimetria entre o mundo do adulto e o mundo da criança. Os autores lembram que, para Ferenczi, a relação adulto-criança é marcada por uma confusão decorrente da diferença de línguas entre eles. Adultos e crianças, muitas vezes são estrangeiros entre si.

Para chegarmos ao ponto de relevo sobre a revelação do abuso sexual precisaremos passar pelo conceito de trauma na teoria ferencziana, entretanto, não é a intenção nesta ocasião abordar de modo pormenorizado, a problemática do trauma provocado pela sedução real de uma criança, não sendo necessário avançar por este conceito. As menções feitas aqui servirão apenas para entender os riscos de uma revelação mal acolhida.

Ao ler a obra de Sándor Ferenczi ou textos de estudiosos de sua obra, notamos que o conceito de trauma era de interesse constante ao médico e psicanalista húngaro e ocupou uma posição central no desenvolvimento da sua teoria clínica. O trauma é, para Ferenczi, um acontecimento real e concreto provocado por algum agente externo ao sujeito, especificamente um objeto externo; efetivado não no primeiro momento da agressão, mas no tempo da negação por parte do adulto de que as percepções da criança frente ao acontecimento brutal são legítimas (Kahtuni & Sanches, 2009, p.401).

No livro *Ferenczi: do grito à palavra* (1995), Teresa Pinheiro discorre acerca do trauma e suas origens na obra de Sándor Ferenczi voltando às noções que fundamentam o pensamento ferencziano. A autora lembra que o trauma pode ser pensado em dois grandes grupos, sendo o primeiro composto dos traumas ditos

---

<sup>8</sup><http://hotsites.diariodepernambuco.com.br/local/2014/herdeirosdaviolencia/index.shtml>

estruturantes, que constituem uma organização psíquica, contribuindo para o desenvolvimento e a estruturação. O segundo grupo guarda os traumas desestruturantes que põem em risco o projeto identificatório do sujeito.

A história contada por Ferenczi para ilustrar a traumatogênese é nomeada por Pinheiro (1995) como *mito do trauma Ferencziano*. Obedecendo a uma sequência necessária, a uma ordem temporal dos eventos e com um número preciso de personagens a história apresenta o enredo de uma sedução sexual real, praticada por um adulto contra uma criança. No primeiro momento existe uma sedução por parte da criança sob a forma de brincadeira, ou linguagem da ternura; o adulto por sua vez, responde a essa sedução com a linguagem da paixão, gerando a confusão de línguas.

O adulto não reconhece a linguagem da ternura da criança e a toma como um igual. “Confunde as brincadeiras infantis com os desejos sexuais de uma pessoa madura, entendendo a demanda da criança como sendo da ordem da paixão [...]” A criança que comumente não entende a aproximação sexual do adulto, como sensual e erótica, assume com suas fantasias lúdicas um papel maternal em relação ao adulto. “[...] o jogo *pode* assumir uma forma erótica, mas conserva-se, porém, sempre no nível da ternura” (Ferenczi, 1933/2011, p. 116).

A ternura da criança não deve ser entendida como ausência de sexualidade, mas corresponde à organização sexual e psíquica anterior à sexualidade genital. Segundo Pinheiro (1995) o adulto apaixonado, em Ferenczi, é aquele que perde seus limites, com um comportamento efetivo apaixonado, exagerado, desmesurado e louco; A ternura da criança não conhece esse exagero desmedido. Os adultos a que se refere são seus pacientes ou pais de seus pacientes, “de certo modo loucos (...) sem controle.” A paixão aqui é típica do que se chama estado psicótico e se aproxima da loucura, mas não é exclusiva do psicótico, sendo de qualquer adulto em algum momento de sua relação com a criança (p.71).

O segundo momento da história ou *mito do trauma ferencziano* é aquele em que a criança procura outro adulto e narra o acontecido para que este dê sentido ao que não fez sentido. Se esse adulto não suportando o relato da criança a desmente, o trauma se instala. O desmentido, definido e entendido por Ferenczi, provoca o trauma desestruturante.

Osmo e Kupermann (2012) escreveram sobre as noções de confusão de línguas, trauma e hospitalidade, a partir de Ferenczi, ressaltando a ideia ferencziana

de que o trauma patogênico pode emergir no contexto da *confusão de línguas* e referem que esse tipo de trauma acontece em dois tempos: o primeiro momento seria o *choque* e o segundo momento o *desmentido*.

Ao falarem sobre o choque, comentam que sobrevém sempre sem preparação e se trata de um acontecimento que age sobre o sujeito de forma esmagadora, de maneira que ele não pode oferecer resistência (Osimo & Kupermann, 2012, p. 332). A única saída para a criança diante do choque é *brincar de estátua* ante a aproximação do adulto abusador, fingindo que está dormindo, mudando de posição, puxando os cobertores.

Ainda a respeito do choque, que também foi denominado por “comoção psíquica”, Ferenczi (1934/2011) refere que *choque* equivale “à aniquilação do sentimento de si, da capacidade de resistir, agir e pensar com vistas à defesa de Si mesmo [Sol]”. Afirma que a palavra comoção psíquica - *Erschütterung* - deriva de *Schutt*, que significa restos, destroços; e “engloba o desmoronamento, a perda de sua *forma* própria e a aceitação fácil e sem resistência de uma forma outorgada, ‘à maneira de um saco de farinha’” (p.125).

No que se refere ao desmentido, no *Dicionário do Pensamento de Sándor Ferenczi*, Kahtuni & Sanches (2009), explicam que:

O desmentido é a desconfirmação decisiva por parte de um adulto significativo à criança, que, após ter sofrido uma violência perpetrada por outrem, o procura ansiosa, num esforço último de ter legitimada a sua percepção da realidade (Kahtuni & Sanches, 2009, p.119).

Explicam as autoras, que na teoria do trauma Ferencziano o desmentido é um acontecimento-chave porque, sendo mais grave que os abusos sexuais, físicos e psicológicos propriamente ditos, faz com que a inscrição psíquica do evento fique registrada em apenas uma das partes clivadas do ego, tornando impossível para a criança acreditar nos fatos que ocorreram verdadeiramente. Logo a criança passa a perceber a realidade de forma deficitária e a duvidar de seus próprios sentimentos penosos e ambivalentes. Quando a criança encontra no ambiente a proteção, a compreensão e a continência para lidar com a situação dolorosa consegue apoio necessário para a elaboração psíquica da experiência, sem ter de clivar seu ego

numa reação autoplástica<sup>9</sup>. Mas, se a criança se depara com o desmentido, ou seja, a negação da realidade por parte do adulto em quem confia, há a efetivação do trauma.

Kahtuni & Sanches (2009), ressaltam também que o trauma em função do desmentido traz consequências como a identificação da criança com o agressor que faz com que seus sentimentos de culpa sejam reforçados, em função dos sentimentos edípicos ambivalentes e às experiências impactantes; a cisão do ego como meio de defesa e a transformação, pelo adulto, dos sentimentos reais da criança abusada em fantasias confusas e insuportáveis, estão entre outros efeitos do desmentido.

A sedução sexual em si não aparece como fator traumático, mas como prova real do evento, que como consequência leva à identificação com o agressor.

Alguns autores, como Pinheiro (1995), Osmo e Kupermann (2012) comentam sobre o desmentido no texto Ferencziano afirmando que este só terá valor traumático e desestruturante se o que a criança conta for conferido o registro da mentira absoluta e o enunciado do adulto como verdade absoluta, negando a autonomia do pensamento da criança e a sua palavra própria:

Com o desmentido é produzida uma incompatibilidade simbólica. O desmentido assume o tom de uma verdade absoluta e, com isso, o que a criança fala passa a ser considerado como uma mentira absoluta (Osmo & Kupermann, 2012, p.334).

A redução do enunciado da criança a um enunciado unívoco e a um desmentido também unívoco compromete a possibilidade de registros simbólicos. A univocidade não permite a dúvida, própria do reconhecimento da ambiguidade, própria do simbólico. É a ambiguidade fornecida pelo adulto à criança que permite que ela construa sentidos, registros psíquicos construindo condições para a emergência do aparato egóico. Na promessa da introjeção, o objeto gerador de ambivalência traz a possibilidade de acesso ao simbólico que equivale à ambiguidade das palavras, à polissemia e à sobredeterminação (Pinheiro, 1995, p 78).

---

<sup>9</sup> A autoplastia é um modo, descrito por Ferenczi, que o sujeito encontra de lidar com uma situação traumática. Acontecem modificações patológicas no ego do sujeito em função de sua integridade psíquica, mas que envolvem cisões e fragmentações do ego que implicam uma destruição total ou parcial do psiquismo.

O desmentido, ao gerar o trauma patogênico, traz consequências para a criança que podem ser identificadas no mecanismo da clivagem, da identificação com o agressor e da progressão traumática.

No texto *Análise de crianças com adultos*, Ferenczi (1931/2011) descreve o mecanismo da clivagem explicando que “uma parte da sua própria pessoa começa a desempenhar o papel da mãe ou do pai com a outra parte” (p.87), marcando a divisão da subjetividade com uma parte sensível, destruída, e outra parte que tudo sabe, mas nada sente.

A identificação com o agressor é outro dos possíveis efeitos do trauma na criança. Nesta identificação, “por introjeção do agressor, este desaparece enquanto realidade exterior, tornando-se intrapsíquico” (Ferenczi, 1933/2011, p.117).

O que acontece com o sujeito que se identifica com seu agressor é que, quando adulto, poderá se comportar com os objetos com os quais se relaciona da mesma forma que os objetos agressores se comportaram com ele, quando ainda era uma criança (Kahtuni & Sanches, 2009, p.211). Esse mecanismo pode explicar a hipótese dos adultos perversos terem sido vítimas de abuso, em algum momento de sua história.

Outro elemento descrito por Ferenczi como possível resultado do trauma é a *progressão traumática* (patológica) ou *prematuração* (patológica) que, segundo ele, ante a um grave abandono ou grande aflição, acompanhados de angústia de morte, desperta na criança capacidades que só deveriam se apresentar na idade adulta (Mendes & França, 2012, p127).

Ferenczi (1933/2011) descreve a progressão traumática, opondo-a a regressão<sup>10</sup>, da seguinte forma:

A criança que sofreu uma agressão sexual pode, de súbito, sob a pressão da urgência traumática, manifestar todas as emoções de um adulto maduro, as faculdades potenciais para o casamento, a paternidade, a maternidade, faculdades virtualmente pré-formadas nela (p. 119).

Na progressão traumática, o fenômeno do *bebê sábio* descrito por Ferenczi, torna-se mais claro, ao simbolizar o ser que teve que amadurecer precocemente em função da necessidade de superar situações traumáticas.

---

<sup>10</sup> Tendência da criança, ou do paciente, de voltar no tempo rumo à beatitude vivida antes do trauma e reflete o desejo do sujeito traumatizado de tornar o trauma inexistente (Kahtuni & Sanches, 2009, p.289).

### 1.5. Vitimização: o que é isso?

Costuma-se dizer que a criança abusada sexualmente é uma criança vitimizada e não apenas vitimada. Pode parecer estranho falar de uma vitimização da criança, como se ela mesma se fizesse de vítima. Todavia, vitimizar a criança faz parte de um processo de “fabricação” de crianças-vítimas, segundo Maria Amélia Azevedo e Viviane Nogueira de Azevedo Guerra (2007).

As autoras fazem uma distinção entre a *vitimação* e a *vitimização* de crianças; a *vitimação* seria um processo característico da violência estrutural, ou seja, quando as precárias condições de desenvolvimento humano, pela falta de subsídios e políticas públicas, impedem a satisfação de necessidades básicas de sobrevivência, resultando em processos de vulnerabilidade, violações de direitos humanos, que as colocam em estado de alto risco social e pessoal.

Por outro lado, a *vitimização* é consequência das relações interpessoais abusivas adulto-criança, ou seja, as relações que excedem os limites. Assentada no pressuposto do poder do adulto sobre a criança, ela implica o abuso enquanto ação ou omissão, capaz de causar dano físico e psíquico à criança, reduzida a objeto de maus-tratos do adulto. As autoras consideram que:

Enquanto violência interpessoal, a vitimização é uma forma de aprisionar a vontade e o desejo da criança, de submetê-la, portanto, ao poder do adulto, a fim de coagi-la a satisfazer os interesses, as expectativas ou as paixões deste (Azevedo & Guerra, 2007, p.35).

Esta distinção é de suma importância neste estudo, porque entendemos que, no abuso sexual infantil, a criança é sempre vitimizada - no sentido dado pelas autoras citadas - posto que refere uma violência interpessoal em que, além da vontade e do desejo da criança, seu corpo é também aprisionado através da submissão deste à satisfação dos desejos do adulto.

Veremos, neste trabalho, que o corpo da criança em casos de abuso sexual pode ser duplamente abusado ou demasiadamente invadido; uma vez pelo suposto agressor sexual e, posteriormente, por exemplo, pelas investigações de um ‘delito’ registrado no corpo. Falaremos mais desse *duplo abuso* adiante, no capítulo seguinte.

É possível fazer aqui uma analogia com o que entendemos por vitimização segundo o processo, descrito por Ferenczi, pelo qual passa a criança sob o *amor*

*forçado* e que pode leva-la à sua identificação com o agressor. Ferenczi (1933/2011) explica que é difícil adivinhar como a criança se sente e como vai se comportar após a perpetração dos abusos. Sua reação imediata seria a recusa, ódio e resistência se não fosse tomada por um medo intenso, que obriga-a à submissão:

As crianças sentem-se física e moralmente sem defesa, sua personalidade é ainda frágil demais para poder protestar, mesmo em pensamento, contra a força e a autoridade esmagadora dos adultos que as emudecem, podendo até fazê-las perder a consciência (p.117).

E adentrado na explicação do mecanismo de defesa psíquica, nomeado de identificação com o agressor, Ferenczi (1933/2011) prossegue:

Mas esse medo, quando atinge seu ponto culminante, obriga-as a submeter-se automaticamente à vontade do agressor, a adivinhar o menor de seus desejos, a obedecer esquecendo-se de si mesmas, e a identificar-se totalmente com o agressor (p.117).

Se pensarmos o traumatismo sexual descrito por Ferenczi a partir da trama dos abusos sexuais infantis intrafamiliares ou incestuosos teremos a seguinte cena: uma criança ou adolescente seduz o pai (ou padrasto) com a linguagem da ternura, a forma lúdica da sexualidade pré-genital. O pai “louco de certo modo”, responde a essa sedução com a linguagem da paixão gerando uma confusão de línguas e, de forma real e concreta, abusa sexualmente de sua filha ou filho. A criança então, tentando compreender o que se passou, procura outro adulto que não é um adulto qualquer, mas um adulto de confiança (geralmente a mãe) e narra o episódio. Não suportando ouvir o relato do abuso, este adulto desmente a criança numa negação perversa da realidade.

É neste ponto, no segundo momento do mito do trauma ferencziano, que a revelação ganha contorno nesse estudo e, a partir daqui, podemos observar as repercussões da revelação também para o grupo familiar e como ela pode se tornar uma experiência mais difícil que o próprio abuso sofrido.

## Capítulo 2

### Do segredo à revelação do abuso sexual infantil

O Segredo.

Há uma palavra que pertence a um reino que me deixa muda de horror. Não espantes o nosso mundo, não empurres com a palavra incauta o nosso barco para sempre ao mar. Temo que depois da palavra tocada fiquemos puros demais. Que faríamos de nossa vida pura? Deixa o céu à esperança apenas, com os dedos trêmulos cerro os teus lábios, não a digas. Há tanto tempo eu de medo a escondo que esqueci que a desconheço, e dela fiz o meu segredo mortal.

**Clarice Lispector.**

Diante da apresentação das noções de violência e abuso sexual infantil, problematizando o abuso sexual infantil intrafamiliar, no primeiro capítulo, passamos nesta parte do trabalho, ao momento de aprofundar o debate sobre a revelação do abuso sexual perpetrado na família. Neste capítulo, apresentamos também fragmentos da entrevista realizada com uma mãe participante da pesquisa, contendo análise de conteúdo temático (Bardin, 2004), que permitiu as reflexões sobre a revelação, suas vicissitudes e repercussão na família.

E antes de iniciarmos o percurso pelo caminho da revelação, neste segundo capítulo, cabe ressaltar que a produção bibliográfica sobre o tema em questão ainda não apresenta contribuição significativa a respeito da revelação feita por crianças que vivenciam a experiência de abuso sexual na família. A maioria dos estudos realizados especificamente sobre a revelação e seu processo apresenta discussões em torno dos fatores que facilitam ou inibem a revelação, a reação da família diante da narração de um abuso sofrido por uma de suas crianças ou a revelação no contexto clínico.

As nossas reflexões teóricas foram essencialmente fundamentadas nas exposições de Evan Imber-Black e seus colaboradores sobre *os segredos na família*, no livro *Os segredos na família e na terapia familiar* (1994), complementadas por pesquisas recentes de estudiosos brasileiros, sobre o tema do abuso sexual e

sua revelação, que confirmam a importância e atualidade do tema e dá elementos para o desenvolvimento de novas pesquisas.

## 2.1. O segredo do incesto na família

Pensar a revelação do abuso sexual infantil intrafamiliar não é possível sem antes falarmos dos segredos na família. Trabalhar com a problemática do abuso sexual e sua revelação é trabalhar na área dos segredos e a própria palavra *revelação*, em seus diferentes sentidos, pressupõe a divulgação de um segredo.

Imber-Black (1994) ao dissertar sobre os segredos na família e na terapia familiar lembra que “até muito recentemente, em nosso campo, os segredos foram mantidos em segredo” (p.15). Os segredos na família - que ela chama de *um dos dilemas clínicos mais estimulantes* com os quais os terapeutas de família se deparam - são fenômenos sistêmicos, ligados ao relacionamento; moldam as díades, formam os triângulos, as alianças, os rompimentos e definem os limites de quem está ‘dentro’ ou ‘fora’ do relacionamento.

Segundo a autora, conhecer o conteúdo específico de um segredo é necessário ao trabalho de terapeutas que lidam com os segredos familiares, esclarecendo que:

[...] é no conteúdo específico de um segredo que se encontra as origens do estigma, vergonha e o medo da dissolução da família, que alimenta poderosamente o processo de manutenção do segredo (Imber-Black, 1994, p 22).

Ela analisa que, quanto ao conteúdo, alguns segredos são *positivos*, como aqueles que os adolescentes escondem dos pais ao iniciar o processo de diferenciação. Outros segredos são considerados como *nocivos*; estes, de longa duração, geralmente referem-se a acontecimentos do passado que mantêm, no presente, o poder de afetar os relacionamentos e o bem estar individual. Os segredos, tais como abuso sexual e físico, são avaliados pela autora como de *conteúdo perigoso*, por exigirem medidas imediatas para garantir a segurança dos envolvidos. Sobre os segredos *perigosos* Imber-Black (1994) afirma:

Certamente não é mais aceitável em nosso trabalho (se é que, na verdade, algum dia foi) dizer que o conteúdo de segredos,

como incesto, abuso e perigo físico ou emocional é simplesmente “sistêmico” e que eles podem e devem ser explorados de forma dissimulada (p. 23).

Como na maioria das vezes o abuso sexual intrafamiliar ou incestuoso é realizado sem uso da força ou violência física, a lealdade e confiança da criança no familiar agressor é a forma que este encontra para ter o silêncio garantido (Santos & Dell’Aglio, 2010). A sedução da criança por um adulto é uma forte característica nestas ocasiões e a lealdade familiar tem um significado peculiar. O perpetrador, além de prover os cuidados da criança pode ser a pessoa mais carinhosa e amorosa em sua vida, fazendo com que se sinta especial e privilegiada. Com isso, como aponta Imber-Black (1994), um membro da família, neste caso a criança ou adolescente, diante da solicitação de manter um segredo, passa a acreditar que a revelação deste segredo é um ato de deslealdade.

Faiman (2011) explica que numa situação de sedução uma pessoa pode tornar-se vítima de um abuso pela confusão de seus próprios sentimentos e que, em determinadas situações, a erotização do vínculo consiste no próprio abuso (p. 28).

Em outras circunstâncias, o abuso sexual vem acompanhado de violência física, onde o corpo da criança ou do adolescente é atacado intencionalmente de acordo com a lógica do agressor. Nestes casos, o abuso do poder físico e psicológico sobre a criança é utilizado para assegurar que a criança guardará segredo do que aconteceu, por medo e intimidação. É também muito comum a presença de violência doméstica, com outros membros da família sendo agredidos fisicamente em função da manutenção de uma estrutura familiar que favoreça as relações abusivas.

Dois pontos foram levantados por Imber-Black (1994) que consideramos relevantes para este trabalho. Um deles aborda a distinção entre segredo e privacidade. A autora lembra que a concepção do que é secreto e do que é particular varia de uma família para outra; assim, algo que pode ser tomado como segredo para uma família, para outra pode estar no campo do privado. Observa, também, que os segredos frequentemente estão ligados ao medo e à ansiedade quanto à revelação, enquanto a privacidade conserva uma zona de conforto, livre do acesso indesejado de outros.

Na distinção entre segredo e privacidade, notamos que quando acontece a revelação de um abuso sexual infantil resultando na denúncia, uma linha tênue

separa o que é secreto do que é privado. O segredo revelado não pode ser considerado público e levado ao conhecimento de todos, de forma acrítica.

O direito à privacidade é constantemente ameaçado através das intervenções policiais, judiciais, do poder público e dos meios de comunicação em rádio e televisão que vendem sensacionalismo. A família precisa da garantia de um teto de privacidade indispensável para cuidar dos segredos dolorosos. Em relação à privacidade, Brill (1990, citado por Imber-Black, 1994), afirma: “Sem o poder, sem recursos e muita coragem, as invasões à privacidade são ainda mais possíveis e as transgressões a ela são ainda mais dolorosas... Quanto mais vulnerável o indivíduo está, menos provavelmente sentir-se-á dotado de poder ou capacitado para proteger sua privacidade” (p.31).

Outro ponto refere-se aos efeitos dos segredos sobre a comunicação na família. A autora ressalta que quando um segredo central está presente em uma família ou relacionamento, distorce e mistifica os processos de comunicação. “Os membros da família podem tornar-se ‘surdos’, ‘cegos’, e ‘mudos’ com relação às informações” (p. 24).

Sobre isto, Lucía Barbero Fuks (2005) observa que para os estudiosos dos ‘sistemas familiares’, a mãe de crianças em contexto de abuso intrafamiliar desempenha um papel que consiste em *não saber*, ou em suspeitar e não conseguir tomar as providências necessárias, resultando num fracasso da comunicação entre ela e a criança.

Autores como Furniss (1993), Miller (1994) e Mason (1994), apontam para o “poder debilitante” do segredo sexual e defendem que contar o segredo do incesto trará benefícios à “vítima”. Entretanto alertam para que a revelação deva acontecer em “circunstâncias adequadas”, do contrário deixará a vítima mais insegura, sentindo-se traída.

Miller (1994) ainda assinala que aqueles que promovem a revelação do segredo demasiadamente cedo ou em situações inseguras, desconhecem a carga de perigo existente numa narrativa de incesto e não compreendem que, às vezes, manter o segredo serve como função protetora para a vítima (p.186).

Não sabemos quais seriam essas circunstâncias adequadas para uma revelação, mas supomos que quando uma criança encontra um adulto que seja capaz de autorizar a sua fala e não conferir o que ela conta ao registro da mentira absoluta (Pinheiro, 1995), há possibilidade de encontrar *boas circunstâncias*.

## 2.2. A revelação e suas vicissitudes

É frequente encontrar, na literatura sobre a temática da violência sexual, o termo revelação como sinônimo de denúncia e notificação. No Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001), a palavra *revelação* tem, entre outros, o sentido de uma “*informação que se presta com o intuito de fazer outrem conhecer alguma coisa ainda desconhecida, ignorada*”; é uma confidência; a divulgação de um segredo. As campanhas promovidas pelas instituições governamentais e não-governamentais estimulam à população a denunciarem alguma suspeita de violência sexual contra crianças e adolescentes e pedem para que as vítimas quebrem o silêncio e procurem ajuda. Espera-se que com a revelação o ciclo de violência seja quebrado, que a denúncia gere a punição do sujeito abusador e a proteção da vítima. Entretanto, a revelação do abuso pode trazer grande sofrimento psíquico ao indivíduo e incide sobre sua relação com a família.

A denúncia é tratada aqui no sentido de acusação, do ato verbal ou escrito de levar ao conhecimento de autoridades algum fato contrário à lei ou à ordem pública e será explorada como um desdobramento da revelação; enquanto a notificação pode ser compreendida como o ato de dar ciência aos órgãos de proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, a ocorrência de situações de maus-tratos a estes.

A legislação brasileira trata explicitamente da notificação dos casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos praticados contra criança, desde a entrada em vigor do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. A comunicação em caráter obrigatório destes casos, incluindo a violência sexual, deve ser feita ao Conselho Tutelar e recai sobre os profissionais de saúde e educação a responsabilidade da notificação (Artigos 13 e 56 – I, ECA).

Para os médicos e outros profissionais de saúde em serviços públicos e privados, a notificação é um instrumento de identificação e informação obrigatória de doenças e agravos visando, também, à identificação epidemiológica de violências, conhecida como Notificação Compulsória. É um procedimento sigiloso que deve ser garantido pelas autoridades de saúde, conforme o disposto na Portaria nº 1.271, de 6 de junho de 2014.

O que decorre da revelação, como as denúncias, as notificações e intervenções, embora necessárias, podem ser invasivas e igualmente

desorganizadoras à medida que não levam em consideração a singularidade dos casos e a subjetividade dos que vivenciam esta experiência. A família passa a vivenciar algumas consequências, como a separação do familiar responsável pelo abuso, ou separação temporária da criança vitimizada, sentimentos de culpa pelo que aconteceu com a criança e pelas penalidades que o agressor poderá sofrer; medo da dissolução da família ou medo de represálias do próprio agressor sexual. Ainda dentro desse contexto de ansiedade e de angústia, a família quando decide pela denúncia, é convocada a falar sobre o que aconteceu em diferentes instâncias (policiais, jurídicas e assistenciais) que em sua maioria são desarticuladas obrigando a criança ou adolescente e seus familiares a contarem, repetidas vezes, como se deu o abuso.

Entre os órgãos competentes para receber e apurar as notificações e denúncias de suspeita ou fato de abuso sexual está o Conselho Tutelar (CT), a Delegacia Especializada, o Ministério Público (MP), a Defensoria Pública e a Justiça da Infância e Juventude.

Enquanto as notificações partem dos gestores e profissionais de saúde às autoridades competentes, a denúncia pode partir da própria vítima, da família ou de pessoas de fora do grupo familiar. Quando a informação chega às autoridades é gerado um Boletim de Ocorrência que dá início a um inquérito policial. Neste momento, a criança ou adolescente e seus responsáveis são submetidos a uma série de intervenções, a começar pelo encaminhamento ao Instituto Médico Legal, para a realização de exames para obtenção de provas do ato sexual, de lesões corporais e autoria do crime sexual.

Para a apuração dos fatos segue os momentos com a audição da criança/adolescente e testemunhas, que geralmente são seus familiares, para a obtenção de prova testemunhal. O suspeito de abuso sexual é intimado a depor sobre o fato e a criança e sua família é encaminhada a um serviço psicossocial institucional para um estudo psicossocial da família, que subsidiará o Ministério Público, caso o inquérito confirme o crime sexual. Surgem mais entrevistas, intervenções e interferências sobre o grupo familiar com a finalidade última de validar ou não o abuso sexual.

Depois da passagem pela instância policial, a criança pode ser mandada de volta para casa, se as autoridades policiais identificarem que a família não perdeu sua capacidade protetiva. Caso contrário, ou mesmo se o sujeito dito agressor

permanecer com a família por falta de provas que impeçam que seja preso, a criança ou adolescente é encaminhada para um abrigo com o consentimento de um Juiz da Infância e Juventude para a sua proteção. Embora a Lei determine que o agressor seja afastado da criança é muito comum que a criança seja afastada do agressor e da família, suscitando na criança o sentimento de culpa. A família sofre, então, a primeira grande interferência em sua estrutura e sua dinâmica. Órgãos de defesa como o Conselho Tutelar aplicam medidas de proteção à criança ou medidas pertinentes aos pais e responsáveis, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em seguida, encaminhado o processo à Justiça, são reiniciados todos os depoimentos para confrontação com o inquérito policial e busca de fatos novos. Convém mencionar aqui uma metodologia de escuta de crianças vítimas e testemunhas de violência, atualmente, muito utilizada nos tribunais, o Depoimento Sem Dano (DSD).

Longe de aprofundar o debate sobre o Depoimento Sem Dano, ou Depoimento Especial, destacamos que as discussões sobre o DSD vêm crescendo, principalmente, no que tange à participação do psicólogo neste procedimento.

O DSD é uma metodologia de inquirição judicial de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, criada por volta de 2003, pelo Desembargador José Antônio Daltoé Cezar<sup>11</sup>. No Depoimento sem Dano, a inquirição da criança, ou do adolescente, é realizada numa sala separada de outras, ligada por vídeo e áudio à sala de audiência, onde estão o magistrado, o promotor de justiça, o acusado da violência, seu advogado e algumas vezes outros servidores, que assistem à entrevista conduzida pelo profissional de Psicologia ou de Serviço Social, para obtenção do depoimento. O profissional que fica na sala com a criança faz uso de um ponto eletrônico, de modo a poder transmitir as perguntas elaboradas pelos operadores do Direito, à criança/adolescente (Lima, 2012).

Consideramos importante assinalar o que diz Arantes (2009) sobre as diferenças entre audiência jurídica e uma entrevista, uma consulta ou atendimento psicológico, lembrando que são as demandas e os desejos da criança que orienta a escuta do psicólogo, não as necessidades do processo, sendo resguardado o sigilo profissional. Ademais, as perguntas feitas por um psicólogo não devem ter a

---

<sup>11</sup> Na época, Juiz Titular da 2ª Vara da Infância e Juventude da cidade de Porto Alegre – RS.

pretensão de esclarecer a verdade dos fatos, até porque “nas práticas psi, as fantasias, erros, lapsos, esquecimentos, sonhos, pausas, silêncios e contradições, não são entendidas como sendo opostos à verdade” (p.13).

Debates fervorosos seguem as discussões sobre o Depoimento Sem Dano, à medida que esta metodologia é tomada como uma situação adequada para a escuta de crianças e adolescentes vítimas.

Azambuja (2011) chama a atenção para os riscos da inquirição de crianças e adolescentes no meio jurídico, como forma de produzir prova contra o abusador. Segundo a autora, a criança ou adolescente que passou por uma experiência de violência sexual, especialmente de natureza intrafamiliar e é submetida ao procedimento da inquirição, sai da condição de vítima para a condição de testemunha chave de acusação. Exige-se da criança ou adolescente que, em Juízo, repita a experiência que vivenciou não levando em consideração o medo, a angústia e a culpa que acompanha a criança nestes casos. Esta autora considera que este recurso produz um novo ‘abuso’ contra a criança e o adolescente ao não priorizar a proteção integral, como prevê as leis brasileiras<sup>12</sup>.

### **2.3. A narrativa da revelação: a criança em busca de um sentido**

Entendemos que a revelação do abuso sexual não acontece de súbito. Alguns pesquisadores Staller e Nelson-Gardell (2005, citado por Santos & Dell’Aglío, 2010) já observaram que a narrativa da revelação, que eles chamam de revelação propriamente dita, compreende o segundo passo de um processo identificado em três estágios: o primeiro estágio seria o da pré-revelação que antecede o momento da narrativa contém as fantasias e expectativas sobre as consequências daquela revelação a ser feita; o segundo seria a narrativa do abuso sexual e o terceiro estágio seria o momento posterior à narrativa, que contem as implicações sobre os sujeitos e a família.

Concordamos com os pesquisadores citados acima quando identificam a revelação como um processo. Todavia, observamos que é na narrativa do abuso que a revelação se mostra, contendo as fantasias inconscientes atreladas aos

---

<sup>12</sup> Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente – e Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

elementos da sedução real, e pode aparecer, por exemplo, na narrativa oral de um fato, ou na narrativa de um sonho, ou na narrativa de um desenho. Isto nos permite afirmar que a revelação aparece, em algum momento, na narrativa de uma cena.

Revelar o abuso sexual é torna-lo conhecido. É quando o abuso sexual torna-se manifesto através do relato de uma cena de sedução. É o momento em que a pessoa narra para alguém sobre a violência que sofreu ou vem sofrendo; quando o segredo do abuso sexual deixa de pertencer à díade 'abusador sexual - sujeito sexualmente abusado' e passa a incluir uma terceira pessoa.

É neste ponto que a mãe aparece como personagem importante no enredo da revelação. Consideramos relevante destacar que encontramos em estudos já realizados sobre a revelação do abuso (Santos & Dell'Aglio, 2009, 2010; Ramos, 2010) , notas sobre a importância da figura da mãe no processo de revelação. A mãe é apontada como a primeira pessoa a quem a criança procura revelar o fato e como a pessoa que, na maioria das vezes, toma a iniciativa de denunciar e realiza de fato a denúncia. Mas, o que chama mais atenção são as considerações sobre as reações da mãe diante da revelação, desde o desencadeamento de um sofrimento psíquico ante a vergonha e a culpa até as reações de indiferença, ambivalência e raiva em relação ao sujeito agressor e à criança. As reações da mãe diante da revelação também influenciam na forma como a criança dá sentido à experiência do abuso (Santos & Dell'Aglio, 2009, 2010). No entanto, notamos que o que importa para a criança é que a revelação seja feita para um adulto de sua confiança e a mãe, como demonstra as pesquisas, ocupa um lugar significativo neste processo.

Santos e Dell'Aglio (2009), tomando como referência algumas pesquisas (Berliner & Conte, 1995; Back & Lips, 1998; Jonzon & Lindbland, 2004), comentam que crianças que perceberam reações negativas de pessoas para as quais relataram situações de abuso, apresentaram maior sofrimento e receberam mensagens de culpa não só dos abusadores, mas também dos familiares. A revelação em alguns casos não funcionou para protegê-los e os abusos continuaram acontecendo.

A revelação surge como expressão de sobrevivência psíquica diante do "choque", ou comoção psíquica. Através dela o sujeito pode ser socorrido, quando busca algum sentido junto a alguém de sua confiança.

A revelação pode ser entendida ainda como uma reação aloplástica, relacionando-a à aloplastia, ou modo de adaptação saudável, descrito por

Ferenczi(1920-1932), que o sujeito apresenta diante de situações potencialmente traumáticas. É possível dizer que, com a revelação, a criança é capaz de provocar uma modificação do meio externo sem grande prejuízo psíquico. O risco do prejuízo, porém, está no momento do encontro com o adulto que ela convoca para dar sentido àquela experiência de abuso. É o risco do desmentido.

#### **2.4. Um caso *em cena* e as narrativas do abuso.**

A partir da reflexão que desenvolvemos teoricamente, trouxemos fragmentos da entrevista com a mãe de Açucena, garota de 12 anos que foi abusada sexualmente por seu pai, que possibilitou elencar elementos significativos para pensar a revelação, sua narrativa e as repercussões psicossociais que provoca no grupo familiar. Priorizando os temas relevantes ao estudo e não a ordem da narração, destacamos alguns aspectos que remete às discussões sobre a revelação do abuso sexual infantil intrafamiliar.

A história se apresenta em uma família em que o abuso sexual intrafamiliar aparece como um *caso típico de incesto* ou *incesto ordinário*, por ser entendido como o mais frequente (incesto pai-filha) e por ser um caso de abuso/vitimização doméstica de uma menina por seu pai biológico (Azevedo, Guerra & Vaiciunas, 2011). Na entrevista a narradora é Acácia, mãe da criança. A identidade dos sujeitos implicados na história foi preservada, e para nos referirmos a eles adotamos nomes de flores, cujos significados, falam um pouco da personalidade de cada um. Sendo assim, antes de avançarmos, apresentamos os sujeitos implicados não apenas na situação de violência, como também no processo de revelação.

- Acácia, mãe de Açucena, é o sujeito entrevistado;
- Narciso, marido de Acácia, pai de Açucena e responsável pelo abuso sexual e violência doméstica.
- Açucena, 12 anos, vítima de abuso sexual, filha de Acácia e Narciso.
- Jacinto, 13 anos, filho mais velho de Acácia e Narciso;
- Alecrim, 10 anos, terceiro filho de Acácia e Narciso;
- Angélica, 09 anos, a filha caçula de Acácia e Narciso;
- Hortência, avó paterna de Açucena;

- Cardo, tio paterno de Açucena;

Açucena, 12 anos, segunda filha do casal, a primeira menina, vivenciou a primeira experiência de abuso sexual praticado por seu pai quando ela tinha entre oito e nove anos. Narciso, seu pai, desde que passou a vitimizá-la sexualmente desenvolveu um controle excessivo sobre a vida dela, mantendo-a dentro de casa sob sua vigilância, em prontidão para atendê-lo sexualmente. Narciso estava desempregado e fazia uso de drogas, tinha dificuldade de conseguir trabalho e ficava a maior parte do tempo em casa, responsável pelo cuidado com os filhos. Acácia trabalhava como empregada doméstica e por muito tempo tem sido a pessoa que sustenta financeiramente a família, é o principal alvo da violência de Narciso.

Açucena ficou submetida à violência do pai por quase dois anos, até que contou à mãe o que estava acontecendo, que denunciou o marido, que hoje está preso, condenado a 16 anos de prisão. Seus irmãos, até onde se sabe, não sofreram abusos sexuais, entretanto conheceram outros *movimentos passionais* decorrentes da *linguagem da paixão* do pai.

Os momentos a partir da revelação de Açucena foram tensos e intensos, para ela e para a família, culminando em intervenções policiais e jurídicas diversas: idas à delegacia especializada, ao Instituto de Medicina Legal, e por fim ao sistema judiciário. A história ressoou na comunidade alterando toda sua rotina e causando constrangimentos e além de ter perdido o convívio com o pai e com a família paterna, perdeu o cachorro de estimação<sup>13</sup>, a casa em que vivia com a família, mudou de bairro e de escola.

Além do abuso sexual, a criança vivenciou outros abusos como o abuso físico e o abuso psicológico que possivelmente aconteceram de formas diversas e repetidas vezes. Ao narrar o evento à sua mãe, Açucena fala como se fosse um único acontecimento. Na verdade a cena é a mesma, que se repete em muitos episódios ou *atentados sexuais*, tomando emprestada a expressão ferencziana. A criança narra uma cena de sedução formada pela sedução real somada às suas fantasias edípicas, revelando o abuso real e concreto por parte do seu pai.

---

<sup>13</sup> O tio de Açucena, Cardo, matou o seu cachorro de estimação propositalmente em sua presença, logo após a prisão de Narciso.

A história de Açucena ilustra a história de muitas meninas e meninos que foram atingidos pelo abuso sexual na família e de forma semelhante revelaram, na maioria das vezes com uma narrativa oral, a violência sofrida.

#### **2.4.1. A entrevista com a mãe**

##### **a) A revelação na narrativa de Açucena**

A criança que passou por uma experiência de abuso sexual vive o dilema da revelação. Em algum momento da sua história ela vai contar a alguém o que aconteceu, seja ela ainda uma criança ou já tendo se tornado um adulto. Como revelar? A quem contar? O que vai acontecer? São questões possíveis ao sujeito que foi vítima de um abuso.

A Sra Acácia foi a (primeira) pessoa a quem Açucena contou o que estava acontecendo. O momento em que ela conta para mãe sobre o abuso é o que chamamos de *primeiro momento da revelação* que, supomos, alude ao segundo momento do mito do trauma ferencziano; Este momento, que Acácia afirma que nunca mais vai esquecer, quando chega em casa e vai cuidar dos afazeres domésticos e preparar o almoço para o outro dia, é o momento em que Açucena procura a mãe na cozinha de casa e diz que tem *'uma coisa muito importante'* para dizer. E então, após um intervalo de tempo, narra a cena à mãe e em sua narrativa, finalmente revela o abuso sexual sofrido:

*Eu tinha chegado em casa, tava preparando o almoço pra deixar pro o outro dia, no outro dia ia trabalhar... Ela chegou ficou brincando com o cachorrinho dela na cozinha e olhando pra mim, depois ela disse: 'Mainha, eu tenho uma coisa muito importante pra lhe dizer.' Eu digo: 'O que foi?' Ela: 'Não mainha, depois eu lhe digo.' Aí ficou brincando, brincando, depois quando ela foi tomar banho, eu fui atrás dela e perguntei o que era que ela tinha pra me dizer. Ela foi e perguntou se o pai dela estava em casa. Eu digo: 'Ele tá lá na frente. O que foi?' 'Não mainha... é que toda vez que a senhora sai pra trabalhar, ele [o pai] fica fazendo safadeza comigo... [pausa]' Ai ela fez: 'Mas não diga nada não, mainha, porque ele disse que se eu contasse pra alguém ele ia me matar e matar a senhora.' E até acordava ela de madrugada, levava lá pra trás de casa, pra um quintalzinho que tem, e fazia com ela, de madrugada mesmo.*

Açucena contou a mãe sobre a sedução do pai depois de quase dois anos e sua revelação se deu, provavelmente, num processo gradual e lento, que teve início antes mesmo da narrativa. O testemunho de Acácia e o acolhimento que deu à filha tornou o incidente inenarrável em narrativa:

*Mainha, eu tenho uma coisa muito importante pra lhe dizer.’ Eu digo: ‘O que foi?’ Ela: ‘Não mainha, depois eu lhe digo.’ Aí ficou brincando, brincando, depois quando ela foi tomar banho, eu fui atrás dela e perguntei o que era que ela tinha pra me dizer.*

A fala de Açucena dirigida à mãe “[...] *eu tenho uma coisa muito importante pra lhe dizer*”, sugere que a criança entende que o que ela dirá à mãe terá um efeito.

A forma como se dá a revelação depende muito da idade da criança e da compreensão que tem daquela experiência. Açucena revelou o abuso sofrido através de uma narrativa oral, de forma clara, e parecia compreender aquela experiência como algo proibido:

*[...] é que toda vez que a senhora sai pra trabalhar, ele [o pai] fica fazendo safadeza comigo.*

As ameaças do pai acentuam as fantasias de que ela mesma pode causar dor, morte e destruição da família:

*Mas não diga nada não, mainha, porque ele disse que se eu contasse pra alguém ele ia me matar e matar a senhora.*

É importante destacar que, em situações de abuso sexual intrafamiliar, as crianças são proibidas de revelar os fatos para as pessoas da família e para pessoas estranhas à família. Como lembra Furniss (1993), o segredo é reforçado pela violência, ameaças de violência e castigo. Pode ser dito à criança que o que acontece durante o abuso é um segredo entre ela e o abusador. Este autor trouxe, com as pesquisas no campo das violências sexuais, as noções de *síndrome do segredo* para a criança e para a família e *síndrome da adição* para a pessoa que abusa.

A síndrome do segredo envolve todo o processo de abuso sexual intrafamiliar, podendo perdurar por vários anos, sendo acompanhado de frequentes ameaças à criança. Açucena cedia à chantagem do pai porque tinha medo que ele matasse a ela e à sua mãe.

#### **b) O impacto da revelação:**

No início da entrevista, solicitamos à mãe que falasse um pouco sobre a situação de abuso sofrido pela filha e como foi a experiência para ela. Acácia passou a falar sobre como foi tomar conhecimento do abuso sexual infligido pelo marido à sua filha, e do impacto da descoberta:

*Olha... A pior coisa que eu soube na minha vida... É uma coisa que... Ninguém esperava né, eu jamais imaginei que ele [o marido] tivesse a capacidade de fazer isso. Nunca esperei isso dele. Podia esperar qualquer coisa, menos isso.*

Acácia reconhece que escutar o relato da filha foi muito difícil para ela:

*É muito difícil você chegar, uma filha chegar pra você e dizer que o próprio pai tá abusando dela, ameaçando... é difícil pra você... Você fica sem saber o que fazer, fica sem chão. Tentando de todo jeito você quer que seja mentira. É difícil de acreditar, é bem complicado!*

Fuks (2006) ressalta que, ao tomar ciência do abuso a mãe é lesada de diversas maneiras e a tomada de conhecimento aparece como uma 'revelação', ou um momento de descoberta, embora, diz a autora, a mãe passe por longos períodos de dúvida em relação às suas percepções. Diante dos *indícios* tenta *renegar suas próprias percepções* para proteger uma certa unidade familiar, ou por sentir medo da violência do agressor (p.26).

Em alguns pontos da entrevista, Acácia diz que tanto ela quanto a família percebiam que Açucena estava 'estranha', como se entendessem que algo diferente acontecia, mas não imaginavam o que era:

*Você nem imaginava... eu via muito... não só eu... até a família dele... ela pelos cantos... E se montava a piscina pra ela, ela não queria se juntar com as meninas, assim como tinha muita gente ela não queria. E ninguém imaginava isso. A família dele mesmo, essa avó, avó dele[de Narciso]. Até esse próprio irmão dele..., percebia que ela tava estranha, mas ninguém sabia o*

*por quê. Agora pode ver, muito diferente, muito diferente mesmo. Acho que ele[Narciso] não queria deixar ela muito com amizade, acho por medo dela contar a alguém, né...*

Mais adiante, quando perguntamos como os irmãos ficaram sabendo, a Sra. Acácia diz que eles já estavam desconfiados e que perguntou ao filho mais velho, se o que Açucena havia lhe contado era verdade. Por um lado, uma tentativa de entender o que se passava, por outro, a confirmação do que ela já sabia:

*Porque depois que foi revelado tudo, eu cheguei e perguntei ao mais velho... [pausa] se isso era verdade que estava acontecendo. Ele falou: - 'olhe, mainha eu nunca tinha visto, eu nunca vi, mas geralmente quando a gente tava em casa, ele dava dinheiro aos outros três pra ir pro videogame, e Açucena ficava em casa'.*

Neste ponto da entrevista, Acácia faz um relato da história que o filho mais velho, Jacinto, havia lhe contado e outros atos falhos acontecem:

*E quando eles voltavam o portão tava no cadeado. E nos últimos dias ele mandou Jacinto e Alecrim buscar Angélica na escola e ficou sozinho com ela [Açucena] em casa. E os meninos disseram que quando chegaram ela tava chorando... os meninos perguntaram a ela, ela foi e disse. **Só que eles não me disseram. Ninguém me disse nada...** E ele tinha mandado ela fechar o portão, aí tava abusando dela e quando os meninos chegaram, ele nas pressas pra ela abrir o portão que ela não tava sabendo mais onde deixou a chave ele começou a esculhambar ela, dizer coisa com ela... ela ficou chorando. Mas, no entanto, ele[Jacinto] já desconfiava nesse sentido, porque **eles mandavam** os outros três saírem, ir brincar na casa de algum colega, ou fazer alguma coisa, **pra ficar sozinha com ele em casa**. Mas nunca chegaram... **nunca chegaram a ver ela... ele fazer.***

Voltamos a dar destaque aqui nas considerações de Fuks (2005) sobre a *causalidade circular*, ou seja, sobre a afirmação de que “todo o comportamento dos integrantes da família é parte do problema, até que seja eliminado” (p. 25). Percebemos que havia um fracasso de comunicação entre Acácia e os filhos,

tornando-a alheia ao que se passava com a família. Mães de crianças que foram abusadas sexualmente pelo pai, padrasto ou outro familiar são, muitas vezes, apontadas como cúmplices. Entretanto, estudos assinalam que mulheres que trazem em sua história de vida referências de relações abusivas, tendo sido submetidas a diversas violências, negam a realidade (Ramos, 2010) ou se tornam incapazes, ao menos por um tempo, de proteger seus filhos(as) da violência (Fuks, 2005; Azambuja, 2011).

Na entrevista com Acácia e nos atendimentos a ela, não aparece relatos de que tenha sofrido abuso físico, psíquico ou sexual em sua relação com os pais e irmãos. Todavia, fica claro, na entrevista, que a sua relação com Narciso é marcada pela violência doméstica.

*[...]Ele era possessivo demais. Bateu... batia em mim demais, prestei queixa dele, passou seis meses preso, só foi solto porque eu... com pena... porque eu gostava muito dele ainda, eu fui e retirei a queixa.*

Ao falar do relacionamento com o marido, Acácia descreve uma relação marcada por agressões, pelo ciúme de Narciso e pelo controle que fazia de sua vida. Narciso chegou a ser preso por violência contra a mulher:

*[...]Até já foi preso e tudo por causa disso. Acho que por 2010 pra 2011 mais ou menos; passou seis meses. [...]o problema dele era esse, que tudo dele era porque eu tava com outra pessoa. Ele botou isso na cabeça de um jeito que não tinha quem tirasse!*

*Era muito ignorante, possessivo, eu não podia nada! Olha... pra você sair de casa, você botar uma maquiagem, botar um brinco é porque você tá com alguém... não pode... pra ele não podia uma mulher se arrumar desse jeito[...]*

Notamos que Acácia também foi vitimizada. Submetida e envolta na complexa trama da violência no casal, mesmo reconhecendo os abusos do marido contra ela, sujeitou-se mais uma vez à violência; nas visitas que fazia ao marido no presídio, foi seduzida mais uma vez e convencida a retirar a queixa para que ele voltasse para casa:

*[...] eu ia lá, toda semana eu tava lá [no presídio]. Eu trabalhava de segunda à sábado, no domingo eu me acordava cedo e ia levar as coisas pra ele. Toda semana, toda semana... Aí prometia isso, prometia aquilo, quando eu sair daqui eu vou mudar, vou ser uma pessoa diferente... vou procurar fazer isso, fazer aquilo... Piorou mais ainda depois que saiu de lá. [...]Aí fui, andei, andei, até conseguir retirar a queixa. Passou seis meses ainda preso[...]*

Demonstrou em outro momento da entrevista, sentimentos de culpa por ter tido confiança no marido e por não ter conseguido proteger a filha do abuso:

*E pensar que conviveu muito tempo, 13 anos é muito tempo! Dá uma confiança, sair de casa e deixar seus filhos com aquela pessoa, sendo pai... se fosse um estranho você ainda tentaria aceitar. Não é aceitável, mas você tentaria compreender, mas o pai... é muito difícil, muito complicado.*

Ao expressar seu sofrimento, nomeia a si mesma como uma *menina*. Aparece um sinal de que se confunde com a filha:

*A **menina** sofreu horrores, eu fiz de tudo, convivi, depois que eu andei pra retirar a queixa, soltar ele, sofri coisas pior do que eu tinha passado antes. Mas aguentei pra não ver ele passar de novo por uma cadeia... Mas isso que ele fez [o abuso sexual] não tinha como aguentar e fingir que não vi. Jamais!*

Sobre a relação de Narciso com Açucena, Acácia percebe que o ciúme que o marido tinha por ela, também era direcionado à filha e refere:

*[...] ele nunca deixou ela ir pra casa de ninguém. Só na casa da avó, na casa da avó[...] ela nunca chegou a comentar, mas ela não era muito de tá na casa de amigas[...] As amizades que ela tem hoje, ela não tinha. Acho que ele não queria. Só podia ser! Porque ela nunca foi assim tão retraída em amizade, ela é fácil de fazer amizade.*

*Acho que ele não queria deixar ela muito com amizade, acho por medo dela contar a alguém, né?*

E então associa a situação que a filha vivenciou com a sua, também, vitimização doméstica:

*[...] nem eu tinha também essa amizade... com ninguém... pelo tipo de ciúme dele... lá no Alto [Alto do Eucalipto] eu não falava com ninguém, morando o que... 10 anos que eu moro lá, mal falava com as pessoas[...]*

*[...] Não pode ter um amigo homem que é macho. A mesma coisa era com Açucena... não se juntava com ninguém. Acho que ela tinha medo. Ou ele proibia.*

A entrevistada fala do marido como uma pessoa impaciente e intolerante, também em relação às outras crianças:

*Oxe! Tinha paciência pra nada com os meninos, pra nada! Tinha sempre que fazer as coisas do jeito que ele queria... O que é criança? Mas tinha que fazer as coisas certinhas do jeito que ele mandava, senão... já sabe! Ele é muito ignorante!*

Mas, menciona que já foi diferente e atribui a mudança de comportamento do marido ao uso de drogas:

*[...] No começo, logo quando a gente morou junto, ele era uma pessoa maravilhosa. Aí depois que começou a se envolver com droga, pronto, acabou-se! No começo, logo que esses meninos nasceram, oxe, ele fazia de tudo, de tudo pra não ver faltar nada dentro de casa pra eles. Tudo que tava ao alcance dele ele fazia... aí depois... se envolveu com droga, acabou-se!*

O uso excessivo de drogas por parte de Narciso aparece mais de uma vez no relato de Acácia:

*[...] depois que ele se envolveu com crack, acabou-se. Até então ele usasse qualquer outro tipo de droga, num prejudicava em nada, mas começou usando crack, pronto, acabou-se! Nada pra ele tava certo. Qualquer... você podia dizer a ele assim: - Tô com esse dinheiro aqui pra comprar um pão. Se você deixasse fácil ele pegava. Entregou-se mesmo. Entregou-se às drogas totalmente. Procurava mais nada. Só droga.*

*Pra ele não fazia sentido mais de nada... Só, quanto mais ele tivesse, mais ele usava... Se acabou totalmente, dele passar dois, três dias sem comer. E ele começava a fumar, era só o que ele queria... Acabou-se!*

As crianças quando não falam do abuso sexual a outras pessoas, fazem por temer a reação dos adultos de referência, de perder o afeto deles e de serem feridas pelo agressor, principalmente quando este é alguém a quem teme e respeita. Quando outras formas de violência estão presentes na família, esse temor é acentuado na criança que presencia cenas reais de agressões físicas e psíquicas contra a mãe e os irmãos.

Em muitos momentos da entrevista, Acácia deixa claro que a família vivia certo isolamento social, muito comum em famílias abusivas, e vai se dando conta disso à medida que vai falando da situação de abuso. Neste trecho, por exemplo, quase não consegue explicar porque os filhos, principalmente Açucena, não tinha permissão para estar em outros espaços, com outras crianças:

*Não, ela de pequena ela não... apesar que a gente não era muito de... onde a gente morava não tinha muita criança, então ela era mais em casa. Aqui, onde a gente mudou agora, Aqui no Alto depois que foi preso... na rua tinha muita criança, na escola, essas coisas... mas ela... porque geralmente você vai fazendo quando tá no oito, nove anos né, se junta... mas quando tá pequena ainda não tem tanto. Lá na rua onde a gente... logo que a gente foi morar junto, eles nasceram não tinha muita criança. Aí depois que se mudou pra lá tinha bastante, mas ela nunca... Tanto que a gente não gostava de deixar os meninos na casa dos outros, porque começa a arenga...*

## **A Denúncia**

Quando uma experiência de abuso sexual intrafamiliar torna-se conhecida pela família, esta precisa tomar a decisão de silenciar e manter o segredo entre eles ou de denunciar e buscar ajuda. Acácia expõe que logo após o segredo ser revelado contou o que aconteceu a outros parentes, mas percebia que Açucena não se sentia segura diante das ameaças do pai e pediu à mãe que não contasse a outras pessoas. Açucena também pediu que a mãe não dissesse ao pai que ela, a mãe, já estava sabendo:

*Aí, é... eu fui e fiquei na minha. “Não diga nada a ninguém não, mainha.” Aí eu fiquei na minha calada, né. E aí levei até... ter a certeza. Ela me disse né, tranquila né, mas assustada com medo dele escutar. Como ele ameaçava matar ela e me matar,*

*ela pediu por tudo pra eu não dizer a ele. Ficou apreensiva, com medo dele e... É complicado demais isso!*

Acácia contou primeiro para a sogra e depois para outros membros da família do marido, que faziam o papel de sua rede de apoio:

*Como ele [Narciso] vinha ameaçando ela [Açucena], aí eu cheguei e contei pra mãe dele. Aí ela[a sogra] disse: “tome suas providências porque eu não admito que ele faça uma coisa dessas.” Aí eu fui... E eu tirei ela[Açucena] de casa. Ela passou uma semana na casa do tio dele. E ele não sabia que ninguém tava sabendo disso.*

Após resolver deixar a filha por uma semana na casa do tio paterno [tio de Narciso], Acácia decide fazer a denúncia em delegacia especializada levando com ela Açucena. A criança faz, neste período, o primeiro exame sexológico no Instituto de Medicina Legal. Acácia conta que por não ter sido pego em flagrante Narciso não pôde ser preso após a denúncia:

*[...] quando eu tirei ela de casa, primeiro levei ela na GPCA, pra fazer exame e tudo. Só que como num era flagrante, aí o delegado achou melhor pedir a prisão dele, daí tava esperando... disse que era uns quatro a cinco dias pra sair a prisão e nada de sair.*

Depois de uma semana Açucena precisou voltar pra casa, mas dessa vez sob a vigilância da mãe:

*Depois, quando ela [Açucena] voltou pra casa eu disse a ela: “Olhe, se acontecer de novo, você me diga logo.” [...] Passou-se oito dias, aí foi quando eu trouxe ela de volta pra casa, deixei ela na escola e fui pro trabalho. Quando ela largou voltou pra casa, só que eu já tinha dito a ela pra me contar logo se acontecesse de novo. Aí ele foi fazer de novo nesse período de oito dias... Ela foi e ligou pra mim, dizendo que ele tinha feito de novo com ela.*

Nesse momento Acácia faz o primeiro ato falho na entrevista, quando troca *ele* por *ela*; inconscientemente acusa a filha e inocenta o marido:

*Aí foi quando eu cheguei lá [na delegacia] botei o exame e vim buscar ele. Só que eu já sabia que tinha acontecido, só que eu tava só esperando sair a prisão dele... Mas como **ela** fez de novo, aí foi flagrante. Aí foi pego rapidinho.*

Embora Acácia tenha acolhido a palavra de Açucena, começa a aparecer o risco para o desmentido, quando de forma inconsciente nega que o marido tenha seduzido a filha.

### **A prisão do pai**

Acácia relata o momento em que chegou em casa, acompanhada dos policiais que prenderam Narciso, conta quantos policiais participaram da prisão e como se aproximaram dele:

*Eu cheguei ele tava na cozinha... só que ele pensava... ele achou estranho quando eu passei... ele viu eu passar e era cedo, não era a hora d'eu largar. Ele viu passar mais duas pessoas comigo, que um... foram três, um foi por trás de casa que tinha saída, pra ele não fugir[...] eu entrei primeiro que os policial [...], só que ele viu que é envolvido com droga, ele pensava que os policial tava atrás dele por causa disso. Não imaginava o que era, aí correu pro quarto. [...]Ele nem deu muito tempo de fazer muita pergunta que os policial já entraram, já foram dando uns cheirinho bom nele.*

Não podemos fazer uma relação de causalidade *vulnerabilidade socioeconômica – violência* (de qualquer forma), mas é evidente que não só as crianças, mas suas famílias em vulnerabilidade, muitas delas vítimas da violência estrutural, estão mais expostas às violências interpessoais. Neste caso, a família de Açucena é vítima de uma intervenção abusiva de representantes da *ordem social*, da *Lei*, do Estado. É o abuso que se faz presente através da assimetria, do poder de uma instituição (polícia) sobre outra (família).

### c) A revelação e a *via crucis* da criança e da família

#### A criança na delegacia especializada:

Geralmente, casos de abuso sexual intrafamiliar chegam ao sistema de proteção e de justiça através de denúncias e notificações ao Conselho Tutelar, às delegacias especializadas e através de disputas familiares que envolvem guarda, visitas, suspensão ou destituição do poder familiar (Ferreira & Azambuja, 2011). No caso de Açucena, a delegacia especializada em crimes contra a criança foi a porta de entrada até o judiciário. A partir desse momento observamos que teve início uma penosa *via-crúcis* para a criança e para a sua família, especialmente a mãe.

*Foi eu, Açucena e a mãe dele [de Narciso]. Foi os três. Pra GPCA<sup>14</sup>. [...]Depois chegou lá a mãe dele veio embora, porque eu tinha deixado os meninos com ela, os outros. Aí ela voltou e eu fiquei lá com Açucena, porque tinha que ainda ir pro IML de novo, fazer outro exame.*

Na literatura, pouco se fala sobre a criança e a polícia. Nas cidades mais populosas, em algumas capitais, a polícia conta com delegacias especializadas que tem, em seu quadro profissional, pessoas qualificadas para atender crianças e adolescentes vítimas. No entanto, e como foi visto na pesquisa, sabe-se que ainda se tem muito a avançar no que diz respeito à formação desses profissionais para o acolhimento dessas crianças.

Acácia conta que Açucena foi a primeira pessoa a ser ouvida pela polícia; uma escuta mediada por uma psicóloga que trabalhava na delegacia:

*A Açucena foi primeiro do que a gente né? [...]Ela só teve contato com a psicóloga lá... Fez pergunta, e aí quando ela saiu o delegado perguntou: “E aí, confirmou?” – Ela [a psicóloga] disse: “Confirmou!”.*

*[...]Na delegacia ela foi pra psicóloga de lá, somente. Na hora que eu entrei na sala do delegado ela entrou comigo mas ele num fez pergunta a ela não. Só a psicóloga mesmo.*

---

<sup>14</sup> Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente

As delegacias são obrigadas a recebê-las e a ouvi-las, mas as crianças não são, de forma alguma, obrigadas a estarem ali. Autores especialistas no tema (Ferreira & Azambuja, 2011; Rozansky, 2005) defendem que as delegacias de polícia, fóruns e tribunais, não são locais apropriados para a criança, sendo, essencialmente, espaços de resolução de litígios entre os adultos. O próprio âmbito físico desses espaços, com os sons de suas máquinas, sirenes, com seu odor e o *entra-e-sai* de policiais e detentos, nada tem a ver com a criança vítima (Rozansky, 2005, p.97).

Outro ponto chama atenção na narração de Acácia e diz respeito ao traslado da criança, quando Açucena foi levada para a delegacia e de lá para outro espaço, no automóvel policial, junto com seu pai que a vitimizou:

*E ele foi o caminho todinho e a gente foi no mesmo carro que ele... pra delegacia[...]*

Com muita frequência a criança é trasladada para a delegacia e para outros espaços, no carro da polícia. Rozansky (2005) diz que, numa situação como esta, cabe perguntar o que a criança abusada sexualmente pode pensar de si mesma ao circular em um carro da polícia? Estas situações, que deveriam ser protetoras, terminam sendo punitivas e não estão em coerência com o que dispõe, por exemplo, o ECA, sobre o dever de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de situações aterrorizantes, desumanas, vexatórias e constrangedoras (Lei 8069/90, Art. 18).

No carro da polícia Açucena se depara com o pai, que minimiza o que aconteceu e pede para que ela diga à polícia que ela contou uma mentira, transferindo para ela a responsabilidade pelo ocorrido e pelas consequências da revelação, tentando convencê-la de que se for preso, a culpa será dela:

*E ele o caminho todinho pedindo pra ela dizer: “diga que foi mentira e não sei que, eu não fiz isso, eu vou sofrer na cadeia, tarado na cadeia sofre” [...]pedindo pra ela não ter medo dele. Mas até que ela segurou na palavra[...]*

A revelação do abuso sexual intrafamiliar traz à tona muitas questões, incluindo àquelas ligadas à privacidade da criança, da família e ao sigilo profissional. A respeito disso, Fuks (2005) comenta que quando o abuso sexual é revelado, confronta a todos ao seu redor com uma *situação de perda*: perda da sensação de normalidade, do lar e da família como lugares seguros, e, ainda, perda da privacidade, principalmente quando profissionais se envolvem no caso. “Experimenta-se a intensa sensação de que toda uma visão de mundo está ameaçada, que os suportes de opinião compartilhados, a confiança e a previsibilidade de que dependem a vida... foram transtornados” (p.29).

Acácia, em um momento da entrevista, expressa a surpresa em ter tido acesso ao que a filha tinha narrado à psicóloga na delegacia, através do processo, e demonstra que aquelas informações não deveriam ter sido ditas publicamente:

*Ela contou até coisas que eu nem imaginava que ela ia contar. Aliás, eu nem sabia que ela tinha contado, só vim saber no dia que saiu os papéis tudinho... que ele foi preso... foi que eu vim saber... Coisas que eu nem imaginava que ela tinha dito lá dentro... Realmente num pode, né, certas conversas que ela tem [...] às vezes acho até que ela pede pra não contar a ninguém.*

Mais adiante torna a falar que teve acesso, mais uma vez, durante as audiências, ao conteúdo relatado pela filha:

*No dia da audiência teve coisas que eu vim saber também, no dia da audiência dele. [...]umas coisas eu fiquei sabendo na hora da audiência que o juiz leu lá o que ela tinha contado né? Foi que a gente ficou sabendo... que ninguém sabia! Muita coisa que ela tinha dito lá, ninguém sabia. Aí quando o juiz foi ler tudo lá, o depoimento da testemunha, da mãe dele, tudinho, foi que a gente soube.*

## **A criança e o Instituto de Medicina Legal**

As idas da criança ao Instituto de Medicina Legal para se submeter a exames periciais, faz parte desta *via-crúcis*. Açucena foi submetida duas vezes ao exame sexológico, o que demonstra que embora tenha sido convidada a falar várias vezes sobre o ocorrido na investigação policial, a sua palavra não foi autorizada.

Outra observação que fazemos sobre a volta da criança ao IML para a realização de exames, é no que diz respeito ao seu corpo, submetido a exames invasivos do ponto de vista físico e psíquico; o corpo da criança é tratado com descaso quando não é dado a ela o direito de ser examinada por médico pediatra ou ginecologista infanto puberal.

No IML a criança vitimizada, muitas vezes, durante a realização dos exames, se depara com a presença real do seu agressor, em meio às suas fantasias e seus sentimentos ambivalentes:

*Aí foi pro IML. Quando chegou no IML ele ainda tava lá, quando ela viu ele, ela travou, do canto ela não saiu. Os policiais tiveram que voltar e pegar ela, pra poder ela entrar. Ela tava com medo de passar perto dele.*

Na saída da delegacia para o IML, surge uma situação que é muito comum nas delegacias de crimes contra a criança: equipes de reportagem esperam conseguir entrevistas de casos que impactam a sociedade com suas histórias. Açucena foi surpreendida por jornalistas e implorou à mãe para não dar entrevista.

*Quando ela saiu, ela já pediu, já tava lá o carro da reportagem tudo... Ela [Açucena]: “Pelo amor de Deus, não dá reportagem não!” Peguei e dei! Ela não gostou.*

É interessante ressaltar que Acácia, sem perceber, fala da sua importância na denúncia e na sustentação da palavra da criança:

*[...]não tinha nem como ela... podia até ela chegar e dizer, não, foi não, mas os exames já tava comprovando que tinha sido ele. Mesmo se tivesse comprovado “houve o abuso” e ele tivesse chegado pra dizer “não, num fui eu”... **mas eu já tinha permitido...** já tinha assinado permitindo pra fazer DNA. Ele nem podia nem negar, dizer que não tinha sido ele... não tinha pra onde.*

## A criança no Sistema Judiciário

### As Audiências

Como já foi dito, a inexistência de vestígios físicos na maioria dos casos de abuso intrafamiliar e a falta de testemunhas presenciais levaram os tribunais a valorizar a palavra da vítima, levando, por outro lado, a sua exposição a inúmeros depoimentos, esperando-se produzir a prova para a condenação do abusador. No caso de Açucena, os exames sexológicos evidenciaram a *conjunção carnal*, mas ainda assim ela precisou passar por audiências sendo inquirida em momentos específicos. Os fragmentos que apresentamos agora atestam a falta de conhecimento por parte dos tribunais, da dinâmica do abuso sexual na família, levando a criança reviver a situação de abuso.

Sobre as audiências, Acácia comenta:

*Que a minha (audiência) foi cara a cara com ele, eu preferi ficar cara a cara. [...]eu cheguei lá ele já tinha chegado, nem sabia que ele já tinha chegado.*

Açucena passou pelo *Depoimento Sem Dano*, que no Recife foi denominado de *Depoimento Acolhedor*.

*Aí entreguei Açucena lá em cima no depoimento acolhedor, pronto. Aí foi ela pra psicóloga que acompanhou ela. Foi mostrar a sala, explicar tudinho, se ela queria que o pai dela escutasse... não era pra ele ter contato com ela, só pra ele escutar... que a audiência dela é sala separada.*

É comum que a criança se depare com a pessoa que a violentou no ambiente forense, ainda que o depoimento não aconteça na sua presença. Isto contribui para reacender o conflito e a ambivalência de seus sentimentos, levando em conta que se mantém entre eles vínculos familiares significativos (Ferreira & Azambuja, 2011, p.59).

*Ele ficaria na sala do lado, só que ele ficaria só vendo e ouvindo ela, mas ela não ia ver ele. **Ela não, não quis, não quis nem que ele ouvisse!***

As reações de Acácia confrontando o marido e sentimentos de raiva em relação a ele podem ser observados neste momento da narrativa:

*Aí depois foi quando foi minha vez ai perguntaram se tinha algum problema que ele presenciasse. Eu digo: “não!” [...] preferi, fiz questão de ficar cara a cara.*

*Logo quando ele me viu veio pedir perdão, dizendo que me amava, perguntando se eu amava ele, não sei o quê [...]*

Quando perguntamos a Acácia sobre como foi pra ela escutar, outra vez nas audiências, o que a filha, as testemunhas e ela haviam relatado durante a investigação, responde:

*Foi difícil. Eu tive que passar por aquilo tudo de novo, e cara a cara com ele, né.*

Observamos que, em outros momentos, no decorrer da entrevista, quando fala das audiências e do fato de ter estado frente a frente com o marido após quase seis meses sem vê-lo, Acácia anuncia quão difícil e constrangedor é o reencontro nessa situação.

*Mas, foi complicado eu passar por aquilo tudo de novo, e o pior, ele negar... nega e vê... você vê que ele não demonstra arrependimento nenhum do que fez. Ele não tem a menor cara de a pessoa tá arrependido. De cabeça... nem sequer a cabeça diante do Juiz ele baixou. De cabeça erguida o tempo inteiro, uma lágrima não derramou. Leu o meu depoimento, o depoimento da mãe dele(!), que foi testemunha contra ele, da esposa do tio dele onde Açucena ficou uma semana, leu os dois laudos do IML, e ele negando tudo. É complicado.*

Acácia esperava que Narciso admitisse o que fez e demonstrasse arrependimento:

*Você às vezes até pensa: “poxa a pessoa tá sofrendo pelo que fez”, mas você vê que a pessoa não demonstra que se arrependeu do que fez. Mesmo sendo o quê, uma criança, filha! E você vê que a pessoa não tá arrependida de jeito*

*nenhum... É complicado... Não tem nem como você se preocupar com uma pessoa dessa.*

E repete várias vezes a descrição do que vivenciou na audiência, talvez numa tentativa de entender o que se passou ali:

*É difícil! É muito difícil! Você **(re)passar** por tudo isso de novo. E as coisas que ele fazia né, o juiz lendo... leu o laudo... tá aqui... testemunha... o que a vítima disse... leu os dois laudos do IML concluindo “conjunção carnal concretizada e o réu nega”, ele nega o tempo inteiro... Ele não admite jamais que fez... É difícil! Você ter que olhar na cara de uma pessoa dessa e não poder fazer nada.*

#### **d) As repercussões na dinâmica da família**

##### **Reações dos Familiares**

Perguntamos a Acácia como a família reagiu diante da revelação do abuso sexual praticado por Narciso contra Açucena. Na sua fala, a reação da mãe de Narciso foi a que mais surpreendeu o núcleo familiar causando impacto emocional e financeiro sobre ele.

*De início, a família dele ficou do meu lado né? A mãe dele apoiou por eu ter prestado queixa, que isso não era certo, o irmão dele também... Mas agora, mudaram completamente. Não todos. Mais a mãe e o irmão. Não são as mesmas pessoas que eram. Eu não vejo a preocupação dela [da sogra] com os meninos como ela se preocupava antes. Nenhuma. Mudaram completamente. Eu acho que pensavam o que? Que eu ia continuar com ele, indo lá [no presídio] visitar ele sempre ou mandar alguma coisa, perguntar como é que ele tá... acho que pensa isso. Ele não merece a minha preocupação. Jamais. Eles mudaram bastante, comigo e com os meninos também, mudaram bastante. Ela [a sogra] não tem o menor interesse em saber como é que a menina tá, nem sequer liga pra perguntar como é que tá o tratamento dela, nada! Nada disso ela pergunta mais.*

A sogra de Acácia, a Sra Hortência, aparece como um ponto de apoio pra família, principalmente para Acácia que contava com ela para cuidar das crianças em alguns momentos e recebia ajuda financeira. A casa que Acácia e Narciso

moraram com as crianças pertencia a Sra Hortência. Quando Narciso foi preso e após a sentença dada a ele, a Sra Hortência pediu que Acácia saísse da casa com as crianças e deixou de ajuda-la financeiramente.

*[...] Todos os dias ela me ligava... perguntava dos meninos, se os meninos tava precisando de alguma coisa. [...] Sempre que ela recebia, ela ligava pra mim, e perguntava pra mim se os meninos tava precisando de alguma coisa... isso ela não faz mais. E hoje em dia ela não liga mais, nem vem perguntar dos meninos. Nada.*

Em relação ao cunhado, Cardo, ela nota:

*O irmão dele também mudou bastante. Ele final de semana...[pausa] onde ele passava por mim ele falava. Nunca ignorou nada. E agora ele passa por mim, ele não fala mais. Muito raro ele passar por mim e falar. Mudaram nesse sentido.*

Mas, adiante, se contradiz no que se refere à reação da sogra e do cunhado em relação à Açucena e aos outros filhos:

*Com Açucena eles continuam a mesma coisa, entendeu? Agora acho que se mudaram... mais comigo do que ela. Apesar que ela [Açucena] evitou bastante ir lá na casa da avó. Evitou muito. [...] Aliás, nenhum dos quatro tá descendo mais, faz um bom tempo que eles não vão na casa dela [ Hortência]. Principalmente agora que ela pediu a casa, é que não vão mesmo... mas com ela não mudaram não. Mudaram mais comigo. [...] eles que não querem ir mais na casa dela [ da avó], mas por ela [ a avó] eles iam. E não pretendo afastar eles dela, jamais. Eu não. O momento que eles quiserem frequentar a casa dela, por mim não tem problema nenhum. Tenho nada contra ela. Ela que tem que entender que o filho dela errou, se ele tá sofrendo é porque ele procurou passar por isso.*

#### **e) A percepção dos efeitos da revelação para a criança**

Acácia comenta como ela percebe os efeitos da revelação sobre Açucena:

*Acho que ela se sente bem aliviada, viu? Porque você imaginar uma pessoa passar... [pausa] Uma filha né... realmente, que filho, né, geralmente se espelha nos pais. E de repente se vê nas mãos do pai sendo ameaçada, abusada. Ela agora tá bastante aliviada[...]*

E compara o estado físico e emocional da filha antes e depois da revelação:

*[...]ela está tranquila... tá bem melhor... deve ser um alívio né... feito, tem um tempo desse que eu fui fazer comparação de fotos dela, no tempo que tava acontecendo, logo depois que ele foi preso, ela começou a tirar foto. Tem uma foto dela, se você observar isso aqui dela [passa a mão no rosto, embaixo dos olhos]... olheira... bastante... ela não dormia. E como ela dizia, quando ela dormia, ele acordava ela pra levar pra trás de casa. Aí fazendo comparação de foto, tá bem diferente, bem diferente mesmo.*

Os irmãos de Açucena também vivenciaram os efeitos da revelação do abuso sexual incestuoso, não só através da rejeição da avó e dos tios, mas também pela circulação da narrativa na comunidade:

*[...]até os meninos ficavam com medo. Que todas as vezes que saíam na rua as pessoas ficavam dizendo, será que não fizeram com eles também? Chegavam até a perguntar a eles.*

Angélica foi a mais interpelada pelos vizinhos que queriam saber se ela também era vitimizada.

*E a mais nova então, Angélica, que ele era um grude com aquela menina, que só a graça! Aonde ele tava, ela tava. Aí todo mundo ficava se perguntando[...]*

Com estes fragmentos voltamos à importância que deve ser dada aos irmãos de uma criança que vivenciou o abuso intrafamiliar. Mesmo que estes não sofram uma violência sexual de fato, há uma violência implícita nos pais que não exercem suas funções materna e paterna. Todas as crianças que compõem a família onde ocorre o incesto sofrem as consequências de terem sido criados em um ambiente marcado pelo silêncio e pela violência.

Já no final da entrevista Acácia fala de momentos em que o marido parecia dopá-la com medicamentos para que o abuso pudesse acontecer. Nesta passagem observamos o sentimento que Acácia vivenciou diante da revelação do abuso sexual praticado contra a filha, a exemplo de sofrimento pessoal expresso como culpa e desamparo:

*[...] o que eu achei e comecei a achar estranho, antes de descobrir que ele tava abusando dela, era que todo final de semana que a gente ia beber - fim de semana a gente gostava de tomar uma cervejinha, eu, ele, às vezes dois, três amigos dele... aí o pai dele toma remédio controlado... eu comecei a perceber que ele tava começando a pegar o remédio do pai dele e colocando na minha bebida. Eu tinha percebido várias vezes... eu deixava o copo lá quando eu saía que voltava eu percebia que... quando eu voltava tava cheio de pozinho por cima da bebida[...]*

*[...] até então não imaginei que era por causa disso... quando foi outra vez, de novo! Quando eu voltei... como era as garrafinhas pequenas eu não botei no copo, deixei na garrafa ele foi e botou o comprimido... diazepam... dentro da garrafa.*

*Não... nem lembro se eu comentei isso em audiência... eu não me lembro dessa parte. Mas é que eu achei bem estranho. Depois quando acontece tudo é você vem relacionar as coisas. O único sentido era esse. Porque ele não era do tipo de dizer: Não, vá dormir que eu vou sair, vou pras farras, ele não era desse tipo. Ele nunca foi de farra. O negocio dele, tivesse de beber, fazer alguma coisa era em casa.*

As falas de Acácia, mais uma vez, ilustram quão alheia ela estava em relação a tudo que se passava entre o marido e os filhos, que só passou a se dar conta, a 'juntar uma coisa com a outra', depois da revelação.

*Depois que aconteceu, que todo mundo descobriu, foi que veio juntar uma coisa a outra.*

*[...] Mas é que eu achei bem estranho. Depois quando acontece tudo é você vem relacionar as coisas.*

*[...] A única coisa estranha que eu achava era isso.*

Notamos também que neste momento surge uma nova narrativa do abuso, que é a narrativa de Acácia. A partir de uma lembrança, ela (re)cria a cena de abuso (que provavelmente acontecia quando ela estava *ausente* de alguma forma, ou seja, quando saía pra trabalhar ou quando dormia), a partir das próprias experiências nessa trama familiar, com suas próprias fantasias. E, dessa forma, Acácia volta a

autorizar a fala de Açucena, mesmo tendo aparecido na entrevista, lapsos e atos falhos que indicavam, inconscientemente, um desmentido ou *desautorização*.

*Mas jamais imaginei... acho que depois eu fui juntar uma coisa a outra. **Ele botava o remédio, né, eu ia dormir, apagar e ele poder abusar dela de noite.** Depois que eu comecei a juntar uma coisa a outra.*

*Era nesse sentido, ele botava remédio, eu dormia... diazepam é forte! Dormia. Você já bebendo, tomar um diazepam, ou dois que eu não sei quanto ele machucava pra botar... pronto, você vai dormir até o outro dia. **Ele podia fazer o que quisesse com ela que ninguém ia escutar. Os meninos não acordam de noite. Depois que deita, acabou-se.** A única coisa estranha que eu achava era isso. **Depois, né, que descobriu foi que eu fui achar bem estranho,** essa atitude dele de botar remédio na bebida.*

É possível que essa nova autorização abra caminho para a polissemia da palavra que dá possibilidade ao registro simbólico. E ficamos com Pinheiro (1995) ao observar que a criança tem sua palavra própria quando é intermediada pela sua relação com o adulto.

### CAPITULO 3

#### O acolhimento e a criação de sentidos.

Clinicar é, assim, *inclinarse diante de*, dispor-se a *aprender com*, mesmo que a meta, a médio prazo, seja aprender-sobre.

**Luís Cláudio Figueiredo**

Quando não há palavras para descrever, torna-se impossível simbolizar.

**Lucía Barbero Fuks**

Após a apresentação, no primeiro capítulo, do abuso sexual infantil intrafamiliar como manifestação da violência sexual e de uma leitura do abuso sexual infantil na perspectiva ferencziana, seguidas das discussões, no segundo capítulo, a respeito do segredo e da revelação com reflexões a partir dos fragmentos da entrevista, chegamos ao momento de adentrar nas discussões acerca da revelação no contexto da clínica com crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar.

Discutiremos, nesta parte do trabalho, o atendimento a situações de abuso, partindo da experiência de atendimento nos centros de atenção a situações de violência, ligados à Assistência Social.

Em seguida passamos às ponderações sobre o psicólogo/psicoterapeuta e o analista ante os casos de ASI, discutindo alguns dos impasses que se colocam à frente das intervenções, adentrando nas especificidades do atendimento psicológico em casos de violência sexual intrafamiliar, contemplando a revelação no contexto clínico. Por fim, refletimos sobre a importância do terapeuta na criação de um setting acolhedor que possibilite a criação de sentidos e elaboração da experiência.

### 3.1. O atendimento a situações de abuso

A demanda crescente para o atendimento a crianças vítimas de violência sexual na clínica psicanalítica tem sido, ao mesmo tempo, um desafio e uma oportunidade, por nos levar a pensar nas questões e impasses que se apresentam e nas consequências do que temos a dizer sobre isso. Crianças e adolescentes que sofreram abuso chegam à clínica em duas situações: 1) quando o abuso já tenha sido revelado e 2) quando o abuso ainda é um segredo que se revela no *setting* terapêutico. Ambas colocam os terapeutas diante das especificidades dessa clínica.

Foi a partir da experiência que suscitou questões para este estudo, que iniciamos uma reflexão dirigida para as particularidades dos atendimentos a crianças vitimizadas sexualmente.

Em meados de 2006, no extinto Programa Sentinela<sup>15</sup>, iniciamos o trabalho que atendia crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e estava inserido no Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, coordenado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Com a criação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, em 2005, e com sua implementação ao longo dos anos, o Programa Sentinela foi sendo transformado em serviço de proteção social a crianças e adolescentes assumindo um caráter de ação continuada e, atualmente, a assistência a crianças e adolescentes vítimas de violência está compreendida no PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos<sup>16</sup>, inserido no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

Embora não estivesse previsto na Norma Operacional Básica - NOB/SUAS, o psicólogo que atuava no CREAS realizava o acompanhamento psicológico, dentro dos moldes de sua abordagem teórica, com o consentimento da gestão do SUAS e devido, também, às reivindicações da Rede de Proteção à Infância, pelo reconhecimento de que não havia oferta de atendimento especializado na rede de saúde pública para as crianças vítimas de violência.

As crianças e seus familiares chegavam àquela instituição para acompanhamento especializado, ou seja, direcionado à situação de violência,

---

<sup>15</sup> Programa Federal que atendia, exclusivamente, crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

<sup>16</sup> Serviço que acompanha famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos.

através de encaminhamentos realizados pelo Conselho tutelar, delegacias especializadas, Ministério Público, além da procura espontânea, encaminhamento das unidades educacionais, hospitais, unidades de saúde da família, entre outros.

Os momentos de acolhimento e triagem eram carregados de tensão e cuidado na aproximação a estas crianças. Muitas delas chegavam extremamente agitadas, chorosas e arredias ou totalmente submissas, silenciosas e indiferentes. Entre os adolescentes, quando não chegavam submissos, silenciosos e apáticos, reagiam ao acolhimento com desconfiança e hostilidade. A equipe sabia que se tratava de crianças e adolescentes que havia experienciado situações muito dolorosas e confusas e, portanto, impossíveis de serem ditas em palavras.

Os primeiros atendimentos com os familiares ou responsáveis, eram realizados por uma assistente social que fazia a triagem do caso e encaminhava para atendimento psicológico. Existia um tipo de questionário, parte dos *instrumentais de atendimento*<sup>17</sup>, que era preenchido inicialmente pela(o) assistente social e que o(a) profissional de psicologia poderia dar continuidade durante os seus atendimentos, tornando os primeiros atendimentos psicológicos totalmente dirigidos para a situação de violência.

Este questionário de primeiro atendimento lembrava muito a *anamnese clínica*, utilizada muitas vezes nas primeiras entrevistas psicológicas. Continha itens para a identificação da criança/adolescente, perguntas acerca da sua vida escolar, da situação socioeconômica da família, da dinâmica familiar e questões sobre o histórico da situação de violência que deveriam ser respondidas pelo responsável que o (a) acompanhava durante os atendimentos. As perguntas sobre o histórico da violência eram do tipo: “*Como e onde ocorreu a violência?*”; “*Qual a frequência da violência?*”; “*Possuía desconfiança do risco enfrentado pela vítima na presença do agressor?*”; “*O que pensa em relação à violência ocorrida?*”; “*Deseja a punição do agressor?*”.

A assistente social deixava essas perguntas para serem feitas durante os atendimentos psicológicos, visto que suscitavam sentimentos e reações nos familiares, gerando momentos difíceis no atendimento, sobre os quais não conseguia intervir. Os atendimentos chegavam a ser puramente burocráticos, pedagógicos e sugestivos, muito comum no dia a dia da prática em serviços

---

<sup>17</sup> Conjunto de instrumentos de registro de atendimento dos casos.

públicos; as pessoas respondiam perguntas, narravam, descreviam um fato, mas não falavam de si, da sua história ou do que sentiam.

Muitas vezes, após as primeiras entrevistas com as famílias, percebia-se que estas desapareciam, ou ficavam relutantes em voltar aos atendimentos, precisando da intervenção dos órgãos de defesa para retornarem ao Serviço. Colocavam suas crianças em risco outra vez e assim, num círculo vicioso, passavam pelas mesmas situações procurando outras instituições. Considerando toda a complexidade das situações de violência, surgiram questões em torno do uso daqueles instrumentais nos atendimentos com a hipótese de que o desaparecimento das famílias tinha relação com aquelas perguntas. Aquele questionário poderia ser útil para manter os profissionais bem informados sobre a situação de violência, entretanto os conservavam distantes daquele sujeito e da sua história.

Diante dessa constatação e à medida que a clínica naquela instituição foi ganhando um enquadramento, os questionários de atendimento deixaram de ser priorizados e as pessoas foram, então, convidadas a falar de si. A escuta e os registros das sessões tornaram-se os instrumentos fundamentais para o trabalho clínico daquela instituição, voltando-se para o sujeito e seu sofrimento, privilegiando a sua história, sem desconsiderar a situação de violação de seus direitos e seu contexto. Sem perguntas sugestivas, sem instrumentais, apenas abrindo um espaço para a palavra.

Este espaço também foi assegurado às crianças e adolescentes através das entrevistas diagnósticas, que passavam aos atendimentos psicológicos individuais e aos grupos de apoio, ambos “espaços privilegiados de escuta” Conselho Federal de Psicologia [CFP] (2009, p.63), que os permitiam *ser* sujeitos além da violência.

A nossa escuta nos atendimentos iniciais e nos demais, foi tomando o sentido de favorecer a emergência de aspectos favoráveis da criança na busca e manutenção da saúde psíquica, através do brincar, valorizando o que havia de singular no modo de ser de cada uma.

Com essa experiência, observamos que aproximar-se da criança com perguntas sugestivas estimulando-a a falar sobre o abuso vai contra o que preza a clínica psicanalítica, considerando a regra fundamental da psicanálise, a associação livre. Lembramos também que a criança, muito fragilizada, pode narrar o abuso sexual apenas como repetição de conteúdos não recalcados, inscritos no psiquismo e que não podem ainda ser transcritos. A clínica precisa oferecer a estas crianças e

sua família um lugar de fala e, o terapeuta, oferecer a sua escuta, para que o indizível, o impensável e o irrepresentável possa ser nomeado e significado.

### **3.2. As especificidades da clínica com crianças vítimas de abuso**

A revelação de um abuso sexual contra criança costuma causar grande impacto nos profissionais envolvidos no atendimento do caso. Ouvir o relato de uma criança que conta uma experiência de abuso mobiliza sentimentos de horror, raiva e tristeza, até nos terapeutas com larga experiência clínica, podendo leva-los a um “ensurdecimento defensivo” (Fuks, 2010, p. 188).

É possível dizer que algumas dificuldades se apresentam aos psicólogos clínicos que recebem essa demanda, como a resistência (por desconhecimento) em realizar as notificações importantes para a proteção do paciente, os impasses diante do sigilo na emissão de pareceres e relatórios e o medo de sofrer processo ético. O ensurdecimento defensivo do qual fala Fuks (2010), pode nascer dessas dificuldades.

Primeiramente, os terapeutas se deparam com o impasse entre o sigilo e a obrigatoriedade da notificação, lembrando que a notificação é um procedimento sigiloso e não deve ser confundida com a denúncia. O sigilo é um dos principais pilares que sustentam a relação entre o psicólogo e seu paciente, possibilitando o fazer terapêutico. Mas, em situações consideradas graves, como em casos de violência contra a criança, cabe um entendimento mais amplo no que se refere à recomendação do sigilo.

É necessário lembrar que na dinâmica dos casos de abuso sexual na família o sujeito que é perpetrador do abuso, impõe o silêncio à criança por meio de ameaças e sedução. Assim sendo, quando a criança revela essa experiência ao terapeuta é importante entendê-la como um pedido de ajuda, mas, para o paciente, a expectativa pode ser de que o terapeuta seja seu porta-voz nas situações em que se sente impedido de tornar conhecido (Pinheiro & Fornari, 2011).

O psicólogo é obrigado ao sigilo em seu exercício profissional, devendo criar condições para que não haja sua violação. O Código de Ética Profissional do Psicólogo, no artigo 9º refere:

É dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos, ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional.

No artigo 10º, há a referência que o psicólogo poderá decidir pela quebra do sigilo “nas situações que se configure conflito entre as exigências decorrentes no disposto no Art. 9º e as afirmações dos princípios fundamentais deste Código, excetuando-se os casos previstos em lei...” Dessa forma, havendo a necessidade de quebra do sigilo profissional, o psicólogo deve basear sua decisão na busca do menor prejuízo e “restringir-se a prestar as informações estritamente necessárias” (Código de Ética do Profissional, 2005, Art.10º, Parágrafo Único).

Embora o Código de Ética não especifique as situações, é possível dizer que nos casos de violência contra a criança e o adolescente, quebrar o sigilo não é considerada infração ética, visto que a violência apresenta risco para a criança. Ressaltamos que isso respalda o enquadre clínico, já que cabe ao terapeuta esclarecer ao paciente que poderá dar ciência a outros quando há risco à sua integridade física e emocional.

Sobre isto, Pinheiro e Fornari (2011) esclarecem que o princípio do “menor prejuízo” não exclui a possibilidade de danos para a relação terapêutica, entendendo, porém, que os prejuízos acarretados serão sempre menores em relação àqueles produzidos pela situação de violência.

Importante também destacar que ao ser constatada a necessidade de quebrar o sigilo, o terapeuta busque discutir a situação em supervisão clínica e com outros profissionais envolvidos no atendimento, para que se faça uma reflexão crítica antes da tomada de decisão. As notificações visam a proteção da criança, mas, por outro lado, podem colocá-la em risco, por isso devem ser conduzidas com cautela e eticamente fundamentadas.

Atender e acompanhar crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual incestuoso leva profissionais das distintas áreas de atuação a rever sua prática que, diante da complexidade dos casos de violência intrafamiliar, ultrapassa os limites do convencional. Para os profissionais de psicologia que atuam na clínica, ou mesmo para os psicanalistas não é diferente. Receber uma criança em terapia ou análise, com suspeita ou confirmação de ter sofrido abuso, exige do terapeuta, tanto rigor quanto flexibilidade técnica, no que diz respeito ao manejo e ao enquadre clínico.

Independentemente do contexto público ou privado de atuação clínica, será necessário atuar de maneira articulada com outras áreas e campos do conhecimento.

A experiência clínica aponta que a criança que foi vitimizada sexualmente não está sendo atendida apenas no consultório do terapeuta, mas, também, por equipes multiprofissionais do sistema judiciário, da assistência social e da saúde mental. Ao terapeuta que trabalha com as relações abusivas na família (sexuais ou não) é necessária flexibilidade para a interlocução com os profissionais de outras áreas. E essa postura pode diminuir o grande número de atendimentos desarticulados à criança e à sua família, principalmente no âmbito das instituições.

Faiman (2011), seguindo a experiência do CEARAS<sup>18</sup> recomenda que os atendimentos entre instituições aconteçam de forma articulada:

O ideal é que o atendimento prestado pela Justiça e o atendimento em saúde mental possam ocorrer de forma articulada, em um contexto no qual estejam claramente definidos e respeitados os limites de cada uma dessas abordagens (p.23).

A autora ressalta que os profissionais ligados ao judiciário buscam a realidade concreta dos fatos, que dá subsídios para as decisões do juiz, sendo assim, perícias podem ser realizadas para investigar a ocorrência e as condições ligadas ao abuso. A equipe técnica das varas da infância e juventude, por exemplo, faz o acompanhamento das famílias em processo judicial, mas podem ter a necessidade de conversar com o terapeuta da criança, sobre as consequências ao seu psiquismo. É provável que ao terapeuta sejam solicitadas declarações, pareceres e laudos sobre a necessidade de acompanhamento psicológico ou sobre o diagnóstico de abuso. É possível, também, a solicitação para que o terapeuta se pronuncie em juízo.

Entretanto, não cabe aos terapeutas uma postura de caráter investigativo, pois não é da sua competência descobrir se uma criança foi ou não abusada sexualmente. Este papel é policial. O judiciário entra com o interdito e suas intervenções podem ter efeito reparador e organizador, à medida que aplica medidas de proteção.

---

<sup>18</sup> Que realiza atendimentos em saúde mental de pessoas encaminhadas pelo Judiciário.

Ainda que a lei cumpra sua função necessária de interdição em situações de abuso incestuoso, pode provocar a dissolução da família e a intervenção terapêutica, nesse momento, é pertinente. Na clínica com crianças vitimizadas sexualmente, incluir a família nos atendimentos dando a cada um de seus membros oportunidade de fala, é imprescindível para o trabalho com a criança.

As famílias chegam à clínica espontaneamente ou encaminhadas por órgão de proteção, num momento caótico de suas vidas, cuja situação de violência reflete o padrão disfuncional de suas relações afetivas. Diante disso, os profissionais responsáveis pelos atendimentos precisam estar atentos para não reproduzir o funcionamento confuso e caótico das mesmas, em função de questões transferenciais e contratransferenciais. Nas equipes de saúde mental e assistência social, quando isso acontece, é comum que apareçam conflitos entre os membros, dificuldades com o diagnóstico e com a construção de estratégias de prevenção, “revelando, por procuração, um sintoma que não é seu” (Pinheiro & Fornari, 2011, p.314).

Segundo autores que já se dedicaram ao estudo do tema, como por exemplo, Furniss (1993), Amazarray e Koller (1998), reconhecem as especificidades da clínica da violência e comentam sobre a importância de preparar diversos profissionais para lidar com as consequências do abuso sexual, possibilitando que o tema seja discutido multidisciplinarmente. Cuidar da criança abusada sexualmente requer do profissional a capacidade de trabalhar interdisciplinarmente, além de conhecimentos jurídicos de proteção à infância e responsabilização de agressores, familiaridade sobre a clínica da violência, a dinâmica das relações abusivas, as implicações na vida da criança, da família e do abusador, visando melhores intervenções terapêuticas.

Outra dificuldade que surge na clínica e que é preciso destacar está atrelada ao diagnóstico de abuso. Muitos psicólogos e psicanalistas não conseguem identificar os sinais indicadores de violência, no comportamento e na fala da criança, com o risco de confundi-los com a fabulação. Fuks (2005) pontua que, por isso, muitos especialistas receiam que a posição dos psicanalistas venha minorar as constatações de vitimização sexual de crianças e que, pela postulação da universalidade dos desejos incestuosos, seja descaracterizada a situação de abuso que se verifica objetivamente nas famílias incestuosas.

Diagnosticar o abuso, no entanto, é uma tarefa difícil em meio à vasta variabilidade de sinais e sintomas. Na interlocução com os outros saberes, a avaliação médica e a avaliação social podem ajudar no diagnóstico e na indicação terapêutica.

### **3.3. A revelação no contexto clínico e a criação de um ambiente acolhedor.**

A confusão de línguas que vimos anteriormente, marca a relação adulto-criança que muitas vezes não se entendem e, nesse contexto, é possível que emerja o trauma. Contudo, como lembram Osmo e Kupermann (2012), o trauma patogênico não é simplesmente a confusão de línguas e para entender como é possível evita-lo, voltar à noção de *desmentido*, em Ferenczi, é essencial.

Pinheiro (1995) aponta que a criança percebe que sua confiança “cega” no adulto é ameaçada, quando este adulto não corresponde às suas expectativas de ouvi-la, acreditar nela e ajuda-la a representar o que aconteceu.

Segundo a autora, a criança só terá uma palavra própria quando esta é intermediada pelo adulto. Inicialmente, tomando emprestada a palavra do adulto, a criança dirige a ele a sua palavra para obter uma confirmação e, neste vaivém, a criança conquista sua própria palavra. Com o desmentido produz-se uma incompatibilidade simbólica, quando este assume o tom de verdade absoluta (p.82).

Para Osmo e Kupermann (2012) é o *desmentido* que diferencia o trauma da *confusão de línguas* e, neste sentido, “o trauma patogênico pode ser evitado... já que as línguas, por mais estranhas que sejam entre si, podem se aproximar e se complementar sem que uma subjogue a outra” (p.335).

Com base na construção teórica que foi desenvolvida neste trabalho, propomos que, além de evitar o desmentido, quando um adulto autoriza a existência da fala da criança há condição de possibilidade para que ela mesma dê sentido à experiência de abuso.

Quando um terapeuta recebe, em sua clínica, crianças e adolescentes com história de abuso sexual, em algum momento vai se deparar com a narrativa de uma cena de sedução. Mesmo que já tenha narrado o fato a outra pessoa num primeiro tempo, a criança, no processo terapêutico, vai narrar a cena de abuso num segundo

momento. Neste *segundo tempo da revelação* o terapeuta assume papel importante para que não seja agravado e reproduzido aquilo que foi vivido como desastroso para a criança. Por intermédio dele, a criança pode ter outra chance de ter a sua fala autorizada.

Avançando nas ponderações sobre o sentido da revelação no contexto clínico, trouxemos, à guisa de ilustração, a experiência de uma estagiária de psicologia, na clínica institucional do CREAS - Flor de Camará, em Camaragibe-PE.

Nascimento (2012) relata experiências que vivenciou na prática de estágio no Centro Referência Especializado de Assistência Social, destacando as intervenções com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, nos grupos de apoio<sup>19</sup>. Uma situação específica de revelação da experiência de abuso sexual, contada por uma das crianças do grupo provocou na equipe de psicólogos e estagiária de psicologia algumas reflexões entre elas, sobre a revelação do abuso no contexto clínico.

Este grupo era formado por 05 crianças na faixa etária entre 05 e 09 anos, todas meninas que foram vítimas de abuso sexual e apresentavam um intenso sofrimento psíquico decorrente da violência; duas sofreram abuso sexual extrafamiliar e três sofreram abuso intrafamiliar. Todas elas eram atendidas individualmente por psicólogas do CREAS e participavam do grupo quinzenalmente.

Nascimento (2012) conta que por volta do sexto encontro do grupo uma das crianças chegou trazendo com ela um kit de maquiagem infantil. As crianças, então, propuseram brincar de maquiar umas às outras. Uma das meninas, chamada Iris<sup>20</sup>, ficou apenas olhando, não permitindo ser maquiada porque não podia. Depois de um tempo conseguiu se juntar à brincadeira, mas só poderia ser maquiada com cores clarinhas. As meninas, enquanto se maquiavam, contavam como tinham aprendido a usar maquiagem, Iris passou a contar para o grupo a sua relação com a maquiagem quando a mãe a pintava em um ritual de início do abuso<sup>21</sup>:

Relatou o abuso que sofria por parte do padrasto, mesmo sem ter a dimensão do que isso significava exatamente, falou das torturas, das ameaças, da violência física da qual era vítima, da

---

<sup>19</sup> Grupos formados de acordo com a faixa etária e organizados separadamente por tipo de violência. Tinham como objetivo o resgate da corporeidade e retomada do desenvolvimento físico, emocional, afetivo e social dos sujeitos que passaram por experiência de violência.

<sup>20</sup> Nome fictício.

<sup>21</sup> Iris era abusada pelo padrasto com a participação da mãe, numa forma de vitimização com características de um abuso ritualístico, que não se restringia à violação sexual.

vontade que sentia de pedir ajuda, mas do medo da consequência que isso teria (p.65).

Ela expõe também como percebeu que, depois dessa revelação no grupo, a experiência confusa e aterrorizante do abuso para Iris parecia estar fazendo sentido:

Esse espaço inusitado e criativo possibilitou trabalhar a violência e o trauma. Iris teve a oportunidade de atribuir outros significados para o uso da maquiagem, significados esses que foram mediados pelo brincar enquanto linguagem e ação e que não estavam associados à humilhação e a violência que sofrera, alargando o seu repertório de experiência (Nascimento, 2012, p.66).

A experiência relatada por Nascimento (2012) denota a importância da criação de um ambiente acolhedor para os sujeitos envolvidos em contexto de abuso sexual, seja no momento inicial de acolhimento clínico à criança, seja nos atendimentos individuais e/ou em grupo.

Sándor Ferenczi, ao usar a técnica psicanalítica para tratar de casos de pacientes que foram sexualmente molestados na infância, percebeu que por trás de uma docilidade e de uma transferência positiva havia uma passividade extrema que obrigava esses sujeitos a se submeterem à autoridade do analista e à dor que lhes era infligida pelo tratamento. Esse estado de submissão advém da clivagem psíquica que, para Ferenczi, “é consequência de um traumatismo e está diretamente relacionada com a tentativa de encobrir a percepção traumática e com manifestações de desorientação psíquica” (Mendes & França, 2012, p.125 e 128). O estabelecimento de uma relação de confiança no setting é componente fundamental para interromper o ciclo de submissão constatado por Ferenczi.

A adaptação psíquica da criança que sofreu abuso serve ao propósito de preservar suas relações originais com seus pais/cuidadores e para sobreviver ao ambiente abusivo, recorrendo a uma extensa gama de defesas psíquicas. Nos casos de violência contra a criança, frequentemente nos deparamos com famílias disfuncionais e uma boa aliança terapêutica com o familiar não abusador é imprescindível.

Os psicólogos e analistas que trabalham com a temática da violência sexual infantil, logo se deparam com as dificuldades para o manejo transferencial no processo terapêutico. Os efeitos dessa vivência aterrorizante no psiquismo infantil

dão à criança todas as razões para não confiar no adulto e resistir a uma aliança terapêutica (Mendes & França, 2012). Assim, para o manejo da transferência em casos de abuso sexual infantil, é necessário lidar com a própria atitude em relação à sexualidade da criança e ao abuso sexual.

A revelação, quando acontece na clínica dá-se como possibilidade de elaboração psíquica e aparece com a repetição, no setting terapêutico, da narrativa de abuso. O acolhimento da fala espontânea da criança sobre a experiência de abuso permite a ela, a criação de sentidos. Na experiência de Iris, contada por Nascimento (2012), podemos supor que ela própria deu sentido à sua experiência.

Foi um lento processo até que Iris pudesse repetir, no setting, a narrativa da experiência traumática que vivenciou com o padrasto e com a mãe, e se encaminhasse para alguma elaboração e alívio da dor psíquica. O *brincar de maquiagem* remeteu Iris à cena de abuso, mas a relação de confiança estabelecida, no *setting*, possibilitou que saísse de um lugar de passividade, amor e submissão excessivas em relação às terapeutas e ao grupo e atribuísse sentido àquela vivência.

Entendemos que crianças que foram abusadas sexualmente necessitam de um setting seguro para projetar suas emoções e dar-lhes significado. É necessário que o terapeuta tolere as expressões de ansiedade, sem a preocupação em dar um significado imediato, não *falando* por elas na urgência de atendê-la na demanda pelo sentido. A terapia deve ser o lugar onde os elementos ainda não nomeados possam ser contidos *com* o terapeuta, que ao autorizar a fala da criança possibilita que o sentido emerja.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pasmo quando acabo qualquer coisa. Pasmo e desolo-me. O meu instinto de perfeição deveria inibir-me de acabar; deveria inibir-me até de dar começo.

O que consigo é um produto, em mim, não de uma aplicação de vontade, mas de uma cedência dela. Começo porque não tenho força para pensar; termino porque não tenho alma para suspender.

**Fernando Pessoa**

Ao longo deste estudo, buscamos por meio de uma instrumentalização teórico-clínica pensar a revelação do abuso sexual infantil intrafamiliar, fazendo um recorte com nuances e leituras específicas de um fenômeno amplo como o abuso sexual infantil.

Ao introduzir o trabalho perguntamos quais seriam as repercussões, na dinâmica da família, da revelação do abuso sexual intrafamiliar perpetrado por pai contra seus filhos ou filhas, e quais as implicações psíquicas e emocionais desta revelação para a criança, frente à obrigatoriedade das notificações e estímulos às denúncias.

Para tentar responder, começamos pela apresentação das noções de violência sexual e de abuso sexual infantil intrafamiliar adotadas neste estudo, abordando o abuso sexual na infância como manifestação da violência contra a criança. Em seguida, fizemos uma leitura do abuso sexual infantil na perspectiva psicanalítica a partir das considerações ferenczianas sobre o traumatismo sexual, no texto *A Confusão de língua entre os adultos e a criança* (1933/2011), percebendo que o abuso sexual infantil se dá no território das paixões do adulto, no campo dos excessos e na assimetria do encontro adulto-criança.

Mais adiante, assinalamos que trabalhar com a revelação do abuso sexual incestuoso exige transitar na área dos segredos, sendo importante pensar sobre os mesmos. Dando continuidade às considerações sobre a revelação, refletimos que esta se dá como expressão de sobrevivência psíquica diante dos riscos da

aniquilação do sentimento de si e morte psíquica, experimentadas pela criança que vive a *comoção psíquica*.

Compreendemos que a revelação implica em árduo processo que demanda um trabalho psíquico com muitos desdobramentos e sua narrativa se dá em dois momentos: 1) o momento da busca pelo sentido e 2) o momento da elaboração. No primeiro momento, ressaltamos que a narrativa da criança para o adulto surge numa reação aloplástica, para que algo desconhecido se torne conhecido, revelando o abuso e buscando um sentido. No entanto, quando este adulto não consegue ouvir o que a criança tem a dizer e a desmente, o trauma pode se instalar. No segundo momento, notamos que a narrativa aparece na via da elaboração da experiência do abuso, onde a criança mais uma vez, busca o adulto para que, por intermédio dele, sua fala tenha sua existência autorizada. A partir disso pudemos tecer algumas considerações sobre a narrativa/revelação no contexto clínico.

Dessa forma, defendemos que a revelação aparece na narrativa de uma cena imaginária ou fantasiada acrescida da cena de sedução real e, esta cena, é sempre (re)criada por todos aqueles que tem a possibilidade de narrá-la. Neste estudo, por exemplo, a cena apresentada foi (re)criada nas narrativas da criança, da mãe, do irmão da criança e, por fim, na narrativa das pesquisadoras.

Vimos, também, que a revelação, ou a narrativa da história de abuso sexual incestuoso, não necessariamente promove alívio de início, mas pode ser realmente ameaçadora e dolorosa para a criança ou adolescente, já que, frequentemente acontece em meio à angústia, associado às fantasias edípicas e aos sentimentos ambivalentes em relação ao adulto, podendo se tornar mais difícil do que a própria experiência do abuso.

A criança quando conta sua experiência, seja para a família ou em qualquer outro contexto, convoca um adulto a dar sentido ao que não faz sentido para ela. Ao revelar este segredo, não pretende delatar nem acusar seu agressor, apenas precisa dar sentido àquela experiência.

Entendemos que a criança ou adolescente não são os únicos sujeitos implicados subjetivamente na dinâmica do abuso sexual infantil intrafamiliar. A família – nuclear e extensa – e o sujeito perpetrador do abuso também fazem parte dessa trama e devem ser reconhecidos não só em sua participação ativa ou passiva, mas também em todas as demonstrações de afeto ou desafeto que venham ter.

Em casos de abuso intrafamiliar, a família pode sofrer algumas consequências como a separação do membro familiar responsável pelo abuso, ou o afastamento temporário da criança e de sua família. Sentimentos de culpa pelo que aconteceu com a criança e pelas penalidades que o agressor poderá sofrer aparecem com frequência, além do medo da dissolução da família ou medo de represálias do próprio agressor sexual. A família quando decide pela denúncia, é solicitada a falar sobre o que aconteceu em diferentes instâncias (policiais, jurídicas e assistenciais) que em sua maioria são desarticuladas obrigando a criança e seus familiares a contarem, inúmeras vezes, como se deu o abuso. E tudo isso num contexto de muita ansiedade e angústia que pode ser bem mais difícil que o abuso sexual em si.

Sendo assim, em relação à família, foi possível observar que o processo de revelação leva a um período de desestabilização do grupo e exige dele capacidade de elaboração e transformação. É um momento, sobretudo, de muita fragilidade. Ravazzola (2001, citado por De Antoni et al., 2006) afirma que “o ser humano é mais vulnerável às provocações e os vínculos tornam-se mais frágeis nas situações de crises, sendo que a família tem que se reformular para enfrentá-las” (p.142). A experiência de abuso sexual incestuoso quando revelada, circula no grupo familiar e cada um de seus membros a vivencia de forma singular. A circulação da narrativa na família é inevitável podendo chegar até a comunidade, mas precisa ser conduzida pelo grupo familiar de forma cautelosa no percurso da revelação, sendo fundamental para uma saída saudável diante de uma situação potencialmente traumática.

Consideramos importante ressaltar que as mães ocupam um lugar significativo neste processo. Tomar conhecimento do abuso pode desencadear, na mãe, um processo de sofrimento psíquico ante a vergonha e a culpa, ou pode, ao mesmo tempo, gerar reações de indiferença, ambivalência e raiva em relação ao sujeito agressor e à criança. É importante dizer que os profissionais, nos espaços de acolhimento e atendimento à família em contexto de abuso incestuoso, estejam atentos ao sofrimento psíquico apresentado por estas no decorrer da revelação, lembrando a importância que tem neste processo e dando a elas igual atenção.

As reações que as mães apresentam também influenciam na forma como a criança dá sentido à experiência do abuso. Neste estudo, é possível dizer que o observado na análise da entrevista com a mãe corrobora estudos anteriores (Santos & Dell’Aglio, 2009; Santos e Dell’Aglio 2010; Ramos 2010) em relação às reações

maternas diante da revelação do abuso, no que diz respeito às mães que tiveram reações ditas positivas, acreditando no relato da filha e levando à denúncia adiante. O estudo reafirma também que a mãe é na maioria das vezes a primeira pessoa a quem a criança procura para revelar o abuso.

Destacamos aqui que as implicações para a criança abrangem o âmbito emocional e social, que puderam ser observadas na entrevista com a mãe, apresentada pelos fragmentos aqui analisados. Quando criança é muito pequena a família pode ter uma reação de superproteção diante da revelação, mas não é regra. Com a criança maior ou adolescente, a situação muda e muitas vezes são colocados no lugar de culpados pelo abuso. É comum que as crianças que não estão mais na primeira infância e os adolescentes, sejam acusados de seduzir um adulto intencionalmente e provocar um abuso sexual, sem jamais ser seduzido. Isso tem a ver com as fantasias do adulto em relação à infância e à adolescência.

Na entrevista com a mãe, observamos que Açucena apesar de ser acolhida inicialmente pela família paterna, vivenciou posteriormente a rejeição da avó e tio, juntamente com a negação do seu sofrimento, por parte do pai, nas tentativas de transferir a ela a responsabilidade pelo abuso e pelas consequências da revelação.

Ressaltamos ainda, que as consequências dessa violência para a saúde da criança abrangem a saúde mental, física, saúde reprodutiva e atingem também o campo pessoal, familiar e social de todos os envolvidos. A violência sexual contra crianças é um problema que exige propostas interdisciplinares de intervenção e enfrentamento, envolvendo profissionais de saúde pública, de educação e do sistema de justiça.

Observamos que as famílias incestuosas apresentam em certo momento, alto grau de desorganização, ausência de limites e normas. O trabalho terapêutico poderia ser entendido como um espaço para um suporte no restabelecimento de limites e reorganização, bem como um lugar de fala, contrariando o silêncio imposto nos abusos, permitindo a recuperação do sentido das experiências vividas e promovendo a elaboração. É interessante que a família compreenda que o comportamento da criança não precisa ser patologizado por ela ter sofrido o abuso, ou que ela seja eternamente colocada no lugar de vítima. O adulto familiar, cuidador, precisa de suporte para dar conta daquela situação, para que a criança encontre nele o mediador possível à elaboração de experiências dolorosas, como a de abuso sexual. Como nos lembra Fuks (2010), “falar dos efeitos do abuso, imediatos ou de

longo prazo, é falar justamente da ameaça de um bloqueio danoso dos processos de subjetivação, da impossibilidade para a criança, sem auxílio de outros, de simbolizar o traumatismo experimentado.” (p.189).

No que diz respeito à revelação do abuso, pela criança, no espaço da clínica, podemos afirmar que ao oferecer um setting seguro para que a narrativa reapareça, o terapeuta pode dar outra chance para que a criança tenha sua fala autorizada e assim possa dar sentido, ela mesma, à sua própria experiência. Dessa forma, cabe ressaltar aqui a responsabilidade e a importância do trabalho clínico com crianças em circunstâncias de abuso e com todas as pessoas que, de alguma forma, estejam envolvidas nessa situação.

Por enquanto, esperamos que os apontamentos feitos aqui tenham contribuído para a análise das situações de abuso sexual infantil intrafamiliar e do processo de revelação. Ante o propósito de trazer para o campo da reflexão clínica e acadêmica o estudo sobre a revelação do abuso sexual infantil intrafamiliar e certos da impossibilidade de um esgotamento de considerações sobre o tema, deixamos para estudos futuros os desdobramentos desse debate, que ainda exige pesquisa constante diante dos desafios que nos apresenta a clínica com crianças que vivenciaram as experiências dolorosas, infligidas pelo abuso sexual.

## REERÊNCIAS

- Amazarray, M.R. & Koller, S. H. (1998,). Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicologia Reflexão e Crítica*. 11(3), 559-578.
- Arantes, E.M.M. (2011). O Depoimento sem Dano. In Azambuja, M.R.F., Ferreira, M.H.M. et al. *Violência sexual contra crianças e adolescentes*. Porto Alegre: Artmed.
- Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência [ABRAPIA] (2002). *Abuso sexual contra crianças e adolescentes*. 3ª Edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Autores & Agentes & Associados.
- Azambuja, M.R.F. (2011). *Inquirição da criança vítima de violência sexual: proteção ou violação de direitos?* Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- Azevedo, M.A., Guerra, V.N.A. & Vaiciunas, N. (2011). Incesto Ordinário: a vitimização sexual doméstica da mulher-criança e suas consequências psicológicas. In Azevedo, M.A., Guerra, V.N.A. (Orgs.) *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. 6ª ed., São Paulo: Cortez.
- Bardin, L. (2000). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Chauí, M. (1999) *Uma ideologia perversa*. Recuperado em 25 de março de 2013, de [http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc\\_1\\_4.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc_1_4.htm).
- Cohen, C (2011). O Incesto. In Azevedo, M.A. & Guerra, V.N.A. (Orgs.) *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. 6ª ed. São Paulo: Cortez.
- Cohen,C. & Gobbetti, G. J. (2003). *O incesto: o abuso sexual intrafamiliar*. Recuperado em 09 de junho de 2013, de [http://www.researchgate.net/profile/Claudio\\_Cohen/publication/265263117\\_O\\_INCESTO\\_O\\_ABUSO\\_SEXUAL\\_INTRAFAMILIAR/links/54d4b9540cf25013d029ce00.pdf](http://www.researchgate.net/profile/Claudio_Cohen/publication/265263117_O_INCESTO_O_ABUSO_SEXUAL_INTRAFAMILIAR/links/54d4b9540cf25013d029ce00.pdf).
- Conselho Federal de Psicologia (2009). *Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo*. 1ª ed., Brasília: CFP.
- Conselho Federal de Psicologia (2009). *Falando sério sobre a escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção – Propostas do Conselho Federal de Psicologia*. Brasília: CFP.
- Conselho Federal de Psicologia (2005). *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Brasília: CFP.
- Corrêa, T. (1987). *Camila, Camila*. [Gravado por Nenhum de Nós]. In Nenhum de Nós [LP], São Paulo, SP: Plug/RCA Victor - BMG

Cromberg, R.U. (2004) *Cena Incestuosa: abuso e violência sexual*. 2ª Edição. Coleção Clínica Psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Diário de Pernambuco (2014). *Herdeiros da violência*. Recuperado em 28 de agosto de 2014, de <http://hotsites.diariodepernambuco.com.br/local/2014/herdeirosdaviolencia/index.shtml>.

De Antoni, C., [et.al.]. *Violência e Pobreza: um estudo sobre vulnerabilidade e resiliência familiar* (2006). In: Dell'Aglio, D.D.; Koller, S.H. & Yunes, M.A.M. *Resiliência e Psicologia Positiva: interfaces do risco à proteção*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Faiman, C.J.S. (2011). *Abuso sexual em família: a violência do incesto à luz da psicanálise*. Coleção Psicologia Jurídica. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Faleiros, E.T.S. (2004) A Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes no Mercado do Sexo. In Libório, R.M.C & Sousa, S.M.G. (Org.) *A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes No Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Ferenczi, S. (2011[1931]). *Análises de crianças com adultos* (A. Cabral, trad., Vol. 4, 2ª ed., pp.79-95) São Paulo: Martins Fontes.

Ferenczi, S. (2011[1933]). *Confusão de língua entre os adultos e a criança: a linguagem da ternura e da paixão* (A. Cabral, trad., Vol. 4, 2ª ed., pp.111-121) São Paulo: Martins Fontes.

Ferenczi, S. (2011[1934]). *Reflexões sobre o trauma* (A. Cabral, trad., Vol. 4, 2ª ed., pp.125-135) São Paulo Martins: Fontes.

Ferreira, M.H.M; Azambuja, M.R.F (2011). Aspectos jurídicos e psíquicos da inquirição da criança vítima. In Azambuja, M.R.F., Ferreira, M.H.M. et al. *Violência sexual contra crianças e adolescentes*. Porto Alegre: Artmed.

Figueiredo, L.C.M. (2009[1995]). *Investigação em psicologia clínica*. In Figueiredo, L.C.M. *Revisitando as Psicologias: da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos*. 5ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes.

Freud, S. (1996[1893-1895]). *Estudos sobre a histeria* (J. Salomão, trad., Vol. 2, pp.11-316). Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1996[1905]). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (J. Salomão, trad., Vol. 7, pp.115-231). Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1996[1912-1913]). *Totem e Tabu* (J. Salomão, trad., Vol. 13, pp.11-163). Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago.

Freyre, G. (1970). *Casa-Grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 14ª ed., Recife: Cepe.

Fuks, L.B. (2005). Abuso sexual de crianças na família: reflexões psicanalíticas. In Volnovich, J. *Abuso sexual na infância*. Rio de Janeiro: Lacerda Ed.

Fuks, L.B. (2010). Consequências do abuso sexual infantil. In Fuks, L.B. *Narcisismo e vínculos: ensaios reunidos*. Coleção Clínica Psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Furniss, T. (1993). *Abuso Sexual da Criança: uma abordagem multidisciplinar – Manejo, terapia e intervenção legal integrados*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Gabel, M. (1997). *Crianças vítimas de abuso sexual*. São Paulo: Summus.

Guerra, V.N.A. (2001). *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. 4ª Edição. São Paulo: Cortez.

Houaiss, A. & Villar, M. (2001). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Imber-Black, E. et al. (1994). *Os segredos na família e na terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Kahtuni, H.C. & Sanches, G.P. (2009). *Dicionário sobre o pensamento de Sándor Ferenczi: uma contribuição à clínica psicanalítica contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: FAPESP.

Laplanche, J. (2001). *Vocabulário da Psicanálise – Laplanche e Pontalis*. 4ª Edição. São Paulo: Martins Fontes.

Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (2009[1990]). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Recife: Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA-PE.

Lei nº 13.010 de 26 de junho de 2014. Dispõe do direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante. Recuperado em 26 de novembro de 2014 de [http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%2013.010-2014?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2013.010-2014?OpenDocument)

Lévi-Strauss, C. (1982). *As estruturas elementares do parentesco*. 2ª ed., Petrópolis: Vozes.

Lima, S.N.A. (2012). *Entre a prova e a proteção; entre a escuta e a inquirição: a psicologia no debate sobre o projeto depoimento sem dano (DSD)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil. Recuperado em 02 de outubro de 2014, de <http://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11209>.

Lispector, C. (1999[1925-1977]). *Para não esquecer*. Rio de Janeiro: Rocco.

Mason, M. J. (1994). Vergonha: reservatório para os segredos na família. In Imber-Black, E. (D. Batista, Trad.) *Os segredos na família e na terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas (Obra original publicada em 1993).

Mendes, A.P.N. & França, C.P. (2012, janeiro/março). Contribuições de Sándor Ferenczi para a compreensão dos efeitos psíquicos da violência sexual. *Psicologia em Estudo*: 17(1), 121-130. Recuperado em 19 de março de 2014, de <http://www.scielo.br/pdf/pe/v17n1/v17n1a13>.

Miller, D. (1994). Incesto: o centro da escuridão. In Imber-Black, E. (D. Batista, Trad.) *Os segredos na família e na terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas (Obra original publicada em 1993).

Modesto, A.L. (2010). Incesto: o último tabu? In França, C.P. (Org.). *Perversão: as engrenagens da violência sexual infantojuvenil*. Rio de Janeiro: Imago.

Nascimento, C.M. (2012). *Uma experiência em clínica ampliada na Assistência Social*. Relatório Final de Estágio Supervisionado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.

Nasio, J.-D. (2001) O que é um caso?. In Nasio, J.-D. *Os grandes casos de psicose*. pp. 09–32. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Osmo, A. & Kupermann, D. (2012, abril/junho). Confusão de línguas, trauma e hospitalidade em Sándor Ferenczi. *Psicologia em Estudo*: 17(2), 329-339. Recuperado em 19 de março de 2014, de [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722012000200016&script=sci\\_arttext&tIing=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722012000200016&script=sci_arttext&tIing=pt).

Pedersen, J.R. & Grossi, P.K. (2011). O abuso sexual intrafamiliar e a violência estrutural. In Azambuja, M.R.F., Ferreira, M.H.M. et al. *Violência sexual contra crianças e adolescentes*. Porto Alegre: Artmed.

Pessoa, F. (2011[1888-1935]). *Livro do desassossego: composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda livros na cidade de Lisboa*. Organização Richard Zenith. 3ª ed., São Paulo: Companhia das Letras.

Pinheiro, T. (1995). *Ferenczi: do grito à palavra*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Ed UFRJ.

Pinheiro, L.S. & Fornari, V.L. (2011). O papel do psicólogo nos casos de violência contra a criança e o adolescente. In Azambuja, M.R.F., Ferreira, M.H.M. et al. *Violência sexual contra crianças e adolescentes*. Porto Alegre: Artmed.

Portaria nº 1.271 de 06 de junho de 2014 (2014). Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional e dá outras providências. Recuperado em 17 de agosto de 2015, de [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1271\\_06\\_06\\_2014.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1271_06_06_2014.html).

Ramos, M.C.R (2010). *Mães de meninas vítimas de abuso sexual: aquilo que não se pode dizer*. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.

Roudinesco, E. & Plon, M. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

Rozansky, C.A. (2005). A menina abusada diante da justiça. In Volnovich, J. *Abuso sexual na infância*. Rio de Janeiro: Lacerda Ed.

Saraiva, F.R.S. (1993). *Dicionário Latino-Português*. 10<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Liv. Garnier.

Santos, S.S. & Dell’Aglío, D.D. (2009). Revelação do abuso sexual infantil: reações maternas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(1), 085-092. Recuperado em 12 de março de 2013, de <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v25n1/a10v25n1>.

Santos, S.S. & Dell’Aglío, D.D. (2010). Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), 328-335. Recuperado em 12 de março 2013, de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n2/13.pdf>.

Waiselfisz, J.J. (2012). *Mapa da Violência 2012: crianças e adolescentes do Brasil*. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos. 1<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: FLACSO Brasil.

Zanetti, S.A.S. & Kupfer, M.C.M. (2008). O relato de casos clínicos em psicanálise: um estudo comparativo. In: Lerner, R. & Kupfer, M.C.M. (Orgs.) *Psicanálise com crianças: clínica e pesquisa*. São Paulo: Escuta.



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE**

---

Recife, 07 de fevereiro de 2014  
Ofício CIJ nº 024/2014  
Prezadas Senhoras,



Por ordem do Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo, Coordenador da Infância e Juventude/TJPE, informo que a solicitação contida no Ofício nº01/2013, datada de 02/12/2013, foi deferida à luz dos opinativos favoráveis, resguardando a privacidade e o sigilo em relação às vítimas e familiares, e somente com a participação voluntária e consciente do objeto da pesquisa, com compromisso firmado pela pesquisadora de acompanhamento psicológico dos participantes pelo tempo que for necessário.

Sem outro assunto para o momento, aproveito o ensejo para emitir protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

*Carla Malta*

Carla Costa Malta

Coordenadora Adjunta da Infância e da Juventude de Pernambuco

AS

ILMAS. SRAS.

JANAÍNA DA MOTA MARTINS

PROF. DRA. MARIA CONSUELO PASSOS

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO – UNICAP

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

RUA DO PRINCIPE, 526, BOA VISTA

RECIFE

/mus

## ANEXO B



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO - UNICAP**  
**PRÓ-REITORIA ACADÊMICA - PRAC**  
**COORDENAÇÃO GERAL DE PESQUISA - CGPQ**

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Modelo)**

#### **Título da Pesquisa - A revelação do abuso sexual infantil intrafamiliar: um estudo psicanalítico.**

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa sobre a revelação do abuso sexual intrafamiliar. Pretendemos estudar as repercussões na dinâmica da família, da revelação do abuso praticado por pai contra filhos (as), na infância ou adolescência. Por esse motivo, a sua participação é muito importante, já que precisamos escutar a experiência dos familiares das crianças e adolescentes que sofreram violência sexual. Você participará de forma livre, voluntária e não remunerada e, a qualquer momento, você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou ao processo judicial.

A participação nessa pesquisa não oferece riscos físicos e psíquicos aos envolvidos, entretanto sabemos que pode trazer desconforto por se tratar de um tema mobilizador de afetos. Caso isto ocorra, você pode interrompê-la para retomá-la posteriormente ou mesmo desistir, podendo solicitar suporte psicológico da pesquisadora que prestará toda a assistência possível. Caso desista da pesquisa, você pode solicitar a devolução e/ou destruição dos registros dos dados das entrevistas.

Esperamos que os resultados desta pesquisa possam contribuir para a clínica com crianças e adolescentes abusados sexualmente e possibilite ampliar as discussões no âmbito clínico e acadêmico, sobre as especificidades da revelação do segredo do abuso sexual incestuoso.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço das pesquisadoras responsáveis, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação.

Eu, \_\_\_\_\_, abaixo assinado, dou meu consentimento livre e esclarecido para participar como voluntária do Projeto de Pesquisa intitulado “A revelação do abuso sexual infantil intrafamiliar: um estudo psicanalítico”; sob a responsabilidade da pesquisadora Janaína da Mota Martins, mestranda da Universidade Católica de Pernambuco e orientação da Profa. Dra. Maria Consuelo Passos.

Assino este Termo de Consentimento, ciente de que:

1. Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a minha participação na pesquisa;
2. Estou livre para interromper a qualquer momento minha participação na pesquisa;
3. As entrevistas serão gravadas e meus dados pessoais mantidos em sigilo, usando-se nomes fictícios, de modo que eu não venha a ser identificada em momento algum;
4. Os resultados gerais obtidos através da pesquisa serão utilizados, apenas, para alcançar os objetivos do trabalho exposto acima, incluindo sua publicação na literatura científica especializada.
5. Os registros das entrevistas ficarão guardados em local seguro, nos bancos de dados da Universidade Católica de Pernambuco, podendo ser usados posteriormente em futuros trabalhos para fins científicos sempre mantendo rigoroso anonimato e sigilo quanto à identidade das pessoas envolvidas.
6. Terei acesso aos resultados da pesquisa através da pesquisadora responsável pelo projeto, assim que for concluída.
7. Poderei contatar o Comitê de Ética da UNICAP para apresentar recursos ou reclamações em relação à pesquisa através do telefone (81) 2119.4376, o qual encaminhará o procedimento necessário.

Recife, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do(a) Voluntário(a)  
Nº do RG:

**DADOS DA PESQUISADORA PRINCIPAL  
(ORIENTADORA):**

Maria Consuêlo Passos  
Rua Almeida Cunha, 245, Bloco G4, Setor  
A, 8º Andar, Boa Vista, Recife-Pe. Cep:  
50050-480. (81)2119-4369

Assinatura: \_\_\_\_\_

**DADOS DA PESQUISADORA  
ASSISTENTE:**

Janaína da Mota Martins  
Rua Cardeal Arcoverde, nº 78, Graças,  
Recife-PE. CEP: 52011-240.  
(81)3033.6625; (81)9651.9279

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ANEXO C**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO - UNICAP**  
**PRÓ-REITORIA ACADÊMICA - PRAC**  
**COORDENAÇÃO GERAL DE PESQUISA - CGPQ**

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**  
**(Responsável por crianças e adolescentes)**

**Título da Pesquisa - A revelação do abuso sexual infantil intrafamiliar:  
um estudo psicanalítico.**

Solicitamos a sua autorização para o acompanhamento psicológico de **K. N. N. B.**, sob sua responsabilidade, sugerido pelo Centro de Referência Interprofissional na Atenção a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência da Capital – CRIAR/TJPE, durante a pesquisa de título “A revelação do abuso sexual infantil intrafamiliar: um estudo psicanalítico”. Pretendemos, nesta pesquisa, estudar as repercussões na dinâmica da família, da revelação do abuso praticado por pai contra filhos(as) na infância ou adolescência. A participação da criança se dará de forma livre, voluntária, sem custos e não receberá nenhuma vantagem financeira. Ela será esclarecida em qualquer aspecto que desejar e, a qualquer momento, poderá desistir de participar.

A criança receberá acompanhamento psicológico semanal, num período de 4 a 6 meses, podendo se estender por mais um período se houver necessidade; será atendida individualmente pela pesquisadora e esta fará o registro dos atendimentos. Os encontros não serão gravados nem filmados. A não autorização para o acompanhamento não trará prejuízos em sua relação com a pesquisadora ou ao processo judicial.

Esperamos que os resultados desta pesquisa possam contribuir para a clínica com crianças e adolescentes abusados sexualmente e possibilite ampliar as discussões no âmbito clínico e acadêmico, sobre as especificidades da revelação do segredo do abuso sexual incestuoso.

Você receberá uma cópia deste documento onde consta o telefone e o endereço das pesquisadoras responsáveis, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto.

Eu, **O. F. N. F.**, responsável por **K. N. N. B.** autorizo o seu acompanhamento psicológico, durante a pesquisa intitulada “A revelação do abuso sexual infantil intrafamiliar: um estudo psicanalítico”; sob a responsabilidade da pesquisadora Janaína da Mota Martins, mestranda da Universidade Católica de Pernambuco e orientação da Profa. Dra. Maria Consuelo Passos.

Assino esta autorização, ciente de que:

1. Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre o início do acompanhamento psicológico da criança/adolescente pela(o) qual sou responsável;
1. Estou livre para retirar a qualquer momento minha autorização;
2. Os dados pessoais da criança/adolescente serão mantidos em sigilo, usando-se nomes fictícios, de modo que não seja identificado(a) em momento algum;
3. Os resultados gerais obtidos através da pesquisa serão utilizados, apenas, para alcançar os objetivos do trabalho exposto acima, incluindo sua publicação na literatura científica especializada.
4. Os registros clínicos ficarão guardados em local seguro, e só poderão ser utilizados nesta pesquisa ou, posteriormente, em trabalhos para fins científicos com a minha autorização, sempre mantendo rigoroso anonimato e sigilo quanto à identidade das pessoas envolvidas.
5. Terei acesso aos resultados da pesquisa através da pesquisadora responsável pelo projeto, assim que for concluída.
6. Poderei contatar o Comitê de Ética em Pesquisa da UNICAP para apresentar recursos ou reclamações em relação à pesquisa através dos telefones (81) 2119.4376 ou (81) 2119-4063; o qual encaminhará o procedimento necessário.

Recife, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) responsável  
Nº do RG:

**DADOS DA PESQUISADORA PRINCIPAL  
(ORIENTADORA):**

Maria Consuelo Passos

Rua Almeida Cunha, 245, Bloco G4, Setor A, 8º Andar, Boa Vista, Recife-Pe. Cep: 50050-480.  
(81)2119-4369

Assinatura: \_\_\_\_\_

**DADOS DA PESQUISADORA  
ASSISTENTE:**

Janaína da Mota Martins

Rua Cardeal Arcoverde, nº 78, Graças, Recife-PE. CEP: 52011-240.  
(81)3033.6625; (81)9651.9279

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ANEXO D****TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA  
(37min48)****DATA DA ENTREVISTA: 09/09/2014****NOME: O.F.N.****IDADE: 32 anos****GRAU DE PARENTESCO: Mãe (Genitora)**

JM: Boa noite, dona O.

*OF: Boa noite.*

JM: A senhora poderia me falar um pouco como foi a situação de abuso sexual de K? Como foi pra senhora?

*OF: Olha... A pior coisa que eu soube na minha vida... É uma coisa que... ninguém esperava né, eu jamais imaginei que ele tivesse a capacidade de fazer isso. Nunca esperei isso dele. Podia esperar qualquer coisa, menos isso. É muito difícil você chegar, uma filha chegar pra você e dizer(disser) que o próprio pai tá abusando dela, ameaçando... é difícil pra você... você fica sem saber o que fazer, fica sem chão. Tentando de todo jeito você quer que seja mentira. É difícil de acreditar, é bem complicado.*

JM: E a senhora se lembra de como foi que aconteceu? Como é que a senhora ficou sabendo? A senhora se lembra desse momento?

*OF: Lembro! Jamais eu vou esquecer isso, jamais! Eu tinha chegado em casa , tava preparando o almoço pra deixar pro o outro dia, no outro dia ia trabalhar... Ela chegou ficou brincando com o cachorrinho dela na cozinha e olhando pra mim, depois ela disse, mainha eu tenho uma coisa muito importante pra lhe dizer. Eu digo: - o que foi? Ela: - não mainha, depois eu lhe digo. Aí ficou brincando, brincando, depois quando ela foi tomar banho, eu fui atrás dela e perguntei o que*

*era que ela tinha pra me dizer. Ela foi e perguntou se o pai dela estava em casa. Eu digo, ele tá lá na frente. O que foi? Não mainha... é que toda vez que a senhora sai pra trabalhar, ele fica fazendo safadeza comigo... Ai ela fez: mas não diga nada não mainha, porque ele disse que se eu contasse pra alguém ele ia me matar e matar a senhora. E até acordava ela de madrugada, levava lá pra trás de casa, pra um quintalzinho que tem, e fazia com ela, de madrugada mesmo. Aí, é... eu fui e fiquei na minha. "Não diga nada a ninguém não, mainha". Aí eu fiquei na minha calada, né. E aí levei até... ter a certeza. Ela me disse né, tranquila né, mas assustada com medo dele escutar. Como ele ameaçava matar ela e me matar, ela pediu por tudo pra eu não dizer a ele. Ficou apreensiva, com medo dele e... é complicado demais isso!*

JM: E a senhora disse que quis esperar um pouco pra ter certeza?

*OF: Não, eu não esperei. Porque quando ela me contou não era flagrante mais. Aí eu não podia fazer nada. Como ele vinha ameaçando ela, aí eu cheguei e contei pra mãe dele. Aí ela disse: tome suas providências porque eu não admito que ele faça uma coisa dessas. Aí eu fui... E eu tirei ela de casa. Ela passou uma semana na casa do tio dele. E ele não sabia que ninguém tava sabendo disso. Depois, quando ela voltou pra casa eu disse a ela: olhe, se acontecer de novo, você me diga logo. Apesar que... não... quando eu tirei ela de casa, primeiro levei ela na GPCA, pra fazer exame e tudo. Só que como num era flagrante ai o delegado achou melhor pedir a prisão dele, daí tava esperando... disse que era uns quatro a cinco dias pra sair a prisão e nada de sair. Passou-se oito dias aí foi quando eu trouxe ela de volta pra casa, deixei ela na escola e fui pro trabalho. Quando ela largou, voltou pra casa, só que eu já tinha dito a ela pra me contar logo se acontecesse de novo. Aí ele foi fazer de novo nesse período de oito dias. Quando eu já tava me arrumando pra ir pra GPCA pra saber por que tava demorando a prisão, ela foi e ligou pra mim, dizendo que ele tinha feito de novo com ela.*

*Aí foi quando eu cheguei lá botei o exame e vim buscar ele. Só que eu já sabia que tinha acontecido, só que eu tava só esperando sair a prisão dele... Mas como **ela** fez de novo (4min12) aí foi flagrante. Aí foi pego rapidinho.*

JM: E o que aconteceu quando a senhora chegou em casa com os policiais?

*OF: Eu cheguei ele tava na cozinha... só que ele pensava... ele achou estranho quando eu passei... ele viu eu passar e era cedo, não era a hora de largar. Ele viu passar mais duas pessoas comigo, que um... foram três, um foi por trás de casa que tinha saída, pra ele não fugir... só quando ele viu, ele já... que eu entrei primeiro que os policial eu já entrei, só que ele viu que é envolvido com droga, ele pensava que os policial tava atrás dele por causa disso. Não imaginava o que era, aí correu pro quarto.*

*- É os homem? Eu digo - É os homem! Que é que tá acontecendo com a menina aqui dentro de casa? Ele - nada!*

*Ele nem deu muito tempo de fazer muita pergunta que os policial já entraram, já foram dando uns cheirinho bom nele. Aí ele nega, até hoje ele nega. Ele jamais admite o que ele fez, ele diz que é mentira.*

JM: E a senhora foi pra delegacia com K.?

*OF: Fui. No dia que ele foi pego? Foi eu, K. e a mãe dele. Foi os três. Pra GPCA. E quando chegou lá depois que chego, tudo, dizendo que era mentira. Depois chegou lá a mãe dele veio embora, porque eu tinha deixado os meninos com ela, os outros. Aí ela voltou e eu fiquei lá com K., porque tinha que ainda ir pro IML de novo, fazer outro exame. A K. foi primeiro do que a gente né? Foi, passou... Quando ela saiu, ela já pediu, já tava lá o carro da reportagem tudo... Ela - Pelo amor de Deus não dá reportagem não! - peguei e dei. Ela não gostou. Aí foi pro IML. Quando chegou no IML ele ainda tava lá, quando ela viu ele, ela travou, do canto ela não saiu. Os policial tiveram que voltar e pegar ela, pra poder ela entrar. Ela tava com medo de passar perto dele. E ele foi o caminho*

*todinho e a gente foi no mesmo carro que ele... pra delegacia... E ele o caminho todinho pedindo pra ela dizer... num diga que foi mentira e não sei que, eu não fiz isso, eu vou sofrer na cadeia, tarado na cadeia sofre... dizendo que ela... pedindo pra ela não ter medo dele. Mas até que ela segurou na palavra, não tinha nem como ela... podia até ela chegar e dizer, não, foi não, mas os exames já tava comprovando que tinha sido ele. Mesmo se tivesse comprovado "houve o abuso" e ele tivesse chegado pra dizer "não, num fui eu"... mas eu já tinha permitido... já tinha assinado permitindo pra fazer DNA. Ele nem podia nem negar, dizer que não tinha sido ele... não tinha pra onde.*

JM: A senhora lembra, dona O., na delegacia, se conversaram com K.? Se conversaram, quem foi que conversou com ela?

*OF: Na delegacia ela foi pra psicóloga de lá, somente. Na hora que eu entrei na sala do delegado ela entrou comigo mas ele num fez pergunta a ela não, Só a psicóloga mesmo. Ela só teve contato com a psicóloga lá... Fez pergunta, e aí quando ela saiu o delegado perguntou - e aí, confirmou? - Ela disse: - confirmou. ela contou até coisas que eu nem imaginava que ela ia contar. Aliás, eu nem sabia que ela tinha contado, só vim saber no dia que saiu os papéis tudinho... que ele foi preso... foi que eu vim saber... Coisas que eu nem imaginava que ela tinha dito lá dentro... Realmente num pode, né, certas conversas que ela tem, que ela, às vezes acho até que ela pede pra não contar a ninguém. Aí eu nem imaginava que ela tinha dito certas coisas. No dia da audiência teve coisas que eu vim saber também no dia da audiência dele. Ela não se encontrou com ele no dia da audiência, ela não quis... ver ele não.*

JM: E quando ela conversou com a psicóloga, a senhora participou também ou ela ficou sozinha com a psicóloga?

*OF: Não. Só ela. Sozinha.*

JM: E a senhora terminou tomando conhecimento da conversa com a psicóloga pelo processo? Foi isso?

OF: Foi, na audiência. Quando os papéis depois que chegaram na audiência foi que eu... umas coisas eu fiquei sabendo na hora da audiência que o juiz leu lá o que ela tinha contado né, foi que a gente ficou sabendo... que ninguém sabia. Muita coisa que ela tinha dito lá, ninguém sabia. Aí quando o juiz foi ler tudo lá, o depoimento da testemunha, da mãe dele, tudinho, foi que a gente soube.

JM: E como foi isso pra senhora, escutar assim, na audiência, as coisas que K. tinha contado e que a senhora tinha contado também... os depoimentos?

OF: Foi difícil. **Eu tive que passar por aquilo tudo de novo**, e cara a cara com ele né. Que a minha (audiência) foi cara a cara com ele, eu preferi ficar cara a cara. Como o Juiz disse – Não, se você quiser pode ficar reservado. - eu cheguei lá ele já tinha chegado, nem sabia que ele já tinha chegado. Aí entreguei K. lá em cima no depoimento acolhedor, pronto aí foi ela pra psicóloga que acompanhou ela. Foi mostrar a sala, explicar tudinho, se ela queria que o pai dela escutasse... não era pra ele ter contato com ela, só pra ele escutar... que a audiência dela é sala separada. Ele ficaria na sala do lado, só que ele ficaria só vendo (vindo) e ouvindo ela, mas ela não ia ver ele. Ela não, não quis, não quis nem que ele ouvisse. Aí depois foi quando foi minha vez aí perguntaram se tinha algum problema que ele presenciasse. Eu digo: não... só fazia... preferi, fiz questão de ficar cara a cara. Logo quando ele me viu veio pedir perdão, dizendo que me amava, perguntando se eu amava ele, não sei o quê... Mas, foi complicado eu passar por aquilo tudo de novo, e o pior, ele negar... nega e vê... você vê que ele não demonstra arrependimento nenhum do que fez. Ele não tem a menor cara de a pessoa tá arrependido. De cabeça... nem sequer a cabeça diante do Juiz ele baixou. De cabeça erguida o tempo inteiro, uma lágrima não derramou. Leu o meu depoimento, o depoimento da mãe dele(!), que foi testemunha contra ele, da esposa do tio dele onde K. ficou uma semana, leu os dois laudos do IML, e ele negando tudo. É complicado. Você às vezes até pensa, poxa a pessoa

*tá sofrendo pelo que fez, mas você vê que a pessoa não demonstra que se arrependeu do que fez. Mesmo sendo o quê, uma criança, filha! E você vê que a pessoa não tá arrependida de jeito nenhum... é complicado... não tem nem como você se preocupar com uma pessoa dessa. É difícil! É muito difícil! Você (re)passar por tudo isso de novo(10min54). E as coisas que ele fazia né, o juiz lendo... leu o laudo... tá aqui... testemunha... o que a vítima disse... leu os dois laudos do IML concluindo “conjunção carnal concretizada e o réu nega”, ele nega o tempo inteiro... ele não admite jamais que fez... é difícil. Você ter que olhar na cara de uma pessoa dessa e não poder fazer nada. E pensar que conviveu muito tempo, 13 anos é muito tempo. Dá uma confiança, sair de casa e deixar seus filhos com aquela pessoa, sendo pai... se fosse um estranho você ainda tentaria aceitar. Não é aceitável, mas você tentaria compreender, mas o pai... é muito difícil, muito complicado.*

JM: Dona O., a senhora pode me falar um pouco sobre como é que a família reagiu diante dessa situação?

*OF: De início, a família dele ficou do meu lado né? A mãe dele apoiou por eu ter prestado queixa, que isso não era certo, o irmão dele também... mas agora, mudaram completamente. Não todos. Mais a mãe e o irmão. Não são a mesma pessoa que eram. Eu não vejo a preocupação dela [da sogra] com os meninos como ela se preocupava antes. Nenhum. Mudaram completamente. Eu acho que pensavam o que? Que eu ia continuar com ele, indo lá [no presídio] visitar ele sempre ou mandar alguma coisa, perguntar como é que ele tá... acho que pensa isso. Ele não merece a minha preocupação. Jamais. Eles mudaram bastante, comigo e com os meninos também, mudaram bastante. Ela não tem o menor interesse em saber como é que a menina tá, nem sequer liga pra perguntar como é que tá o tratamento dela, nada! Nada disso ela pergunta mais.*

JM: Quando você fala que mudaram, você fala da família dele?

*OF: É. Mãe, irmão... Avó e tio não. Avó dele jamais nem gostar dele ela gosta, nunca gostou que ele é muito metidinho, o tio dele também não apoiou jamais. Me tratam do mesmo jeito, os meninos também. Agora a mãe dele e o irmão... mudaram bastante.*

JM: A senhora sabe dizer mais ou menos o que é que a senhora identifica que mudou? O que a senhora percebe com mais clareza que mudou?

*OF: Mudou em que sentido assim? Ela, todos os dias ela me ligava... perguntava dos meninos, se os meninos tava precisando de alguma coisa... Até então perguntava como era que eu vivia ainda com ele: - Como é que tu consegue viver com um homem desse? - Sempre que ela recebia, ela ligava pra mim e perguntava pra mim se os meninos tava precisando de alguma coisa... isso ela não faz mais. Que tinha tempo que até ele perguntava: - O que é que mainha quer tanto contigo, que mainha liga pra tu todos os dias? E hoje em dia ela não liga mais, nem vem perguntar dos meninos, nada. O irmão dele também mudou bastante. Ele final de semana... onde ele passava por mim ele falava... nunca ignorou nada. E agora ele passa por mim, ele não fala mais. Muito raro ele passar por mim e falar. Mudaram nesse sentido.*

JM: E com K.?

*OF: Com K. eles continuam a mesma coisa, entendeu? Agora acho que se mudaram... mais comigo do que ela. Apesar que ela evitou bastante ir lá na casa da avó. Evitou muito. Ela... nem, aliás, nenhum dos quatro tá descendo mais, faz um bom tempo que eles não vão na casa dela. Principalmente agora que ela pediu a casa, é que não vão mesmo... mas com ela não mudaram não. Mudaram mais comigo. Eles que... eles que não querem ir mais na casa dela, mas por ela eles ia. E não pretendo afastar eles dela, jamais. Eu não... o momento que eles quiserem frequentar a casa dela, por mim não tem problema nenhum. Tenho nada contra ela. Ela que tem que entender que o filho dela errou, se ele tá sofrendo é porque ele procurou passar por isso.*

JM: E em relação a vocês? Você, K., Kv, Ka, Kr... como é? (15min40)

*OF: No início foi bem complicado, porque até os meninos ficavam com medo. Que todas as vezes que saíam na rua as pessoas ficavam dizendo, será que não fizeram com eles também? Chegavam até a perguntar a eles. E a mais nova então, K., que ele era um grude com aquela menina, que só a graça! Aonde ele tava, ela tava. Aí todo mundo ficava se perguntando... até pra eles mesmo perguntavam, eles diziam que não. Mas agora tá bem tranquilo. O mais velho é que não quer saber dele, jamais, nem no nome dele ele toca. Teve um tempo que a mãe dele ia lá em casa e perguntava se K. quisesse visitar o pai tem que ter identidade, porque com 12 anos só entra com a identidade. Ele fez: - Eu num quero ir! Ele não quer saber, jamais. Tá tranquilo, tá tudo bem, agora tá bem tranquilo.*

JM: Quando K. contou pra senhora o que estava acontecendo, ela contou pros irmãos, ou a senhora contou pros outros filhos? Como é que foi que eles ficaram sabendo?

*OF: Não... De início eles já tavam sabendo... não já tavam bem desconfiados, né. Porque...*

JM: Por que a senhora diz isso, que eles já estavam desconfiados?

*OF: Porque depois que foi revelado tudo, eu cheguei e perguntei ao mais velho...(pausa) se isso era verdade que estava acontecendo. Ele falou: - olhe, mainha eu nunca tinha visto, eu nunca vi, mas geralmente quando a gente tava em casa, ele dava dinheiro aos outros três pra ir pro videogame, e K. ficava em casa.*

*E quando eles voltavam o portão tava no cadeado. E nos últimos dias ele mandou Kv. e Ka. buscar Kr. na escola e ficou sozinho com ela em casa, e os meninos disseram que quando chegaram ela tava chorando. Aí já tavam desconfiados disso né, porque hoje em dia os meninos já são tudo esperto e eles não são ainda menino de 3, 4 anos, já são grande já entende. Aí foi*

quando chegaram que ela tava chorando, os meninos perguntaram a ela, ela foi e disse. Só que eles não me disseram. Ninguém me disse nada. Depois, foi que eu perguntei a ela porque foi que ela tava chorando foi que ela disse. E ele tinha mandado ela fechar o portão, aí tava abusando dela e quando os meninos chegaram, ele nas pressas pra ela abrir o portão que ela não tava sabendo mais onde deixou a chave ele começou a esculhambar ela, dizer coisa com ela... ela ficou chorando. Mas no entanto ele já desconfiava nesse sentido, porque **eles mandavam os outros três saírem**, ir brincar na casa de algum colega, ou fazer alguma coisa, **pra ficar sozinha** com ele em casa. Mas nunca chegaram... **nunca chegaram a ver ela... ele fazer**. Mas, como o outro já fez 11, 12 anos já... já ia desconfiar de uma coisa dessa, pois chegava e via a menina chorando em casa... e ele era ignorante... aí já imaginava.

JM: Ele era ignorante como?

OF: Em todos os sentidos. Oxe, tinha paciência pra nada com os meninos, pra nada! Tinha sempre que fazer as coisas do jeito que ele queria... O que é criança? Mas tinha que fazer as coisas certinhas do jeito que ele mandava, senão... já sabe. Ele é muito ignorante. Não de início né... no começo logo quando a gente morou junto ele era uma pessoa maravilhosa. Aí depois que começou a se envolver com droga, pronto, acabou-se. No começo, logo que esses meninos nasceram, oxe, ele fazia de tudo, de tudo pra não ver faltar nada dentro de casa pra eles. Tudo que tava ao alcance dele ele fazia... aí depois... se envolveu com droga, acabou-se. Perdeu o respeito até... a mãe dele presta pra ele agora que ele tá lá dentro sofrendo, mas quando ele tava aqui fora, nem a mãe dele prestava. Ninguém prestava pra ele. Que era pra todo mundo dá razão a ele. Só ele tinha razão. Tudo que ele fazia é que era o certo. Ninguém tinha razão em nada.

JM: Fazia muito tempo que ele fazia uso de drogas?

OF: Muito tempo. No começo, só uma vez ou outra, mas depois perdeu o controle né, como o povo diz, o

*pior é o crack. Pronto, depois que ele se envolveu com crack, acabou-se. Até então ele usasse qualquer outro tipo de droga, num prejudicava em nada, mas começou usando crack pronto, acabou-se! Nada pra ele tava certo. Qualquer... você podia dizer a ele assim: - Tô com esse dinheiro aqui pra comprar um pão. Se você deixasse fácil ele pegava. Entregou-se mesmo. Entregou-se às drogas totalmente. Procurava mais nada. Só droga.*

JM: Então, desde que os meninos eram pequenos que ele começou a fazer uso de drogas? Sem ser o craque, usava outras drogas...

*OF: Usava, mas não a esse ponto. Como ele tava agora... às vezes até gente da família dele às vezes nem... esse menino... acabou-se, entregou-se mesmo. Pra ele não fazia sentido mais de nada... só, quanto mais ele tivesse, mais ele usava. O povo diz que quanto você mais usa um, é que dava vontade de usar mais... num sei, graças a Deus nunca tive essa experiência na minha vida. Mas pelo que eu via... é a pura verdade. Se acabou-se totalmente, dele passar dois, três dias sem comer. E ele começava a fumar, era só o que ele queria... acabou-se!*

JM: A senhora me falou uma vez que ele também tinha um comportamento agressivo com a senhora...

*OF: Demais. Até já foi preso e tudo por causa disso. Acho que por 2010 pra 2011 mais ou menos, passou seis meses... ele cismou, como eu digo aí... a pessoa que pede... tá pedindo pra ser corno... o problema dele era esse, que tudo dele era porque eu tava com outra pessoa. Ele botou isso na cabeça de um jeito que não tinha quem tirasse!*

JM: Ele tinha muito ciúme, não é?

*OF: Demais! Doente! Doente de ciúme... a mãe dele aconselhava... uma irmã que tem lá perto de casa aconselhava ele, mas não tinha jeito. Ele era possessivo demais. Bateu... batia em mim demais, prestei queixa dele, passou seis meses preso, só foi solto porque eu... com pena, porque eu gostava muito dele ainda, eu fui e retirei a queixa. A mãe dele botou*

advogado pra soltar e não conseguiu, só saiu porque eu fui e tirei. Mil promessas! É por isso que eu digo que eu não caio mais nas promessas que ele diz, nas coisas que ele fala por causa disso... eu ia lá, toda semana eu tava lá [no presídio]. Eu trabalhava de segunda à sábado, no domingo eu me acordava cedo e ia levar as coisas pra ele. Toda semana, toda semana... Aí prometia isso, prometia aquilo, quando eu sair daqui eu vou mudar, vou ser uma pessoa diferente... vou procurar fazer isso, fazer aquilo... totalmente ao contrario. Piorou mais ainda depois que saiu de lá. O ciúme era que aumentava mesmo... Tu num dá valor a nada, num dá valor a nada... Que é isso que eu digo que antes, quando eu vivia com ele eu prestava pra ela... era mil conselhos que ela dava a ele... - tire isso da tua cabeça, tua mulher é de casa para o trabalho, não sei porque fica com essas coisas... E agora mudou totalmente. Aí fui, andei, andei, até conseguir retirar a queixa. Passou seis meses ainda preso, por isso que eu digo: como é que tu passasse por um presídio, tu sabe o sofrimento que tu passasse só pelo caso que foi Maria da Penha... mas tu via no caso de outras pessoas o que passou lá dentro no caso de abuso sexual. Se tu não queria sofrer, porque tu fizesse isso? Agora num adianta você vir pedir pra não botar você lá, que você vai sofrer como tarado, mais do que sofreu, se você não queria sofrer não procurava passar por isso. Ele sabe muito bem! E o presídio que ele tá é o pior, que é o Aníbal... que ninguém respeita mesmo. A **menina** (24min04) sofreu horrores, eu fiz de tudo, convivi, depois que eu andei pra retirar a queixa, soltar ele, sofri coisas pior do que eu tinha passado antes. Mas aguentei pra não ver ele passar de novo por uma cadeia... Mas isso que ele fez não tinha como aguentar e fingir que não vi. Jamais! Era muito ignorante, possessivo, eu não podia nada! Olha... pra você sair de casa, você botar uma maquiagem, botar um brinco é porque você tá com alguém... não pode... pra ele não podia uma mulher se arrumar desse jeito... se você fizer um cabelo, fizer uma unha não pode... "Pra quê isso?" No tempo que eu trabalhei na casa de doce não podia fazer unha... "Tu passa o dia todinho fazendo doce numa cozinha, pra que tu vai

fazer unha?” Eu digo: “Meu filho eu num ando na rua com a colher de pau não! Faço doce lá na cozinha. Não é porque eu trabalho que eu num vou fazer a unha, fazer um cabelo... eu passo o dia na cozinha trabalhando... pra ele era isso. Se arrumou demais, saiu de casa botou um perfume: “Pra que tanto perfume?” Tudo era porque eu tava com alguém. O negócio dele era ciúme demais. Não podia atrasar 10 minutos. Se eu chegasse em casa hoje, um exemplo, 4 horas, amanhã tinha que chegar 4 horas também. E se passou 10 min era porque tava com alguém. O negocio todo dele era esse, era muito possessivo. Aí não entendo a família dele nesse sentido, porque quando ele tava preso por Maria da Penha, que eu ia toda semana achavam ruim: “O cara fez o que fez contigo, como é que tu vai toda semana visitar o cara?” E agora, quer que eu vá! Não entendo, que é uma coisa bem pior quer que eu trate ele de uma maneira diferente... Se quando foi comigo era diferente... era comigo... achavam ruim porque eu ia toda semana. E agora tá achando ruim porque eu não fui, porque eu não mando nada... tem nada a ver.

JM: Você ainda não foi visitar ele?

OF: Nesse caso, agora?

JM: No presídio, agora.

OF: Nem fui, nem vou. Vai fazer um ano já. Vou... Deus me livre! Ele já pediu tanto... mandou cartas e mais cartas, pedindo que ia mudar... lá dentro tá frequentando a igreja, que é evangélico, que é outra pessoa... não acredito mais nisso. Que a mesma coisa ele me dizia quando tava lá e chegou a esse ponto, de ter feito coisas bem pior comigo e ao ponto de fazer isso com ela. Eu não acredito em mais nada do que ele disser. O que ele disser pra mim agora tanto faz. Já pediu por favor, pelo amor de Deus pra eu ir lá, que a vida dele sem mim não tem sentido, que se eu tivesse ao lado dele, 16 anos passaria rápido... mas é só quando tá lá dentro. Quando sai se transforma em coisa bem pior, como ele fez. Pra mim não tem sentido nenhum, só fiz questão de se tiver um dia de ver, quando tiver alguma audiência, alguma

*coisa. Mas pra ir lá dentro... jamais! Ele nunca me espere, minha visita lá que eu não vou. Nem eu vou e nem K. vai. Se um dos outros meninos quiserem ir como K. já foi, pode até ser que eu ainda deixe né, que ultimamente eu nem quero deixar, mas futuramente não sei. Pior que eu nem acho que aqui no Brasil ele tire tanto tempo... 16 anos! Mas pra ir lá dentro eu num vou não, jamais.*

JM: Já saiu a sentença?

OF: 16 anos!

JM: 16 anos.

OF: *Vou botar... perder meu tempo, botar meu pé lá dentro, num lugar daquele, por uma pessoa que não merece? Vou nada... se fosse qualquer outro, olhe se ele tivesse um dia sido pego roubando, traficando, qualquer coisa desse tipo eu ia, mas isso eu não vou não. Nem que fosse com uma criança estranha, eu não iria. Imagina a própria filha dele. Jamais eu faço um negocio desse... vou não! Meus vizinho tudo dizia: - tu vai, tu num fosse no outro quando foi Maria da Penha tu num ia! - Ah, meu filho tem comparação não. Ali era comigo, mas com ela não! Não perco meu tempo jamais pra ir lá dentro ver ele. Não merece não.*

JM: Como é que a senhora acha que K. tá reagindo a tudo isso, depois que ela contou o que estava acontecendo?

OF: *Acho que ela se sente bem aliviada, viu? Porque você imaginar uma pessoa passar... uma filha né, realmente, que filho, ne, geralmente se espelha nos pais. E de repente se vê nas mãos do pai sendo ameaçada, abusada... ela agora tá bastante aliviada... ela só não gosta de comparações, tipo, dizer que ela parece com o pai, essas coisas assim... ela não gosta. Essa semana mesmo o pessoal da igreja tava lá em casa ai ficaram... se acha... perguntando a mim quem eu achava mais parecida comigo... teve uma que fez é K., outro fez não... ai fez aninha parece com Kv, Ka parece com o pai né, ai olhou pra K. e fez, K. a parece com o pai; ela: - Deus me livre! Ela não gosta dessas comparações. Nem de um dia assim dizer,*

*que eu vou lá ver ele, que eu vou voltar a morar com ele, jamais ela quer uma hipótese dessa. Mas, no entanto ela está tranquila... tá bem melhor... deve ser um alívio né... feito, tem um tempo desse que eu fui fazer comparação de fotos dela, no tempo que tava acontecendo, logo depois que ele foi preso, ela começou a tirar foro. Tem uma foto dela, se você observar isso aqui dela [passa a mão no rosto, embaixo dos olhos]... olheira... bastante... ela não dormia. E como ela dizia, quando ela dormia, ele acordava ela pra levar pra trás de casa. Aí fazendo comparação de foto, tá bem diferente, bem diferente mesmo. Você nem imaginava... eu via muito... não só eu... até a família dele... ela pelos cantos... esse vizinho meu também, onde ela fica agora. E se montava a piscina pra ela, ela não queria se juntar com as meninas, assim como tinha muita gente ela não queria. E ninguém imaginava isso. A família dele mesmo, essa avó, avó dele. Até esse próprio irmão dele que mudou comigo agora, percebia que ela tava estranha, mas ninguém sabia o por quê. Agora pode ver, muito diferente, muito diferente mesmo. Acho que ele não queria deixar ela muito com amizade, acho por medo dela contar a alguém, né...*

JM: Ele dizia isso a ela?

*OF: Acho que sim, ela nunca chegou a comentar, mas ela não era muito de tá na casa de amigas, feito ela tá... tem hoje. As amizades que ela tem hoje, ela não tinha. Acho que ele não queria. Só podia ser, porque ela nunca foi assim tão retraída em amizade, ela é fácil de fazer amizade, demais, ela tá com uma pessoa hoje, amanhã ela já tá na casa da pessoa, a pessoa lá em casa, e ela não era desse jeito, as amiguinhas dela não ia lá em casa. Acho que ela tinha medo de chamar e ele abusar também das meninas, não sei. Ou ele também não queria, só tinha uma casa que ela ia que era desse casal onde ela fica hoje. Ela ainda ia pra lá, quando as meninas chamava, ela ia. Mas as meninas não iam lá em casa feito vão agora, dorme lá em casa tudo.... Final de semana ela dorme na casa dessa vizinha. Quando eu saio dorme lá, ou se não, a filha dela mais velha*

*dorme lá em casa e não tinha essa... nem eu tinha também essa amizade... com ninguém... pelo tipo de ciúme dele... lá no Alto [Alto do Eucalipto] eu não falava com ninguém, morando o que... 10 anos que eu moro lá, mal falava com as pessoas... “ - Que é que tanto... teu trabalho... se eu sair do trabalho hoje, minha colega não pode ligar pra mim hoje. - Você não tava no trabalho com ela, pra quê você vai ligar? Vai ligar porque tá falando de macho.” Não pode ter um amigo homem que é macho. A mesma coisa era com K. K. não se juntava com ninguém. Acho que ela tinha medo. Ou ele proibia. Pelo tipo das coleguinhas dela lá em casa, acho que ela tinha medo dele levar e ele fazer a mesma coisa que fazia com ela, com as outras meninas. Mas ela, oxe, ela é fácil demais de fazer amizade, demais. Tá muito diferente.*

JM: E sempre foi assim, dona O.? Desde que ela era pequenininha, ele sempre agia assim com ela? A senhora notava que ela era assim mais retraída?

*OF: Não, ela de pequena ela não... apesar que a gente não era muito de... onde a gente morava não tinha muita criança, então ela era mais em casa. Aqui, onde a gente mudou agora, Aqui no alto depois que foi preso... na rua tinha muita criança, na escola, essas coisas... mas ela... porque geralmente você vai fazendo quando tá no oito, nove anos né, se junta... mas quando tá pequena ainda não tem tanto. Lá na rua onde a gente... logo que a gente foi morar junto, eles nasceram não tinha muita criança. Aí depois que se mudou pra lá tinha bastante, mas ela nunca... Tanto que a gente não gostava de deixar os meninos na casa dos outros, porque começa a arenga... por causa desses motivos. Aí depois que ela começou a estudar ela começou a fazer amizade com as meninas ela nunca era de tá na casa de ninguém. Depois que ele começou a se envolver com droga mesmo, assim, crack pior... ele nunca vivia mesmo em casa. Mas ela nunca, ele nunca deixou ela ir pra casa de ninguém. Só na casa da avó, na casa da avó, ou se não na casa desse casal mas só nos domingos. Durante a semana não, era da escola pra casa. Quisesse ir na casa da avó, ia. Nunca, ninguém*

*nunca imaginou, ou percebi tratamento diferente de jeito nenhum, em nada.*

JM: Tem alguma coisa que a senhora queira me contar, que a senhora ache importante, que queira me falar? (33min59)

*OF: Não... o que eu achei e comecei a achar estranho, antes de descobrir que ele tava abusando dela, era que todo final de semana que a gente ia beber - fim de semana a gente gostava de tomar uma cervejinha, eu, ele, às vezes dois, três amigos dele - e como o pai dele mora casa da frente pegado, aí o pai dele toma remédio controlado, depois de um acidente que ele teve ele tem que tomar remédio... Aí eu comecei a perceber que ele tava começando a pegar o remédio do pai dele e colocando na minha bebida. Eu tinha percebido várias vezes... eu deixava o copo lá quando eu saía que volta eu percebia que... se você machucar um comprimido e botar num líquido, você percebe. Quando eu voltava tava cheio de pozinho por cima da bebida... eu ia e jogava... até então não imaginei que era por causa disso... quando foi outra vez, de novo. Quando eu voltei... como era as garrafinhas pequenas eu não botei no copo, deixei na garrafa ele foi e botou o comprimido... diazepam... dentro da garrafa. Eu fui perguntar a ele por que, ele: - como é que tu percebesse que o remédio tava dentro da garrafa... menina! Mas jamais imaginei... acho que depois eu fui juntar uma coisa a outra. Ele botava o remédio, né, eu ia dormir, apagar e ele poder abusar dela de noite. Depois que eu comecei a juntar uma coisa a outra. Não... nem lembro se eu comentei isso em audiência... eu não me lembro dessa parte. Mas é que eu achei bem estranho. Depois quando acontece tudo é você vem relacionar as coisas. O único sentido era esse. Porque ele não era do tipo de dizer: Não, vá dormir que eu vou sair, vou pras farras, ele não era desse tipo. Ele nunca foi de farra. O negócio dele, tivesse de beber, fazer alguma coisa era em casa. Compra uma cerveja e fazia alguma coisa em casa, mas pra sair não. Aí ninguém imaginava de qual o motivo dele vir botar remédio na*

*minha bebida. Depois que aconteceu, que todo mundo descobriu, foi que veio juntar uma coisa a outra. Era nesse sentido ele botava remédio, eu dormia... diazepam é forte! Dormia. Você já bebendo, tomar um diazepam, ou dois que eu não sei quanto ele machucava pra botar... pronto, você vai dormir até o outro dia. Ele podia fazer o que quisesse com ela que ninguém ia escutar. Os meninos não acordam de noite. Depois que deita, acabou-se. A única coisa estranha que eu achava era isso. Depois, né, que descobriu foi que eu fui achar bem estranho, essa atitude dele de botar remédio na bebida.*

JM: Mas ele não conseguia fazer que a senhora tomasse a medicação...

*OF: Não. Se eu tomasse era um gole ou dois, porque eu... percebe... o gosto fica bem diferente, bem estranho... e só de ma... se botasse inteiro, podia ser que eu tomasse, mas só que eu sentia o gosto e via o comprimido inteiro na garrafa e se botasse o pozinho você via por cima. Só que ele não sabia que eu tinha jogado fora. Porque às vezes eu jogava, nem perguntava. Eu sabia que se eu fosse perguntar ele vinha com o estresse dele, ia querer já confusão. Aí eu jogava, enchia o copo, ele nem percebia. Da outra vez foi que eu perguntei quando eu vi o comprimido inteiro, qual era a intenção dele em botar o remédio na minha bebida. Aí ele: - Como é que tu visse? Anda desconfiada, não sei que... Eu já desconfiada, agora, não imaginava que era isso.*

(Pausa longa)

JM: Mais alguma coisa?

*OF: Não. Tudo bem.*

Encerramos.

**K. = Açucena**

**O.F. = Acácia**

**Kv = Jacinto**

**Ka = Alecrim**

**Kr = Angélica**